

COORDENADORA GERAL E ORGANIZAÇÃO
SARA M.A.G.BERNARDES

A C A D Ê M I C A

A REVISTA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANO

VOL.X



edições
SUPERIORES

REVISTA ACADÊMICA
VOL. X

BELO HORIZONTE
EDIÇÕES SUPERIORES
2023

Todos os direitos reservados aos autores e à Editora Edições Superiores

Produtor Editorial:
Editora Edições Superiores

Revisão:
Editora Edições Superiores



Edições Superiores
Av. Miguel Perrela, 698
Bairro Castelo - CEP: 31.330-290
Belo Horizonte – MG

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra, em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições se aplicam também às características gráficas da obra e a sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Artigo 184 e parágrafos, do Código Penal, cf. Lei n. 10.695, de 1º.07.2003), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Impresso no Brasil

R454

Revista Acadêmica. Belo Horizonte: IESLA – Instituto de Educação Superior Latino Americano/ Edições Superiores, 2023. v.1, set. 2013-.

v. 10, n. 1, maio 2023.

Bilíngue: Português e Espanhol.

Semestral.

Multidisciplinar.

ISSN on-line 2764-023X

ISSN impresso 2318-258X

1. Globalização. 2. Maslow. 3. Proteção de Dados. 4. Transtornos Mentais 5. Inclusão. 6. Igualdade de Gênero 7. Apoio Psicossocial. 8. Motivações Femininas para o Trabalho. 9. Economia. 10. Racismo.

SUMÁRIO

IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICA: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO <i>Carlos Eduardo Pires</i>	09
GLOBALIZACIÓN Y MUNDIALIZACIÓN PRESENTES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DESDE LA DÉCADA DE 1990: DESAFÍOS EN EL CONTEXTO DE LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE <i>Celma Lopes Feitosa; Cláudia Cristina Dias Granito Marques; Kelly Soraya Marques; Maria Clécia Bento de Oliveira</i>	17
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO APOIO PSICOSSOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “ESCUTAS EMPÁTICAS” <i>Corinne Lopes</i>	33
A PROTEÇÃO DE DADOS RELATIVOS À SAÚDE DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS: a lógica por trás desse aparente absurdo. <i>Fábio Avelar Peixoto</i>	43
ECONOMÍA, DESAFÍOS GLOBALES Y DATOS REALES <i>Fábio Pestana Bezerra</i>	57
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS VIVENCIADOS PELOS POLICIAIS MILITARES DO MARANHÃO/BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2016 <i>Flávia Andréia Martins Castro</i>	75

O MITO DE MASLOW: ANÁLISE DO USO DA TEORIA DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES EM ARTIGOS ACADÊMICOS <i>Lígia Baptista Kobal</i>	89
MEU CABELO, MINHA IDENTIDADE E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Maria José dos Santos Vertuan</i>	103
PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA PÚBLICA <i>Maria José dos Santos Vertuan</i>	113
ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS MOTIVACIONES FEMENINAS PARA EL EMPLEO EN SERVICIO PÚBLICO EN BRASIL <i>Valdir Amado</i>	129

PREFÁCIO

Humanidades e complexidades

Este número da Revista Acadêmica privilegia as humanidades e suas complexidades. *Complexus*, significa aquilo que é tecido em conjunto, não sendo, portanto, o antônimo de simples. Demonstra um esforço coletivo de construção, por meio de diálogos entre os vários campos do conhecimento, engendrados pelos princípios dialógico, recursivo e hologramático, como proposto por Edgard Morin em sua Teoria da Complexidade.

No exercício do pensar profundo e complexo sobre a vida e a humanidade, o conhecimento se mostra de forma interligado nas ciências, na literatura, na poesia e nas artes, uma vez que o ser humano é constituído por sua racionalidade, suas paixões e subjetividades. O pensamento complexo propõe a construção de um cenário de transdisciplinaridade e transversalidade, que constrói um modo de pensar que pode atravessar as disciplinas e gerar uma espécie de unidade profunda e integradora.

Os artigos deste número da Revista Acadêmica contemplam a complexidade do humano, em suas interações sociais por meio de olhares que miram questões étnicas, de gênero, da comunicação, de saberes e práticas presentes no mundo do trabalho, na educação, na política, na economia, no direito. As pesquisas possibilitam compreender os jogos de escalas de análises, entre o micro e o macro, e os princípios estruturantes da complexidade.

Em Igualdade de gênero e política: representatividade feminina no cenário político brasileiro, Carlos Eduardo Pires, por meio de uma reflexão transdisciplinar, problematiza as contradições e as lutas na busca da participação das mulheres em ambientes políticos, marcados histórica e culturalmente por assimetria de forças.

O tema da educação é alvo das interpretações de Celma Lopes Feitosa, Cláudia Cristina Dias Granito Marques, Kelly Soraya Marque e Maria Clécia Bento de Oliveira, no artigo intitulado *Globalización y mundialización presentes en la educación superior desde la década de 1990: desafíos en el contexto de la América Latina y el Caribe*. As autoras realizam uma leitura criteriosa do processo de internacionalização da escolarização de nível superior a partir das dimensões culturais, econômicas e políticas na América Latina.

Corinne Lopes, em *Contribuições da Comunicação Não-Violenta como apoio psicossocial: relato de experiência do Projeto “Escutas Empáticas”*, mostra a instrumentalização positiva das teorias capitaneadas por Marshall Bertram Rosenberg e desenvolvidas de forma colaborativa por pesquisadores de diversas nacionalidades que compartilham a abordagem da Psicologia Humanista.

Em A proteção de dados relativos à saúde de animais não-humanos: a lógica por trás desse aparente absurdo, Fábio Avelar Peixoto, num exercício de direito comparado, problematiza

questões relacionadas especialmente à dimensão ética do direito. O pesquisador mostra, em tons ensaísticos, a emergência de entes outrora não detentores de direitos.

Fábio Pestana Bezerra, em *Economía, desafíos globales y datos reales*, analisa as teorias e as políticas monetárias em perspectiva global e suas influências em níveis regionais, tendo como foco o comércio internacional e as práticas de consumo interno e sua relação com as exportações e importações em diversos países. As teorias apresentam uma dinâmica social composta por camadas que se interligam como um todo, uma complexidade informacional integrada em múltiplos planos de escala.

O artigo *Transtornos mentais e comportamentais vivenciados pelos policiais militares do Maranhão/Brasil no período de 2013 a 2016*, de Flávia Andréia Martins Castro, faz pensar na dimensão do *homo complexus*, proposto por Edgar Morin, na medida em que percebe o ser humano como racional e irracional, capaz de medida e desmedida, sujeito de afetividade intensa e instável.

Lígia Baptista Kopal, em *O mito de Maslow: análise do uso da Teoria da Hierarquia das Necessidades em artigos acadêmicos*, realiza importante crítica e alerta para o uso indiscriminado de teorias sem a devida interpretação.

Em *Meu cabelo, minha identidade e a representatividade social na educação infantil*, e em *Preconceito racial na escola Pública*, a educadora Maria José dos Santos Vertuan mostra a força de representações presentes na longa duração histórica e como elas impactam na educação de crianças e seu desdobramento nas interações sociais. A escola é um espaço sociocultural, onde valores, significados e saberes são construídos. Um *locus* privilegiado para processos de ensino-aprendizagem ancorados no respeito à alteridade, desconstrução de preconceitos e valorização da diversidade humana.

A finalizar este número da Revista Acadêmica está o artigo de Valdir Amado, intitulado *Análisis crítico de las motivaciones femininas para el empleo en servicio público en Brasil*. Nele o autor mostra como as questões do mundo do trabalho são multidimensionais, permeados por contradições e por permanências.

As pesquisas apresentadas mostram saberes que se entrelaçam e apontam para a necessidade de um pensamento complexo. Nele, destacam-se os elos e as mobilizações epistemológicas aptas a cingir, entrelaçar, envolver e aprender o mundo. Uma proposta para a organização do pensamento mais amplo, construída em meio a ações articuladas e articulantes, religantes dos elementos e dados segmentados, o que permite a emergência da heterogeneidade e da complementaridade.

Prof. Dr. Francis Albert Cotta
Coordenador do Comitê de Ética e Pesquisa do IESLA
Coordenador Pedagógico e Científico dos Projetos Pedagógicos para o Mestrado

IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICA: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

*Carlos Eduardo Machado Pires*¹

RESUMO

Desde a declaração de Pequim, ocorrida em 1995, diversas políticas públicas têm sido adotadas com o intuito de incentivar e alavancar a representatividade feminina no cenário político brasileiro. Não obstante tais ações, não se alcançou o resultado desejado. Isto faz surgir a questão central deste trabalho: As mulheres têm as mesmas condições e oportunidade de atuação política no Brasil? A hipótese é que, apesar de mecanismos políticos-institucionais para promover a participação das mulheres na política, existem entraves culturais que impedem sua concretização. Portanto, este trabalho visa analisar e descrever a representatividade feminina no cenário político brasileiro por meio de análise comparativa dos cargos políticos exercidos por mulheres e homens considerando a proporção do eleitorado feminino e desafios e dificuldades impostos às mulheres para o exercício de cargos eletivos.

PALAVRAS-CHAVE: representatividade feminina; mulheres; política; cargos políticos; igualdade de gênero.

ABSTRACT

Since the Beijing declaration, which took place in 1995, several public policies have been adopted with the aim of encouraging and leveraging female representation in the Brazilian political scenario. Despite such actions, the desired result was not achieved. This raises the central question of this work: Do women have the same conditions and opportunities for political action in Brazil? The hypothesis is that, despite political-institutional mechanisms to promote women's participation in politics, there are cultural barriers that prevent its imple-

¹Pós-Graduando em LGPD pela ESA\UCAM; Mestre em Computação Aplicada com ênfase em Gestão de Riscos pela Universidade de Brasília; Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA da Argentina; Membro da Comissão de Direito Tributário e Empresarial OAB\DF Membro da Comissão de Direito Digital da Associação Brasileira de Advogado - VINCULAÇÃO ACADÊMICA: Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA da Argentina.

mentation. Therefore, this work aims to analyze and describe female representation in the Brazilian political scene through a comparative analysis of political positions held by women and men, considering the proportion of the female electorate and the challenges and difficulties imposed on women to hold elected positions.

KEYWORDS: female representation; women; policy; political offices; gender equality.

INTRODUÇÃO

A Conferência de Pequim foi um dos mais importantes marcos para promoção da igualdade de gênero, no entanto, a efetividade das pautas políticas relacionadas às reivindicações de gênero, e o amadurecimento da democracia, estão diretamente associadas à maior representatividade feminina no âmbito político (GOMES; SEPULVEDA; BOTÁSSIO, 2018) (SANTOS, 2017) (LOPES, 2017).

Apesar do incentivo normativo que visa proporcionar uma paridade de gênero no cenário político brasileiro, a realidade atual ainda está muito aquém do esperado e necessário, com baixíssima representatividade feminina nas diferentes esferas políticas (nacional, estadual e municipal).

Neste contexto, surge o problema objeto deste trabalho. Se existem incentivos para maior participação das mulheres na política brasileira e o desempenho eleitoral das candidatas a cargos eletivos é tão pouco significativo, será que as mulheres realmente têm as mesmas condições e oportunidades para exercer papéis políticos relevantes?

Esta temática tem sido bastante discutida na literatura e os principais fatores apontados pelos pesquisadores e que impedem ou dificultam uma maior participação das mulheres na política brasileira estão relacionados à questão cultural e institucional.

A questão socioeconômica e escolaridade do eleitorado brasileiro não é ponto de consenso no que tange ao impacto do desempenho eleitoral de candidatos do sexo feminino.

Gomes, Sepulveda e Botássio (2018), por exemplo, defendem a tese de que mulheres pobres e menos escolarizadas tendem a votar em homens, demonstrando traços primitivos de subordinação.

Santos (2017), por outro lado, analisando dados eleitorais de 2004 a 2016 e comparando com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem dentre seus elementos fatores econômicos, sociais e educacionais, chegou à conclusão de que tais fatores não

influenciam na representatividade feminina.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo, por meio de uma metodologia qualitativa e revisão de bibliografia, analisar a distribuição de cargos políticos por gênero considerando a proporção da população e eleitorado feminino e descrever os desafios e dificuldades impostos às mulheres para o exercício de cargos eletivos.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA APÓS A CONFERÊNCIA DE PEQUIM

A IV conferência mundial sobre mulheres, promovida pela Comissão do Estatuto da Mulher da ONU, ocorreu entre 4 e 15 de setembro de 1995 em Pequim, com participação de 17 mil participantes e 30 mil ativistas, sendo reconhecida como conferência de Pequim. Durante a conferência, as mais de 189 Nações participante definiram, de forma consensual, metas e objetivos para promoção da igualdade de gênero. As ações para materialização destes objetivos foram descritas na Plataforma de Ação de Pequim, importante documento que até hoje, passados mais de 25 anos da conferência, é considerada uma agenda visionária e abrangente para o empoderamento feminino, sendo utilizada como instrumento norteador das políticas e mecanismos de igualdade de gênero, da manutenção de direitos e conquistas e direcionando os caminhos de mudança de paradigmas de gênero (LOPES, 2017) (FLORÊNCIO; MENDES, 2020).

A plataforma de ação de Pequim estabeleceu 12 áreas prioritárias para alcançar a igualdade de gênero, dentre elas: educação, saúde, violência, economia e poder e liderança, sendo esta última a pauta de interesse deste trabalho.

Em 2020, a então diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka reconheceu que houve significativos avanços na pauta da conferência de Pequim, no entanto, nenhuma nação alcançou a plena igualdade de gênero, especialmente na área política. Segundo ela, passados 25 anos da Conferência de Pequim, as mulheres *“continuam sendo espremidas em apenas um quarto do espaço nas mesas de poder”* (FLORÊNCIO; MENDES, 2020).

A realidade brasileira é ainda mais distante. Apesar do Brasil ter sido uma das primeiras nações a conceder o direito de voto às mulheres e a legislação eleitoral brasileira determinar a candidatura de no mínimo 30% para cada sexo (art. 10 §3º da Lei n.º 9.504/97), o que em tese conferiria uma oportunidade de maior participação das mulheres, a sub-representação feminina no cenário político nacional é sistêmica e persistente (GOMES; SEPULVEDA; BOTASSIO, 2018) (FERREIRA, 2018) (SANTOS, 2017).

Segundo o *ranking* de mulheres no parlamento, publicado pela União Interparlamentar², em janeiro de 2022 o Brasil ocupava a 145ª posição, dentre 193 nações, de representatividade feminina no parlamento, ficando atrás de países como a Etiópia (25º) Iraque (65º) e Arábia Saudita (117º) nações com contundente cultura patriarcal.

O reflexo da posição do Brasil no ranking mundial é perceptível na ocupação de cargos parlamentares. Enquanto as mulheres ocupam 26,4% das cadeiras parlamentares no mundo³, no parlamento brasileiro, elas têm 14,8% dos assentos na Câmara dos Deputados e 17,3% no Senado Federal. Esta disparidade fica ainda mais evidente se considerar que as mulheres totalizam 51,8% da população e 52,8% do eleitorado brasileiro, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Esta discrepância entre o eleitorado feminino e o número de mulheres eleitas, somado à ínfima participação das mulheres nos cargos de poder político é que se denomina sub-representação política feminina (FERREIRA, 2018).

Ora, sendo as mulheres maioria da população e do eleitorado e havendo legislação que oportuniza maior participação no exercício de cargos eletivos, o que impede o incremento da representatividade feminina no cenário político?

ENTRAVES PARA MAIOR REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

A promoção da igualdade de gênero é elemento fundamental para amadurecimento e fortalecimento da democracia, no entanto, a mentalidade e cultura brasileira que estão enraizados em ideologias patriarcais tem grande influência na baixa representatividade política feminina, pois os avanços para redução da desigualdade de gênero esbarram na falta de disposição dos homens em dividir e compartilhar o poder e, assim, construir uma sociedade mais justa e igualitária (GOMES; SEPULVEDA; BOTÁSSIO, 2018) (FERREIRA, 2018)(LOPES, 2017)(SANTOS, 2017).

As mulheres enfrentam obstáculos que, em geral, não existem para os homens galgarem cargos políticos relevantes, o que evidenciam que a igualdade de gênero não é materializada de forma plena no cenário político.

Os desafios multifatoriais que restringem uma maior participação feminina na política

² Monthly ranking of women in national parliaments. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking>. Acesso em: 8 fev.2022.

³ Global and regional averages of women in national parliaments. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-averages>. Acesso em: 8 fev.2022.

brasileira estão sedimentados em profundas raízes histórico-cultural, resultando, ou muitas vezes sendo interpretado, como falta de interesse político pelas mulheres (GOMES; SEPULVEDA; BOTÁSSIO, 2018).

FATORES CULTURAIS

A cultura brasileira adota como verdade a premissa primitiva, e presente em nações patriarcais de que, enquanto o homem é provedor da casa e da família, a mulher é a mantenedora do lar, devendo priorizar as atividades domésticas em detrimento de outras atividades externas.

Esta realidade se comprova pelo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revelou que as mulheres gastam cerca de 21,4 horas semanais com afazeres domésticos, contra 11h que os homens se dedicam a estas atividades.

A sobrecarga das atividades domésticas, a falta de apoio familiar e o preconceito no ambiente político, reflexo de uma cultura patriarcal, desestimulam um maior envolvimento das mulheres (GOMES, SEPULVEDA, BOTÁSSIO, 2018) (FERREIRA, 2018).

Um levantamento realizado pela Procuradoria da Mulher do Senado Federal apontou que 37% das mulheres sofreram algum tipo de discriminação naquela casa legislativa

De fato, às mulheres são impostas uma ideologia que subjuga suas ideias e opiniões, silenciam suas vozes e desqualificam suas ações, desenhando um cenário em que as mulheres são incapazes de intervir nas questões de estados, não estando, portanto, preparadas para o exercício de cargos de decisão (FERREIRA, 2018).

Entender que este posicionamento não poderia estar mais equivocado pois, segundo o IBGE, em termos de qualificação formal, 19,4% das mulheres brasileiras tem formação superior completa, contra 15,1% dos homens.

FATORES INSTITUCIONAIS

Os fatores institucionais são uma derivação do fator cultural que se mostram presentes no âmbito dos partidos políticos pois reduzem a efetividade da participação feminina nas decisões partidárias. Os partidos políticos brasileiros são dirigidos, em sua esmagadora maioria, por homens e impõem barreiras e dificuldades que limitam as mulheres ascenderem e permanecerem nas cúpulas decisórias dos partidos. (GOMES, SEPULVEDA, BOTÁSSIO, 2018) (FERREIRA, 2018)

A sub-representatividade feminina no cenário político brasileiro é reflexo da baixa representatividade das mulheres na direção dos partidos, uma vez que reduz seu poder de influência nas estratégias eleitorais e, principalmente, na alocação de recursos financeiros para o financiamento das campanhas.

O aspecto econômico é sem dúvida fator determinante para o bom desempenho eleitoral, de modo que, em que pese a existência de legislação que determina a candidatura de no mínimo 30% de cada gênero, os partidos políticos têm autonomia sobre a decisão sobre a distribuição dos recursos financeiros para campanha e o fazem priorizando a candidatura masculina, dificultando o acesso pelas mulheres candidatas aos recursos necessários para divulgarem suas propostas e competir, em pé de igualdade, com os candidatos homens.

Somado a falta de apoio dos partidos políticos outro fator contribui de forma significativa na restrição do exercício de cargos eletivos pelas mulheres: as fraudes eleitorais.

Para não violar a regra normativa que determina a candidatura de no mínimo 30% de cada gênero, os partidos políticos registram “candidatas fantasmas”, onde seus nomes figuram como candidata pelo partido, mas na prática não lhe são oferecidas oportunidades reais de concorrer ao cargo político.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontou indícios de fraudes nas candidaturas municipais de 2016 pelo descompasso entre o número de candidatas mulheres e o número efetivamente eleitas. Naquele ano, 16 mil candidatos não receberam nenhum voto, sendo 14.400 candidatas mulheres (GOMES, SEPULVEDA, BOTÁSSIO, 2018)

Apesar do Brasil adotar, há mais de 25 anos, a política de cotas no sistema eleitoral, a sub-representatividade feminina no cenário político nacional e os indícios de fraudes no registro de candidatura que visam burlar a política de cotas demonstra sua ineficácia.

Para contornar este problema, a Argentina e Bolívia, que possuem políticas de cotas semelhante, implementaram mecanismos para garantir que pelo menos 1/3 dos candidatos eleitos sejam mulheres. Isto permitiu que alcançassem níveis de representatividade femininas relevantes, tendo a Argentina 36,8% e Bolívia 53,1% de seu parlamento composto por mulheres (FERREIRA, 2018).

No Brasil, propostas para assegurar a efetividade das cotas de gênero no exercício de cargos políticos foram sumariamente rechaçados pelo Congresso Nacional, demonstrando que ainda, em pleno século XXI, impera a mentalidade retrógrada e patriarcal na política brasileira, o que impede o amadurecimento e fortalecimento de nossa, ainda jovem, democracia.

CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que os empecilhos para o exercício de cargos políticos pelas mulheres têm sua gênese em fatores culturais que se alastram, contaminam e reverberam nas instituições partidárias, resultando na sub-representatividade feminina no cenário político brasileiro.

A elaboração de leis para minimizar a desigualdade de gênero, apesar de importante e uma grande conquista para a bandeira da paridade, por si só são ineficazes sem uma mudança cultural ou imposição de regras mais rígidas que garantam sua efetividade, como se percebe na Argentina e Bolívia.

A mudança de mentalidade é o modo mais eficaz de se alcançar a paridade de gênero de forma plena, no entanto ela não ocorrerá a curto prazo e sem mecanismos que ceifem a perpetuação da ideologia e pensamento patriarcal.

É necessário a criação de ferramentas que permitam uma maior representatividade feminina nas posições e decisões políticas do Brasil para que suas pautas e ideias possam ser efetivadas, contribuindo para construção de uma sociedade mais igualitária e assim, com o tempo, eliminar os preconceitos historicamente enraizados na cultura brasileira de que política não é lugar de mulher.

REFERÊNCIAS

CONHEÇA o Brasil - População. [2020?]. *In*: BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conteúdo publicado originalmente em [2020?] no site EducaIBGE. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso: em 2 fev. 2022.

ESTATÍSTICAS de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2021. *In*: BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conteúdo publicado originalmente em [2021] no site do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 2 fev. 2022.

ESTATÍSTICAS do eleitorado – Por sexo e faixa etária. 2022. *In*: BRASIL. TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Conteúdo publicado originalmente em [2021] no site do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 4 fev. 2022.

FERREIRA, Maria Mary. Sub-representação das mulheres no Brasil: um debate sob a ótica do feminismo. **Revista de Políticas Públicas**, [S.l.] v. 22, p. 775-792, 2018.

FLORENCIO, P. & MENDES, A. **25 Anos da Declaração de Pequim: Os desafios para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder**. 2020. *In: BRASIL*. Centro de Liderança Pública. Conteúdo publicado originalmente em 15/09/2020 no site da CLP. Disponível em: <https://www.clp.org.br/25-anos-da-declaracao-de-pequim-os-desafios-para-superar-a-sub-representacao-das-mulheres-nos-espacos-de-poder-mlg2>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GOMES, Silvana; SEPÚLVEDA, Marcos; BOTASSIO, Barbara. A representação feminina no Congresso Nacional: dilemas e desafios. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, [S.l] v. 5, n. 1, p. 695-706, 2018.

LOPES, Ana Lúcia Paz. Construção da Posição do Governo Brasileiro referente à Plataforma de Ação de Pequim: primórdios e atualidade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13 WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônico**. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499397250_ARQUIVO_artigoMMFGfinal.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

SANTOS, Bruno Carazza. **5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira**. 2017. *In: BRASIL*. Conteúdo publicado originalmente em 17/03/2017 no site Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GLOBALIZACIÓN Y MUNDIALIZACIÓN PRESENTES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DESDE LA DÉCADA DE 1990: DESAFÍOS EN EL CONTEXTO DE LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Celma Lopes Feitosa¹; Claudia Cristina Dias Granito Marques²;
Kelly Soraya Marques³; Maria Clécia Bento de Oliveira⁴*

RESUMO

El tema que se aborda en este artículo se refiere a los sistemas de educación superior de los países de América Latina y el Caribe, considerando que en las últimas tres décadas la internacionalización, así como la movilidad de los estudiantes, los retos y la capacidad de

1 Doutoranda em Educação Superior - Universidade de Palermo (UP) - Argentina; IESLA - Brasil; Mestre em Educação Superior Universidade Evangélica do PY, Especialista em Metodologia da Educação Superior UEMA, Graduada em geografia pela UEMA. Atualmente é Professora de Geografia da Rede pública de Imperatriz do Maranhão. Vínculo: Doutoranda na Universidade de Palermo/ Buenos Aires - IESLA/Belo Horizonte.

2 Doutoranda em Educação Superior - Faculdade de Ciências Sociais - Universidade de Palermo/Buenos Aires; IESLA/Belo Horizonte; Mestre em Terapia Intensiva pela Escola Brasileira de Terapia Intensiva (EBRATI); pós-graduanda em Educação Online e Tecnologias de Aprendizagem (PUC- RS) com perfil humanista e sustentável; pós-graduanda em Ayurvédica (FAESDA); pós-graduanda em A Moderna Educação: Metodologias, Tendências e Foco no Aluno (PUC-RS); pós-graduanda em Saúde – práticas integrativas (PUC-RS); pós-graduanda em Terapia Intensiva Neonatal, Pediátrica e Adulta pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Pediatria Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Graduada em Enfermagem e Obstetrícia pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO); Professora Universitária (UNIFESO) e responsável pela Liga de Enfermagem em Saúde da Mulher (UNIFESO).

3 Doutoranda em Educação Superior - Faculdade de Ciências Sociais - Universidade de Palermo/ Buenos Aires; IESLA/Belo Horizonte; Mestre em Psicopedagogia Clínica - Programas IAEU - Universidade de León/Espanha; Especialista em Pedagogia Musical Orff-Schulwerk - Universidade Mozarteum de Salzburg/Áustria - Instituto Orff - Aluna Bolsista da Fundação Carl Orff de Munique/Alemanha; Especialista em Práticas Pedagógicas - Faculdade de Música Carlos Gomes/São Paulo; Licenciada em Música – FAAM/FMU – São Paulo; Licenciada em Pedagogia – Unicsul- São Paulo; Professora de música e movimento na Educação Básica e Professora Universitária Educação/Cultura/Sociedade.

4 Doutoranda em Educação Superior - Universidade de Palermo (UP) - Argentina; IESLA Brasil, Mestrado em Comunicação Social - linha de pesquisa: Comunicação Folclórica e Folkmídia - UESP - São Paulo SP; Especialização em Estudos de Comunidade e Sociedade / Sociologia Urbana - Fundação de Ensino Superior Santo André - São Paulo - SP; Bacharel em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo SP; Autor do livro acadêmico: “A Grandeza do Brasil no ritmo do Samba-Elementos de Folkmídia no Carnaval Paulistano” - publicado em 2004. Professora Universitária.

investigación de las universidades han sufrido un intenso proceso de transformación. La investigación se basó en una revisión bibliográfica con enfoque cualitativo y análisis documental exploratorio, basado en autores sobre la Internacionalización de la educación superior, su movilidad, desafíos y capacidades de investigación de las universidades de América Latina, el Caribe, Brasil y Argentina. Para presentar los resultados y las discusiones, elegimos el mapa conceptual como herramienta para organizar y representar los conceptos presentados en la investigación y las relaciones establecidas. En este siglo, además de los debates, reflexiones y discusiones sobre la internacionalización y su papel global en la educación superior; existen posibilidades de acciones efectivas de reajustes para implementar cambios cualitativos en las Universidades; favoreciendo la autonomía, la sociedad del conocimiento, el equilibrio y la equidad para todos, de manera que se garantice el fenómeno de la Internacionalización.

PALABRAS CLAVE: internacionalización; educación superior; globalización; movilidad de los estudiantes; equidad.

ABSTRACT

The theme discussed in this article refers to the higher education systems of Latin American and Caribbean countries, considering that in the last three decades the internationalization, as well as student mobility, challenges and research capacity in universities have been passing through an intense process of transformation. The research was based on a literature review with a qualitative approach and exploratory documentary analysis, based on authors on the Internationalization of Higher Education, its mobility, challenges and research capacities of universities in Latin America, the Caribbean, Brazil and Argentina. To present the results and discussions, we chose the Concept Map as a tool in order to organize and represent the concepts presented in the research and the relationships established. In this century, besides debates, reflections and discussions about internationalization and its global role in higher education; there are possibilities for effective actions of readjustments to implement qualitative changes in the Universities; privileging autonomy, knowledge society, balance and equity for all, so that the phenomenon of Internationalization is guaranteed.

KEYWORDS: internationalization; higher education; globalization; student mobility; equity.

INTRODUCCIÓN

La temática abordada en este estudio se refiere a los sistemas de educación superior de los países de América Latina y el Caribe, considerando que en las últimas tres décadas la internacionalización, así como la movilidad, los desafíos y la capacidad investigadora en las universidades ha atravesado un intenso proceso de transformación.

Sin embargo, este proceso multidimensional está vinculado a la expansión del acceso a la educación superior, de manera concurrente con la experiencia de otros continentes, América del Norte, Europa, Asia y África, dada esta expansión demográfica, la fuerte diferenciación en los sistemas de educación superior.

El fenómeno de la globalización y la mundialización cambia el paradigma de las relaciones. El concepto de globalización no se limita al aspecto puramente económico, en realidad es un proceso multidimensional que comprende aspectos vinculados a la economía, ciencia, tecnología, finanzas, comunicaciones, cultura, política y educación, generando un incremento uniforme de progreso y desarrollo en todos los continentes.

Los grandes desafíos para las instituciones de educación superior surgieron en paralelo con el fenómeno de la globalización. En estos encontramos la masificación del sistema educativo; la inclusión de grupos sociales excluidos; el desarrollo de centros de investigación; innovación en los procesos de enseñanza y aprendizaje a través de nuevas tecnologías; la creación de alianzas con inversores privados y la contribución a la cooperación internacional.

Estos desafíos y cambios vienen ocurriendo en el mundo desde la década de 1990, donde también pudimos ver la expansión de los sistemas educativos y, con ello, la mejora de la “equidad” en el acceso a la educación, brindando una creciente inclusión de grupos sociales históricamente excluidos de la universidad.

Por otro lado, la expansión de la educación superior latinoamericana está directamente vinculada a un proceso de “privatización” de la educación que apunta a factores como el surgimiento de una “industria del conocimiento”, que convierte la educación en un activo rentable.

También ocurre con la globalización y mundialización de la educación surgida de nuevas carreras profesionales, nuevos programas educativos, presión de organismos internacionales como la ONU y UNESCO, metas y demandas de países en desarrollo por parte del Banco Mundial, la Comisión Económica para América Latina y la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo.

En una colección de estudios y reflexiones organizada por Simon Schwartzman (2008),

señala que los Institutos de Educación Superior de América Latina no han sido capaces de enfrentar estos desafíos que se han dado con la globalización de la educación, ya que están enfocados en sus propios problemas del día a día. A las instituciones les resulta muy difícil comprender todos estos cambios y aprender a afrontarlos. La educación para el siglo XXI debe enseñar a vivir juntos en esta “aldea planetaria”.

Según Edgar Morin (2007, p. 18, *apud* TÜNNERMANN, 2018, p. 11), es un gran desafío si seremos capaces de desarrollar un nuevo sistema de ideas para “repensar el mundo”. Esta crisis de concepción del mundo y de la vida sólo podrá superarse si somos capaces de inventar un nuevo humanismo y dar un horizonte ético a una nueva dirección.

Dentro del aspecto humanístico de la sociedad y su formación, también podemos destacar el Encuentro de Madrid. Dado que la Globalización es un fenómeno más dominante y debe ser excluyente y dominante, transformarla en una fuerza de liberación e inclusión, pretendía proponer una “cultura de paz” ante los siguientes aspectos: la globalización del individualismo y la indiferencia hacia globalización de la solidaridad; la globalización de la desigualdad a través de la equidad y dignidad humana; globalización economicista a través de la globalización humanista; la globalización de la exclusión y la marginación a través de la inclusión y la participación; globalización en términos de mercado a través de la globalización de la sociedad; la globalización del consumismo destructivo para la globalización de la reconciliación del hombre con la naturaleza; globalización desprovista de valores, por principios éticos y morales; globalización basada en el lucro en beneficio de todos; y la globalización gobernada por unos pocos para la globalización de todos. (TÜNNERMANN, 2003).

De esta manera, el estudio se justifica ante los paradigmas del desarrollo humano sostenible, la cultura de paz, los problemas globales que desafían la inteligencia, la creatividad y la responsabilidad humana, y es necesario reinventar el humanismo con horizontes más éticos.

La pregunta central de la investigación es ¿cuáles son los principales aspectos que guiaron los cambios en el enfoque de la educación superior universal en América Latina y el Caribe?

Y el objetivo es comprender la Internacionalización de la Educación Superior: su movilidad, desafíos y capacidades de investigación de las universidades de América Latina y el Caribe.

MARCO TEÓRICO

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA EN EL SIGLO XXI

Para un análisis de la problemática de la universidad contemporánea, la premisa básica es analizar las demandas específicas de las universidades en cuanto a su origen, su carácter filosófico y sus condiciones de infraestructura que afectan a la institución, sus fuentes de financiamiento público y privado, sus ideologías y principios, ya sean seculares o religiosos.

La universidad latinoamericana de hoy es un grupo heterogéneo en el que elementos de universidades europeas y norteamericanas se superponen en una trama tradicional heredada de la universidad española del siglo XVIII.

Cabe mencionar a Darcy Ribeiro (*apud* TÜNNERMANN, 2003, p. 68) en Brasil, donde este gran pensador de la educación considera que la universidad latinoamericana, más que un modelo, es un residuo histórico, resultado de una secuencia de éxitos pasados en términos de los cuales se puede entender su configuración actual. Señala modelos que se materializan en su tradicional división en colegios profesionales autosuficientes y cátedras autónomas.

Para Del Mazo (*apud* TÜNNERMANN, 2003, p. 81- 82), gran protagonista del movimiento reformista en Córdoba, la tipificación de la Universidad Latinoamericana es una consecuencia de la Reforma de Córdoba, que introdujo la participación estudiantil, fortaleció la autonomía y proyección de la universidad.

Antes se siguió el esquema basado en la tradición napoleónica que había reorganizado el sistema universitario en Francia y que tenía un gran peso en la formación educativa de los países latinoamericanos. Como ejemplo, podemos mencionar el sistema de posgrados en Argentina a partir de la década de 1990 y la influencia de las universidades estadounidenses en la formación de cursos.

Desde la década de 90, la expansión de los estudios de posgrado ha supuesto el solapamiento, sin demasiado orden curricular, entre el esquema tradicional de graduación (pregrado), especialización y doctorado (posgrado), heredado de la cultura europea y propuestas educativas derivadas de la experiencia americana, como maestros. La principal consecuencia fue la ampliación de la duración del ciclo universitario - títulos de cuatro o cinco años con máster de tres o cuatro y doctorados de tres a cinco - sin justificación aparente y en muchos casos con duplicación de contenidos entre la última fase de la titulación de la graduación y el posgrado.

Muchas tendencias innovadoras en la educación superior latinoamericana moderna y contemporánea pueden verse desde la década de 90 como: educación general; planes de estudio y métodos de enseñanza diversificados; estructura académica; planificación universitaria; una amplia gama de instituciones (institutos politécnicos y tecnológicos, colegios universitarios, institutos educativos ...); las primeras experiencias de integración de la edu-

cación superior entre varios países comenzaron a producir resultados, principalmente en las áreas de Centroamérica y el Caribe; y educación comparada.

¿Podemos cuestionar cuál es el papel de la educación superior en un nuevo siglo y milenio con el mundo en constante cambio? La respuesta aparece como apuntando pedagógica y estratégica a la Educación Permanente.

Según la UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la educación, la ciencia y la cultura), los cuatro pilares de la Educación del Futuro según el informe de la Comisión Internacional sobre Educación para el Siglo XXI (1992-1996) presidido por Jacques Delors, conocido como el informe “La educación es un tesoro por descubrir” - son: Aprender a conocer, Aprender a hacer, Aprender a ser y Aprender a vivir. Durante su trabajo en la UNESCO, señaló como principal consecuencia de la sociedad del conocimiento la necesidad de un aprendizaje permanente, basado en cuatro pilares, que son, concomitantemente, el conocimiento y la educación continua proponiendo la educación permanente. (DELORS, 1998).

En la sociedad contemporánea a la globalización, se espera encontrar una universidad al servicio

de la Imaginación y la Creatividad. Una institución dispuesta a reformar sus estructuras y métodos de trabajo. La educación superior debe desempeñar un papel clave en la promoción de la capacidad de innovación y creatividad. En la actual evolución del conocimiento, el intercambio creativo de la formación universitaria y la investigación requiere cada vez más fuerza y en esta evolución los temas de Interdisciplinariedad y Transdisciplinariedad ganan foco en el aprendizaje. La interdisciplinariedad es la discusión actual no solo como consecuencia de la evolución del conocimiento sino también como reacción frente a los vicios del “departamentalismo” y sus consecuencias en la organización de la docencia y la investigación universitaria.

Para Piaget (*apud* TÜNNERMANN, 2003, p. 141), la interdisciplinariedad designa un nivel “donde la cooperación entre diversas disciplinas y sectores heterogéneos de una misma ciencia conduce a interacciones reales con una cierta reciprocidad de intercambios que resultan en un enriquecimiento mutuo”. En la transdisciplinariedad, no solo se da la investigación y la reciprocidad entre proyectos de investigación, sino que también ubicaría estas relaciones dentro de un sistema más amplio, tejiendo conexiones e interconexiones entre diferentes áreas de estudio.

También es importante señalar la Redefinición de la Misión de Educación Superior en el contexto de la sociedad del siglo XXI, donde el primer apartado de la Declaración Mundial sobre Educación Superior aprobada en París (octubre de 1998) redefine las funciones de la Educación Superior, destacando la necesidad de preservar, reforzar y fomentar sus mi-

siones y valores fundamentales, tales como: contribuir al desempeño sostenible y mejorar la sociedad en su conjunto mediante la formación de titulados altamente cualificados; un espacio abierto para la educación superior que brinde un aprendizaje permanente; la promoción, generalización y difusión del conocimiento a través de la investigación; contribuir a comprender, interpretar, preservar, reforzar, promover y difundir las culturas nacionales, regionales, internacionales e históricas en un contexto de pluralismo y diversidad cultural; autonomía y libertades académicas; contribuir al desarrollo y mejora de la educación en todos los niveles, en particular mediante la formación del personal docente.

Podemos mencionar la importancia y contribución del movimiento estudiantil a los logros en la universidad latinoamericana. Este movimiento politizado con gran participación en congresos trajo la presencia de estudiantes en el gobierno de la universidad con una participación activa y contribuyendo a varios cambios en los procesos educativos, políticos, organizativos y sociales de las universidades.

Las universidades latinoamericanas están interesadas y preocupadas por sus misiones y comprometidas a contribuir y pagar sus enormes tareas pendientes.

DESAFÍOS EN LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN Y EL PROCESO DE INTERNACIONALIZACIÓN

Cuando se trata del surgimiento de la “Cultura de Calidad y Evaluación”, la “Cultura de Relevancia”, la “Cultura Informal”, la “Cultura de Gestión Efectiva”, la “Cultura de Apertura” a nivel internacional, estamos avanzando hacia el eje de la internacionalización.

Entender la internacionalización de la educación superior requiere considerar las concepciones del mundo en las que se desarrolla esta Internacionalización, ya que el concepto engloba aspectos de política exterior, relaciones económicas, disposición ideológica, tecnologías de la comunicación que se conectan en un análisis sobre los discursos sobre la internacionalización.

Para Knight (2011), la internacionalización de la educación superior es un proceso de integración con dimensiones internacionales, interculturales y globales en relación con las actividades de docencia, investigación, extensión e innovación en la educación superior, promoviendo la formación humana en diversas modalidades.

Desde la década de 1990 se ha producido un marcado fenómeno de internacionalización de la educación superior y la investigación científica, fortaleciendo así las comunidades académicas de una región y estimulando la inmigración de profesionales, científicos y técnicos a los países más industrializados. La cooperación internacional entre instituciones de

educación superior es una consecuencia de la naturaleza del conocimiento contemporáneo, que no tiene fronteras. La globalización de las actividades son características marcadas en ese momento. Los principios de cooperación internacional basados en la solidaridad, el reconocimiento y el apoyo mutuo entre las Instituciones de Educación Superior son fundamentales para la educación y sustentan este nuevo proceso de intercambios, adquisición de conocimientos, intercambio de experiencias y desarrollo de habilidades.

Podemos mencionar en los procesos de internacionalización para América Latina y el Caribe (ALC), la profesora e investigadora mexicana Jocelyne Gacel-Ávila y sus preguntas sobre el tema publicadas en el artículo “Nuevas direcciones para la Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe” en - Revista Unicamp de Educación Superior Digital. La profesora informa que: “La internacionalización es una estrategia clave para la transformación y mejora de la educación superior (ES), en cuanto a formar a los egresados con las habilidades cognitivas e interculturales necesarias para una economía y una sociedad cada vez más conectadas a nivel global”. El docente también cuestiona si los procesos de Internacionalización se están utilizando como acceso a las transformaciones de la educación superior en sus países y regiones o si no se contempla esta premisa.

“La internacionalización de la Educación Superior es la respuesta que constituyen los estudiantes universitarios ante los efectos homogeneizadores de la desnacionalización de la Globalización.” (GACEL-ÁVILA, 2015).

Una investigación sobre internacionalización global realizada en 2014 por la Asociación Internacional de Universidades (IAU) presentó algunas indicaciones importantes y reales sobre los procesos de internacionalización - equilibrio, progreso y desafíos: nuevas tendencias en América Latina y Caribe (ALC), elementos motivadores externos, políticas gubernamentales por delante de los problemas solamente económico. El apoyo del gobierno ha crecido mucho en relación con la encuesta realizada en 2010, donde el apoyo económico de las industrias y el sector privado fue mucho mayor que el apoyo del gobierno y la inversión y el financiamiento. El apoyo económico privado y gubernamental es importante para el desarrollo de estrategias de internacionalización. Con estas inversiones, la calidad de la educación superior mejora, el nivel y el desarrollo de las clasificaciones nacionales y regionales se evalúan mejor a nivel mundial. El aumento de las redes internacionales en América Latina y el Caribe es reportado por investigadores y universidades como uno de los principales beneficios de la internacionalización.

Una preocupación sobre la internacionalización es la igualdad de acceso y oportunidades para los estudiantes accesibles en relación con los recursos financieros y las dificultades para regular las ofertas de calidad de los programas extranjeros. La barrera del idioma

también es un factor de preocupación entre los estudiantes y el acceso a la internacionalización. También existe preocupación por la oferta del sector privado en relación a los programas de internacionalización en relación con el sector público.

América Latina y el Caribe (ALC) aún no se ha fortalecido como región y como asociaciones; Europa y América del Norte están a la cabeza de las prioridades de las asociaciones regionales. ALC ocupó el segundo lugar en importancia para América del Norte y Europa por debajo de las três principales regiones asociadas. Una prioridad señalada en la Internacionalización del currículo es el aprendizaje de una lengua extranjera, deficiente en ALC.

ALC sigue siendo la región con el menor porcentaje de políticas internacionales establecidas, pero tiene el mayor porcentaje de instituciones que elaboran políticas y estrategias de Internacionalización, lo que demuestra la preocupación, el interés y el esfuerzo por impulsar este proceso. La Internacionalización de la Educación Superior debe cumplir realmente con la innovación, la calidad y la relevancia educativa. Se requiere inversión, planificación a mediano y largo plazo, mayor acceso, equidad, calidad, producción de conocimiento.

EVALUACIÓN Y ACREDITACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Una innovación significativa que se originó en la década de 1990 fue la incorporación de la evaluación externa por parte de las universidades como consecuencia de los cambios introducidos por la ley de educación superior desde 95, específicamente con la creación de la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU).

En el área de evaluación y acreditación de cursos, el Centro de Desarrollo Interuniversitario (CINDA - 1971), propone la siguiente definición de calidad en la Educación Superior: “El conjunto de cualidades de una institución y organización estimadas en un tiempo y situación dada”. Sus características: integridad, coherencia y eficacia camina junto con la acreditación de cursos: pleno respeto a la autonomía, voluntariado, temporalidad, finalidad y mejora de la calidad y control.

En cuanto a la autoevaluación institucional, puede ejemplificar con el modelo argentino y el modelo brasileño: En Argentina existe un sistema universitario Nacional que en principio comprende a todos los Institutos de Educación Superior del país, excepto las dos Universidades públicas más grandes y tradicionales de Argentina que son autónomas universidad de Buenos Aires (UBA) y Universidad de universidad Nacional de Córdoba (UNC). La primera fase de acreditación: la experiencia de acreditación (impulsada por el Estado en 1992); y la segunda fase de acreditación: proceso de negociación interactiva entre el Ministerio y el Consejo Nacional Interuniversitario. La acreditación es voluntaria.

En Argentina, la ley de educación superior otorgada en 1995 instituyó mecanismos de evaluación de la educación superior y creó la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU), por lo que Argentina no solo ya contaba con una agencia nacional, sino también una importante experiencia en acreditación de carreras. Tampoco fue diferente con Brasil, desde la institución del examen nacional de cursos (ENC), a través de la Ley 9131/95, el país ya venía desarrollando mecanismos de evaluación de la educación superior supervisados por el Consejo Federal de Educación Ministerio de Educación (MEC), además de contar con la vasta experiencia de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) en la evaluación de cursos de posgrado.

Debemos enfatizar, según Unzué (2013), que no podemos encontrar en el caso argentino una relación tan directa entre universidades y procesos de evaluación que haya permitido a Brasil desarrollar varias políticas públicas para la universidad canalizadas por sucesivas instancias de evaluación. Y en el Caso Argentino, la demanda de Autonomía Universitaria se limita al ámbito de la regulación estatal del sector.

Es importante destacar que la preocupación por la Evaluación de la Calidad de la Educación Superior surgió en América Latina en el Caribe, en un contexto de crisis económica que se caracteriza por ser un proceso continuo, permanente e integral. En relación con los principios comunes de las etapas de acreditación, como el respeto a la autonomía, el voluntariado, el propósito de mejorar la calidad y el control; son sumamente relevantes para la Internacionalización a fin de promover la equidad justa y efectiva.

METODOLOGÍA

La metodología de investigación se basó en la revisión de la literatura sobre la Internacionalización de la Educación Superior: su movilidad, desafíos y capacidades de investigación de las universidades de América Latina, el Caribe, Brasil y Argentina, que permitió categorías analíticas e interpretativas relevantes. Buscamos establecer comprensión para el propósito de la investigación.

Este estudio tiene un enfoque cualitativo con análisis documental exploratorio desarrollado a partir de los documentos proporcionados a través de la búsqueda de los descriptores: internacionalización de la educación superior; movilidad estudiantil en educación superior; globalización de la educación superior.

Para el análisis de los datos se realizó un enfoque interpretativo y un análisis del contenido de 07 (artículos) internacionales y nacionales y 07 (libros), los cuales fueron presentados en la discusión y resultados de mapas conceptuales, los cuales son herramientas gráficas

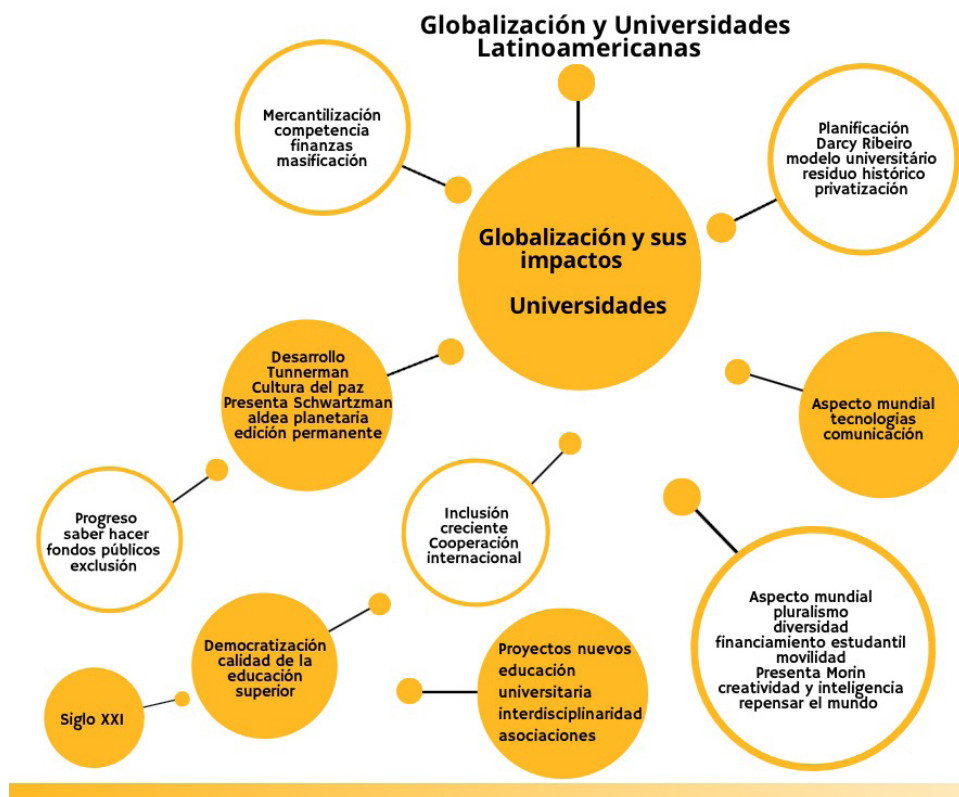
para la organización y representación de conocimientos y conceptos.

Los mapas conceptuales fueron desarrollados en 1972 por Novak en la Universidad de Cornell, en el que buscaba monitorear y comprender los cambios en la forma en que los niños entendían la ciencia (NOVAK; MUSONDA, 1991, *apud* NOVAK, 2010, p. 10). A lo largo de este estudio, los investigadores entrevistaron a un gran número de niños y encontraron difícil identificar cambios específicos en su comprensión de los conceptos científicos simplemente examinando entrevistas transcritas. Este programa se basó en la psicología del aprendizaje de David Ausubel (1963, 1968, AUSUBEL *et al*, 1978, *apud* NOVAK, 2010, p. 11) que en psicología cognitiva, el aprendizaje ocurre a través de la asimilación de nuevos conceptos y proposiciones dentro de conceptos preexistentes y sistemas proposicionales que ya son propiedad de aprendiz.

RESULTADOS Y DISCUSIONES

Para presentar los resultados y las discusiones, elegimos el Mapa Conceptual como herramienta para organizar y representar los conceptos expuestos en la investigación y las relaciones establecidas.

4.1. Figura 1- Mapa conceptual

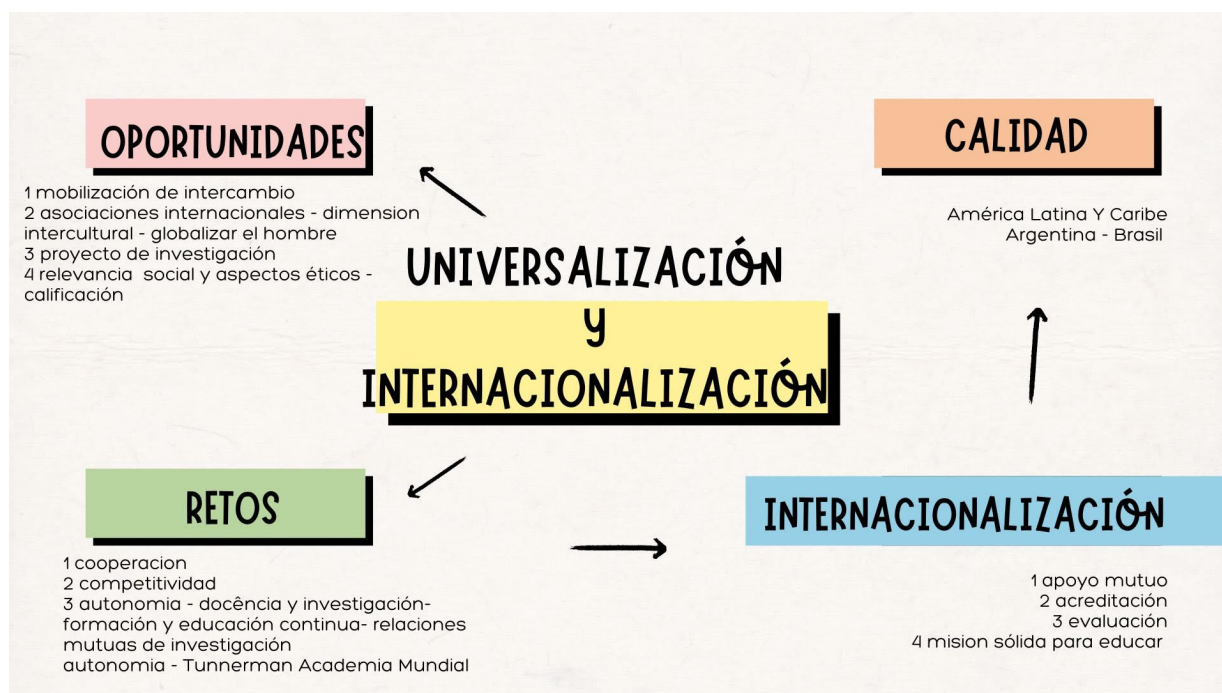


Fuente: Mapa conceptual elaborado por los autores según Novak.

El mapa conceptual 1 presenta el tema de la globalización y sus impactos en las universidades de América Latina de acuerdo con la discusión de los autores presentada en el texto que agrega en el mapa las principales ideas y conceptos sobre el tema. El mapa conceptual fue concebido a través de las ideas presentadas en los textos de Tünnermann (2003) y Schwartzman (2008) que también citan y contemplan las ideas de Darcy Ribeiro, Del Mazo, Edgar Morin y Jacques Delors.

En relación con la globalización y la mundialización se han producido cambios que señalan aspectos positivos y negativos para la Educación Superior.

4.2. Figura 2 - Mapa Conceptual



Fuente: Mapa conceptual elaborado por los autores según Novak.

El mapa conceptual 2 presenta el tema de Universalización e Internacionalización de la Educación Superior, abordando aspectos relevantes para el proceso en América Latina, el Caribe, Brasil y Argentina. Los autores consultados para discutir este tema fueron Tünnermann (2003, 2018), Unzué (2013, 2018), Jocelyne Gacel-Ávila (2015, 2018).

En cuanto a los procesos de Internacionalización, queda mucho por construir, pero des-

de la década de 90 se están produciendo cambios importantes en la Educación Superior.

CONSIDERACIONES FINALES

A la vista de los aspectos analizados, es claro que las universidades latinoamericanas vienen experimentando un intenso proceso de transformación desde la década de 1990 con la globalización y la mundialización, generando una gran expansión de los sistemas educativos (equidad, acceso e inclusión), con un marcado fenómeno de internacionalización de la educación superior y la investigación científica.

Según Gacel-Ávila (2018), la internacionalización es una estrategia clave para la transformación y mejora de la educación superior, además la cooperación internacional entre instituciones no tiene fronteras, fundada en la solidaridad, el reconocimiento y apoyo mutuos fundamentales para que la educación superior se mantenga en el proceso de intercambio. También se puede destacar la importancia de preservar las manifestaciones culturales de los diversos grupos y pueblos, fomentando la integración, el respeto a la diversidad cultural y la interculturalidad.

A partir de la búsqueda de los estudios de intelectuales, teóricos y investigadores sobre el tema abordado en este artículo, notamos la amplia diversidad de aspectos alineados con cambios y grandes transformaciones en el escenario mundial ante los impactos de la Globalización que a su vez repercutieron en las Instituciones de Educación Superior en América Latina.

En este siglo analizamos y emergemos no solo en reflexiones, sino acciones efectivas de reajustes y la búsqueda de res-significados para implementar cambios cualitativos en las Universidades, privilegiando la autonomía, la sociedad del conocimiento, el equilibrio y la equidad para todos para que el fenómeno de Internacionalización está garantizado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Equilibrio del neoliberalismo**. In: SADER, E., GENTILLI, P (org.), *Post-neoliberalismo: políticas sociales y Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz y Tierra, 2013.

ARGENTINA. **Ministerio de Educacion, Ciencia y Tecnologia**. Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria. CONEAU. Buenos Aires, 2020. Disponible en: <https://www.coneau.gov.ar/coneau/>. Acceso el: 10 ago. 2020.

AROCENA, R.; SUTZ, J. **La Universidad Latinoamericana - tendencias, escenarios alternativos**. México: Colección UDUAL, 2001.

BRASIL. Ministerio de Educación. **Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior**. CAPES. Brasilia, 2020. Disponible en: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acceso el: 10 ago. 2020.

DELORS, J. (coord.). **La educación: un tesoro por descubrir**. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la Educación para el Siglo XXI. Trad.: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez Editora. Brasilia: UNESCO, 1998.

GACEL-ÁVILA, J. **Nuevos rumbos para la internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Trad.: Sergio Azevedo Pereira. Revista Ensino Superior –UNICAMP, Campinas, 2015. Disponible em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-highereducation/novos-direcionamentos-para-internacionalizacao-do-ensino-superior-na-america-latinae-no-caribe>. Acceso el: 20 ago. 2020.

GACEL-ÁVILA, J. (coord.). **La educación superior, internacionalización e integración regional de América Latina y el Caribe**. In: CRES – Conferencia Regional de Educación Superior. Córdoba: UNESCO – IESALC – UNC, 2018. Disponible en: http://erasmusplusriesal.org/sites/default/files/libro_la_es_inter_e_integracion_cres.pdf. Acceso el: 20 ago.2020.

KNIGHT, J. Five Myths about Internationalization. **London: International Higher Education**, 2011. Issue 67. LENTE, S.M.; SILVA, V.O; OIAGEN, E.R; SILVA, E.O. Retos y oportunidades para la internacionalización de la educación superior en América Latina: una revisión sistemática. In: XIX Coloquio Internacional de Gestión Universitaria. Santa Catarina: CIGU, UFSC, INPEAU, 2019. Disponible en: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201738/102_00280.pdf?sequence=1. Acceso el: 10 ago. 2020.

NOVAK, J.;CAÑAS, A, J. **La teoría detrás de los mapas conceptuales y cómo diseñarlos y usarlos**. Revista Praxis Educativa, Ponta Grossa, V.5, n.1, p. 9-29, 2010. Disponible em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/1298>. Acceso el: 1 ago. 2020.

SANTOS, M.R. y DONINI, C.A. **Políticas para la integración e internacionalización de la Educación Superior en el Mercosur**. In: X Coloquio Internacional de Gestión Universi-

taria en América del Sur. Mar del Plata: UFSC, 2010. Disponible en: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97024/POL%C3%8DTICAS DE INTEGRA%C3%87%C3%83O% 20E% 20INTERNACIONALIZACI%C3%93N% C3% 87%C3% 83O% 20DA% 20EDUCA% C3% 87% C3% 83O% 20SU.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97024/POL%C3%8DTICAS%20DE%20INTEGRA%C3%87%C3%83O%20E%20INTERNACIONALIZACI%C3%93N%C3%87%C3%83O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20SU.pdf)? Acceso el: 10 ago. 2020.

SCHWARTZMAN, S. Ciencia, **Universidad y Ideología: la política del conocimiento**. Rio de Janeiro: Edelstein Center for Social Research, 2008.

TÜNNERMANN, B. C. **La Universidad Latinoamericana ante las rectas del XXI**. México: UDUAL, 2003.

TÜNNERMANN, B. C.- **La internacionalización de la educación superior. Significado, relevancia y evolución histórica**. In: La educación superior, internacionalización e integración regional de América Latina y el Caribe. CRES – Conferencia Regional de Educación Superior. Córdoba: UNESCO – IESALC – UNC, 2018. Cap. 1, p. 17-29. Disponible en: http://erasmusplusriesal.org/sites/default/files/libro_la_es_inter_e_integracion_cres.pdf. Acceso el: 10 ago. 2020.

UNZUÉ, M. **Autonomía, evaluación y políticas públicas. Tendencias y límites en los sistemas universitarios de Argentina y Brasil**. In: UNZUÉ, M., EMILIOZZI, S. Universidad y Políticas públicas. ¿En busca del tiempo perdido? Buenos Aires: IMAGO Mundi, 2013.

UNZUÉ, M. ¿**Podemos hablar de una “Universidad latinoamericana”?** **Enclaustración y compromiso como legado**. In: VALLE, D.D., SUASNÁBAR, C. Políticas y tendencias de la educación superior en la región a diez años de la CRES 2008. Buenos Aires: IEC – CO

NADU: **CLACSO: UNA – Universidade Nacional de Las Artes**, 2018. Disponible en: https://www.academia.edu/37876757/_Podemos_hablar_de_una_Universidad_Latinoamericana_exclaustraci%C3%B3n_y_compromiso_como_legado_cap_Pol%C3%ADtica_y_tendencias_2018_. Acceso el: 20 ago. 2020.

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO APOIO PSICOSSOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “ESCUTAS EMPÁTICAS”

Corinne Julie Ribeiro Lopes¹

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência do projeto “Escutas Empáticas”, conduzido durante os anos de 2020 e 2021, período de incidência da pandemia da COVID-19, e explorar a abordagem da Comunicação Não Violenta correlacionando-a ao conceito de apoio psicossocial. Essa abordagem, criada por Marshall Rosenberg na década de 1970, sob a égide da Psicologia Humanista, visa trabalhar aspectos como a atenção, a escuta, a empatia e a compaixão como ferramentas de cuidado. O projeto Escutas Empáticas ancorou-se no entendimento de que a saúde mental pode ser promovida por atos de cuidado psicossocial, não necessariamente conduzidos por profissionais da saúde, mas que também são importantes no contexto de promoção da qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação não violenta; saúde mental; escuta ativa.

ABSTRACT

This article intends to present the experience of the “Empathetic Listening” Project, conducted between 2020 and 2021, COVID-19 pandemic period, and analyse the relation between Non Violent Communication approach and the concept of psychosocial support. This approach, created by Marshall Rosenberg at seventies, supported by the Humanist Psychologist, intends to work aspects like attention, listening, empathy and compassion as care tools. The Empathetic Listening Project assumed that mental health can be promoted by psychosocial acts of care, not necessarily conducted by health professionals, but also important for promoting quality of life and wellbeing.

¹Doutoranda em Psicologia. Facilitadora de Comunicação de Não Violenta, mediadora de conflitos e escutadeira de plantão. Sócia da Escola de Empatia. VINCULAÇÃO ACADÊMICA: Doutoranda em Psicologia pela Universidad de Ciencias Sociales y Empresariales - CONTATO: e-mail: csmilec@hotmail.com ou corinnejulie@gmail.com

KEYWORDS: non violent communication; Mental health; listening.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito compartilhar a experiência do projeto Escutas Empáticas, realizado entre os anos de 2020 e 2021, por uma empresa mineira. A empresa em questão atua na área de monitoramento e avaliação com foco em encontrar soluções de sustentabilidade e gestão de riscos e impactos socioambientais.

O projeto Escutas Empáticas surgiu no contexto do início da pandemia da COVID-19; contexto de dúvidas, medos e apreensão generalizada. Paralelo à adoção do regime de *home office* por parte da empresa, em atendimento às medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais órgãos oficiais, também se começou a pensar em adotar medidas de bem-estar dos colaboradores, e uma dessas medidas foi o referido projeto. Nesse sentido, o projeto consistiu em uma série de encontros organizados e pensados como um ato de apoio psicossocial para as diversas equipes integrantes dos projetos da empresa. O objetivo desses encontros foi promover momentos de escuta e trocas entre as pessoas, mesmo que à distância, prezando pelo bem-estar e saúde mental de cada um dos participantes do projeto.

O marco teórico que anfitriou o projeto foi a Psicologia Humanista, ancorada na abordagem da Comunicação Não Violenta, abordagem sistematizada por Marshall Rosenberg, um psicólogo judeu norte-americano, na década de 1970, e que está estruturada em quatro elementos básicos, quais sejam: a observação, os sentimentos, as necessidades e os pedidos, além de aprofundar-se no processo humano de escuta ativa.

Nesse artigo, serão apresentados os conceitos-chave de apoio psicossocial e Comunicação Não Violenta, que embasaram a metodologia, e na sequência, se abordará a estruturação metodológica do processo.

CONCEITOS BÁSICOS

A fronteira entre o conceito de saúde mental e o conceito de bem-estar e apoio psicossocial são muito tênues e variam de cultura para cultura, e de país para país. Geralmente, os profissionais da saúde utilizam o termo saúde mental para suas intervenções, e os demais órgãos, alheios a essa área, discorrem e entendem que intervêm na seara do apoio e bem-estar psicossocial. Apesar dos lugares de intervenção e saberes serem muito

distintos, o efeito é complementar e pode ser semelhante.

Nesse sentido, o documento “Guia técnica de salud mental en situaciones de desastres y emergencias” emitido pela Organização Mundial de Saúde (Oficina Regional para las Américas), em 2021, afirma que “se ha logrado consensuar que los conceptos de salud mental y apoyo psicosocial están estrechamente relacionados entre sí y se superponen parcialmente; son enfoques diferentes pero complementarios.”

Também é importante mencionar o referido uso do termo psicossocial utilizado como resultado do movimento de Reforma Sanitária que concebeu que o Sistema Único de Saúde no Brasil: nessa seara, o termo pretende dar um caráter de integralidade à oferta e cuidado e refere-se a “uma atenção à saúde mental organizada como assistência na comunidade (e não no hospital), além de fazer referência a uma “clínica ampliada” e aos direitos humanos, em especial às noções de “autonomia” e “dignidade” incluída no preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos.” (PAIVA, 2013). Na literatura internacional, também o tema é visto sob a égide da complexidade:

Há alguns anos, buscando os sentidos para a expressão atenção psicossocial (“psychosocial care”) perguntamos à diretora científica da área de Psicologia Aplicada da APA que, reconhecendo a polissemia da expressão e a falta de definição precisa, nos ofereceu uma explicação extraída da literatura da área de serviço social, com a intenção de apresentar “um contexto para o termo”: O termo psicossocial descreve uma constelação de necessidades sociais, emocionais e de saúde mental e o cuidado oferecido para atendê-las. Um conceito mais amplo e relacionado é o de qualidade de vida, na perspectiva da pessoa, que inclui a sua experiência em casa e não apenas o cuidado médico. O cuidado psicossocial é multifacetado porque além dos assistentes sociais outros profissionais de saúde podem contribuir para atender as necessidades psicossociais e melhorar a qualidade de vida que dependem também dos processos e ambiente geral no lar da pessoa. (S. R. Johnson, comunicação pessoal, 21 março, 2007).¹³ (PAIVA, 2013).

Dialogando com esses conceitos, aportam-se os objetivos do apoio psicossocial, quais sejam, “ajudar a população afetada a atingir uma vida estável e integrada e recuperar a esperança, dignidade, bem-estar mental e social e um senso de normalidade”, segundo o Guia sobre apoio psicossocial de base comunitária.

Pelo exposto, esse artigo trabalhará com o conceito de apoio psicossocial, entendendo que ele implica suportes múltiplos, incluindo o apoio da comunidade envolvida na situação apresentada, que, no caso, em tela, foi a comunidade dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa já mencionada.

Avançando um pouco mais, e partindo do pressuposto de que o limite entre o pato-

lógico e as reações emocionais não necessariamente patológicas é impreciso e difícil de quantificar, mas ambos requerem atenção e apoio humano, se aportará o tema da Comunicação Não Violenta.

Tendo como contexto histórico, a cultura norte-americana de 1970, a Comunicação Não-Violenta (CNV) foi desenvolvida pelo psicólogo judeu norte-americano Marshall Rosenberg e vem se tornando uma filosofia de vida, ao ajudar pessoas a refletirem sobre sua forma de comunicação e a transformar conflitos em atitudes pacíficas. Hoje, a abordagem encontra-se difundida em mais de 65 países, com incidência nas áreas pessoal, organizacional e política, abrangendo relacionamentos íntimos, famílias, escolas, instituições, psicoterapia e conflitos internacionais.

São contribuições dessa abordagem, ancorada na Psicologia Humanista e nos ensinamentos de Carl Rogers:

- Provocar reflexões sobre o que nos leva a comportamentos violentos.
- Provocar reflexões sobre o sentido e a essência da comunicação e sobre como as palavras possuem um peso e poder enorme, uma vez pronunciadas.
- Promover uma comunicação pautada no respeito, na alteridade, na atenção ao outro e na empatia.

São conceitos correlatos à Comunicação Não Violenta, os conceitos de vulnerabilidade, escuta ativa, responsabilidade, escolha, acolhimento, empatia, conexão, verdade, atenção, compaixão, confiança e apoio.

Além disso, são quatro, os seus elementos básicos, quais sejam, a observação, os sentimentos, as necessidades e os pedidos, além da escuta.

A seguir, serão explorados esses quatro elementos.

OBSERVAÇÃO

Começar-se-á pelo princípio base de toda relação comunicacional: a observação. Toda comunicação parte de uma observação, que é inerente ao cotidiano e às relações humanas e que deve ser feita, na perspectiva da CNV, de forma a se permitir filtros quando externada.

De acordo com esse primeiro princípio, deve-se sempre cuidar de observar os fatos e situações de forma meramente descritiva, com isenção de julgamentos e avaliações, ainda que isso seja um desafio constante na comunicação humana.

SENTIMENTOS

Falar de sentimentos é algo muito delicado, pois expõe as pessoas e as torna vulneráveis à crítica e opinião alheia. Mas também pode trazer compaixão e isso é a aposta da CNV. Para os que sofreram, por diversas vezes, por terem seus sentimentos desconsiderados ou ridicularizados, essa é uma tarefa difícil, embora necessária. Para a teoria da Comunicação Não-Violenta, o sentimento é intrínseco às observações humanas e é capaz de criar no outro um sentimento de compaixão e compreensão. Nesse sentido, é importante que o autoconhecimento permita às pessoas identificarem e nomearem, com propriedade, o que estão sentindo e estabelecerem a relação desse sentimento com a necessidade que não está sendo atendida.

NECESSIDADES

Os sentimentos existem em função das necessidades e valores que as pessoas possuem. Numa relação, as pessoas, por sua vez, podem (ou não) atender as necessidades e valores umas das outras, desencadeando sentimentos. Os sentimentos nascem sempre de expectativas que umas pessoas depositam em relação às outras pessoas. As necessidades são as raízes dos sentimentos, que são de responsabilidade de quem sente e não, dos outros.

PEDIDOS

Apesar de já se ter caminhado na trajetória da Comunicação Não-Violenta, é importante concluir os passos previstos pela abordagem, a fim de que o ciclo comunicacional se feche. Nesse sentido, é importante elaborar pedidos claros e específicos, a partir do que se observou, sentiu e da necessidade gerada. Aqui é importante utilizar-se de uma linguagem positiva, por meio da expressão de ações concretas. É diferente fazer pedidos e exigir algo. Para saber a diferença, observe o que quem pediu fará se a solicitação não for atendida. É um pedido se a pessoa que pediu oferece em seguida sua empatia para com as necessidades da outra pessoa; se for dada a ela a opção de atender o pedido por livre vontade.

Explicados esses passos, torna-se necessário, falar da escuta pois o processo comunicacional inicia-se com a fala ou a escuta e retroalimenta-se delas tornando-se um ciclo no qual a importância de se expressar por meio desses quatro componentes apresentados

é igual à importância de ouvir o outro, também por meio desses quatro componentes.

Nesse sentido, a escuta estudada na Comunicação Não-Violenta é a escuta ativa, uma forma diferenciada de escuta e a maneira mais efetiva de se fazer frente às barreiras de comunicação relacionadas com o receptor das mensagens de uma pessoa. Define-se como o esforço físico e mental de querer escutar com atenção a totalidade da mensagem que se emite, tratando de interpretar o significado correto dela, através do que foi comunicado de forma verbal e não-verbal e indicando por meio da retroalimentação o que se crê que se está interpretando.

Posto isto, é ideia principal desse artigo é aproximar a metodologia do projeto Escutas Empáticas a essa abordagem, fazendo conexões tais que permitam sugerir a importância dessa abordagem como uma ferramenta de apoio psicossocial e contribuição à saúde mental de todos os envolvidos.

METODOLOGIA

O projeto Escutas Empáticas foi concebido como uma série de encontros organizados e pensados como um ato de apoio psicossocial para as diversas equipes integrantes dos projetos da referida empresa. O objetivo desses encontros foi promover momentos de escuta, trocas e conexões entre as pessoas, mesmo que à distância, prezando pelo bem-estar e saúde mental de cada um dos participantes do projeto.

O projeto teve início em abril de 2020, quando se começou a pensar na definição de uma metodologia e formato para os encontros. O formato sugerido foi de 1 encontro por semana com equipes diversas, com duração de 1 hora cada um dos encontros. O convite foi extensivo a todas as equipes da empresa, incluindo seus setores internos e administrativos. A metodologia inicialmente sugerida foi a roda de conversa, sempre tendo em vista a abordagem da Comunicação Não-Violenta.

Nas primeiras duas semanas do projeto, tendo como marco a passagem de um mês desde o início da pandemia, abordou-se, nos encontros, quais eram os desafios, naquele momento, no aspecto pessoal, relacionados à pandemia. Para abarcar toda a equipe da empresa, as pessoas foram divididas em 10 grupos, com a previsão de participação de cerca de 10 a 15 pessoas cada grupo. O próximo tema, ancorado na percepção do que estava vivo na maioria dos grupos, naquele momento, foram os desafios profissionais. Esse tema foi abordado em pequenos grupos e com toda a equipe da empresa de forma conjunta em grandes encontros (o que também aconteceu em outros meses), onde a arte foi provocada como um antídoto para os desafios profissionais levantados pelas equipes. No primeiro

mês, foram realizados 17 encontros.

Na primeira quinzena do segundo mês, a proposta foi olhar para o lado bom da quarentena e o convite foi para falar sobre felicidade, tendo em vista que 40% da nossa felicidade é de responsabilidade das nossas decisões diárias. Na segunda quinzena, o tema abordado foi o autocuidado. Nesse mês, foram mais 16 encontros sobre o tema, além de ter sido introduzida a possibilidade de serem realizadas escutas individuais (foram realizadas 2 escutas).

No terceiro mês, foi abordada a cozinha como lugar de afeto e empatia. Nesse mês, foi reformulada a divisão das equipes, considerando a baixa adesão de alguns grupos, principalmente, os grupos de Belo Horizonte, que afirmavam estar sem tempo para essa participação. No total, foram 9 encontros no mês.

Nos meses seguintes, no ano de 2020, foram abordadas (i) a memória (totalizando 8 encontros coletivos); (ii) a escuta do que estava vivo na equipe (6 encontros coletivos); (iii) a importância da rede de apoio (com 8 encontros coletivos); a generosidade, a gentileza e a gratidão (4 encontros coletivos); a gratidão (3 encontros coletivos). Com exceção do mês de dezembro de 2020, quando a ideia foi pausar o projeto para um descanso de todos os envolvidos, de janeiro a outubro de 2021, o projeto continuou todos os meses. No ano de 2021, os encontros foram modificados por alterações na própria dinâmica das equipes e da pessoa responsável pela condução dos encontros e o projeto foi retomado com cinco grupos apenas, tendo como temas, as seguintes questões: (i) luto; (ii) perguntas empáticas; (iii) apreciação; (iv) gratidão; (v) imagens afetivas; (vi) exploração de sentimentos; (vii) encontros afetivos; (viii) luto e celebração. No mês de abril de 2021, apenas houve a escuta em formato individual.

No total, foram realizados 111 encontros de escuta coletiva ou individual entre os meses de abril de 2020 a outubro de 2021. A ideia dos encontros dentro da empresa, aos poucos, foi migrando para outras iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida. Nesse percurso, foi criado um Comitê de Qualidade de Vida na empresa e outras atividades foram sendo ofertadas ao cotidiano dos colaboradores, o que acabou por promover a incorporação de práticas de cuidado pelas várias equipes da empresa, de forma mais natural e demarcada. Ainda é um desafio que cada uma das pessoas da empresa se implique e se permita vivenciar esse processo em sua integralidade, diante das questões de tempo e prioridades de agenda individuais, mas o fato de isso ser uma política da empresa, vem fortalecendo, cada vez mais, a sua execução. (Fig.1)

Figura 1: logomarca de divulgação do Projeto Escutas Empáticas.



Fonte: Catarina Furst, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Escutas Empáticas ancorou-se no entendimento de que a saúde mental pode ser promovida por atos de cuidado psicossocial, não necessariamente conduzidos por profissionais da saúde, mas que também são importantes no contexto de promoção da qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Nesse sentido, o percurso proposto pelo projeto Escutas Empáticas inaugurou um processo de escuta inovador dentro da empresa em tela e seus desdobramentos ainda têm sido colhidos no reconhecimento positivo, pelas equipes, desse trabalho, e na lembrança afetuosa que, vez ou outra, é trazida às narrativas das pessoas participantes do projeto, em reuniões de trabalho.

O aporte da abordagem da Comunicação Não Violenta como estruturante metodológica desse processo também contribuiu para que os momentos de escuta, trocas e conexões entre as pessoas, mesmo que à distância, garantissem a promoção do bem-estar e saúde mental dos participantes do projeto. Apesar de não mais existir em seu formato inicial, acredita-se que a implementação do projeto tenha servido a seu propósito e provocado questionamentos importantes na empresa, contribuindo para uma cultura de felicidade, que, hoje, é um dos objetivos organizacionais da empresa.

REFERÊNCIAS

APOIO PSICOSSOCIAL DE BASE COMUNITÁRIA EM EMERGÊNCIAS. **Actaalliance**.

Disponível em: <https://actalliance.photoshelter.com/index>. Acesso em: 10 mar.2022.

BARROS, Hilda. **Comunicação não-violenta como perspectiva para a paz**. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/ideiaseinovacao/article/view/2729>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FIEDLER, Augusto José C. B. do Prado. A importância da CNV – comunicação não-violenta na realização do processo de autoconhecimento. **Revista Educação**, v.11, n.1. 58-77. 2016. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2174/1699> -. Acesso em: 22 ago. 2020.

OPS. **Guia técnica de salud mental en situaciones de desastres y emergencias**. OPS. Panama, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/disasters/dmdocuments/PED/guia-tecnica-sm-sit-desastre.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. **Temas em Psicologia**, 21(3), 531-549. 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE00-PT>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RODRIGUEZ, J. y cols. (ed.). **Guía práctica de salud mental en situaciones de desastres (Serie Manuales y Guías sobre Desastres)**. OPS: Washington, DC, 2006. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/paho_guia_practicade_salud_mental.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROSENBERG, Marshall. **A linguagem da paz em tempos de conflito**. Palas: Athena, 2019.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. In: VILELA, Mário (trad.). São Paulo. Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshall. **Vivendo a comunicação não violenta: como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2019.

A PROTEÇÃO DE DADOS RELATIVOS À SAÚDE DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS: a lógica por trás desse aparente absurdo

Fábio Avelar Peixoto¹

RESUMO

Trata da proteção de dados relativos à saúde de animais não-humanos, tomando por base o que há de vigente nos ordenamentos jurídicos argentino e brasileiro. Discute-se, a possibilidade jurídica de se exigir a proteção de dados de animais não-humanos, especialmente no que tange às informações relativas à saúde desses indivíduos, pondo-se em xeque questões como se a proteção de dados deveria mesmo se limitar a pessoas humanas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a leitura, entre outras, da Lei argentina nº 25.326, promulgada parcialmente em 30 de outubro de 2000, e da norma brasileira a ela equiparável, a denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). A investigação foi motivada pelo interesse de demonstrar que, embora não haja, no Brasil e nem na Argentina, lei a tratar especificamente da tutela de dados de animais não-humanos, estes, uma vez que sejam também reputados como “seres sencientes”, passam a gozar de proteção quanto aos dados capazes de os distinguir dos demais indivíduos, notadamente no que diga respeito a aspectos de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: animais não-humanos; dados pessoais; proteção.

ABSTRACT

The study deals with the protection of data related to the health of non-human animals, based on what is current in Argentine and Brazilian legal systems. The legal possibility of demanding the protection of data of non-human animals is briefly discussed, especially with regard to information related to the health of these individuals, putting into emphasis

¹ Bacharel pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), Minas Gerais, Brasil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro de Estudos Superiores Aprendiz (CESA), Barbacena, Minas Gerais, Brasil. Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), Minas Gerais, Brasil. VINCULAÇÃO ACADÊMICA: discente do Programa de Atualização em Ciências Jurídicas válido para o Doutorado em Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. CONTATO: avelarpeixoto@hotmail.com

questions such as whether data protection should really be limited to human people. The methodology used was the bibliographic review and the reading, among others, of the Argentine Law n. 25,326, partially enacted on October 30, 2000, and the equivalent Brazilian rule, the called General Personal Data Protection Law – GPDPL (Law n. 13,709, of August 14, 2018). The investigation was motivated by the interest of demonstrating that, although there is no law, in Brazil or in Argentina, specifically dealing with the protection of data of non-human animals, these, once they are also reputed as “sentient beings”, they likewise have the protection of data capable of distinguishing them from other individuals, notably with regard to health aspects. Finally, it is pointed to the academic class, and to anyone else who may be interested, arguments for understanding the topic, without the presumption of exhausting it.

KEYWORDS: non-human animals; personal data; protection.

INTRODUÇÃO

Preliminarmente, em acato ao postulado da transparência nas pesquisas científicas, é importante esclarecer os objetivos do autor em relação ao tema.

O investigador não se considera representante ou opositor de pessoa ou setor que possa se sentir potencialmente atingido pelo raciocínio alinhavado. Por outro lado, não pretende assumir posição de neutralidade, nem de automática aceitação de pensamento preestabelecido, mas deseja externar, com respeito, sua opinião.

Isso pontuado, tem-se como objeto do trabalho analisar a possibilidade jurídica de se exigir a proteção de dados de animais não-humanos, especialmente no que tange às informações relativas à saúde desses indivíduos.

Com tal objetivo, põem-se em xeque algumas questões, como: a proteção de dados deveria mesmo se limitar a pessoas? Em caso positivo, haveria outros seres, que não os humanos e as pessoas jurídicas, que poderiam ser abarcados pelo conceito de “pessoas”? Mesmo que a resposta a essa pergunta não seja afirmativa, ainda assim a proteção poderia se estender a indivíduos que, conquanto não sejam humanos, são também sencientes? O que dizer sobre os animais não-humanos que, além de terem a capacidade de sentir, conseguem perceber sinais do humor de outros indivíduos²? Há direitos fundamentais

² Ultimamente, tem-se afirmado que os cães são capazes de notar sinais químicos e fisiológicos do organismo humano, o que permite que “absorvam” nosso humor, numa verdadeira demonstração de “empatia afetiva”. Quanto maior a duração da convivência, maior seria a intensidade dessa captação de sentimentos. Conforme alguns especialistas, os cães conseguem identificar expressões faciais e sinais corporais, como raiva, medo,

aplicáveis a animais não-humanos?

Para o desenvolvimento da pesquisa, são aduzidos os pontos que se mostraram mais relevantes. A metodologia aqui utilizada foi a revisão bibliográfica e a leitura, entre outras, da Lei argentina n. 25.326, promulgada parcialmente em 30 de outubro de 2000, e da norma brasileira a ela equiparável, a denominada *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)* (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Enfim, procura-se demonstrar que, embora não haja, no Brasil e nem na Argentina, lei a tratar especificamente da tutela de dados de animais não-humanos, estes, uma vez que passem a ser reputados como “seres sencientes”, passam a gozar também de proteção quanto aos dados capazes de os distinguir dos demais indivíduos, notadamente no que diga respeito a aspectos de saúde.

DESENVOLVIMENTO

O PENSAMENTO LIBERAL – A CENTRALIDADE DO SER HUMANO

A perspectiva do ser humano como centro político e jurídico da sociedade se relaciona a ideários liberais. Em consequência, um eixo do liberalismo – corrente de pensamento que valoriza a liberdade em todas as esferas da vida humana (política, econômica, social), atrelada às lutas da burguesia na Inglaterra, no século XVIII, para obter o controle político-jurídico e limitar o poder do soberano (Revolução Gloriosa) – é o antropocentrismo, que preza pela garantia das liberdades individuais e limitação dos poderes do Estado. É dizer: segundo o liberalismo, o ser humano deve ser reconhecido como centro do sistema jurídico, e o respeito às pessoas é o valor fundamental a ser observado por toda a sociedade, inclusive pelo próprio Estado. Assim sendo, o Estado liberal pressupõe o respeito pelo outro, a prevalência da persuasão sobre a imposição e os indivíduos como um fim (e não como instrumento de ação para os governantes).

Entre as principais teorias elaboradas para justificar os direitos humanos, estão o jusnaturalismo, o positivismo e a teoria moralista (ou de Perelman). Para esclarecer tal afirmação, podem-se tomar como base alguns diplomas. Por exemplo, o item I.1 da Declaração e Programa de Ação de Viena guarda tom mais jusnaturalista, ao estatuir que “os direitos humanos e liberdades fundamentais são direitos *naturais* de todos os seres

felicidade, e chegam a detectar diabetes – pelo odor de alguém – e até a perceber sinais de epilepsia. Mais informações em: www.enchr.pw/uM81F.

humanos; sua proteção e promoção são responsabilidades primordiais dos Governos” (sem destaque no original). Com efeito, para o jusnaturalismo, os direitos humanos fundamentais não são produto do trabalho de legisladores ou de julgadores, mas de uma ordem superior, inderrogável e imutável.

Por sua vez, para o pensamento positivista, põe-se em relevo a proteção dos referidos direitos “pelo império da lei, para que a pessoa não seja compelida, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão”, como afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 10 de dezembro de 1948. Nessa linha, apenas seriam direitos humanos, para o positivismo, aqueles previstos expressamente no ordenamento jurídico positivado.

Já a teoria de Perelman busca ratificar os direitos humanos fundamentais na consciência moral de um povo (*espritus razonables*).

Ademais, a par de se poder tomar cada uma dessas teorias isoladamente, também há manifestações jurídico-políticas em que elas estão combinadas. Nessa esteira, destaque para a Constituição francesa de 1791, ao afirmar que “[o] povo francês, convencido de que o esquecimento e o desprezo dos direitos naturais do homem são as causas das desgraças do mundo, resolveu expor, numa declaração solene, esses direitos sagrados e inalienáveis”. Em outras palavras, o convencimento do povo é a manifestação de sua consciência (moralismo), em prol do reconhecimento, numa declaração solene (inegavelmente a lei, na visão dos positivistas), da existência de direitos naturais (jusnaturalismo) aplicáveis em benefício dos seres humanos. Nessa ordem de ideias, sustenta-se que os pensadores responsáveis por firmar as bases jurídicas para idealização do Estado Democrático de Direito o fizeram aderindo mais à doutrina do liberalismo – acentuando o princípio da liberdade individual – do que à doutrina da democracia, fulcrada na igualdade.

Lado outro, conquanto haja diferentes explicações sobre a importância de se ter a pessoa humana como foco de todo o sistema, é nítida a ligação existente entre liberalismo, democracia e os direitos da personalidade – estes últimos que, diga-se de passagem, são legados da Revolução Francesa, quando se pregavam, como principais estândares, a *liberdade*, a *igualdade* e a *fraternidade*, tríade que, até os dias de hoje, é referência para classificação dos direitos humanos em três gerações:

- a) a primeira, de uma mirada mais individualista, com ênfase na liberdade;
- b) a segunda, mais voltada para a defesa dos direitos sociais; e
- c) a terceira, dedicada mais aos direitos relacionados à pacificação social, a exemplo dos direitos dos trabalhadores e dos consumidores.

A propósito, há quem vislumbre mais desdobramentos para essa classificação,

defendendo a existência de uma quarta e de uma quinta geração: esta baseada em direitos decorrentes da realidade virtual; aquela, lastreada em direitos oriundos das inovações tecnológicas, atinentes ao patrimônio genético dos indivíduos.

Portanto, percebe-se, pelo menos teoricamente, que *governo pelo povo e limitação do poder estatal* são vetores umbilicalmente entrelaçados na visão ocidental de democracia, impregnada pelos ideais liberais, na medida em que o Estado encontra limites para sua atuação. Tais limites compreendem garantias e direitos individuais e coletivos dos cidadãos, seja em relação aos demais (eficácia horizontal dos direitos fundamentais), seja em relação ao próprio Estado.

Em consequência, regulam-se, normativamente, direitos e garantias fundamentais das pessoas – entre outros, mais recentemente, o propalado direito à proteção dos dados pessoais, que passa a ser uma linha de ação estatal.

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO UMA LINHA DE AÇÃO ESTATAL

A proteção de dados pessoais reflete uma linha de ação para o exercício do poder estatal, como ocorre – ou deveria ocorrer – com os demais direitos, bens e deveres fundamentais. Afinal, o Direito vem sendo paulatinamente impactado pela revolução tecnológica, caracterizada, principalmente, pelos avanços experimentados na ciência robótica, bem como nos usos da inteligência artificial – verdadeiros desafios para a sociedade moderna, não somente com vistas à manutenção de um patamar mínimo civilizatório, como também à evolução dos direitos e garantias fundamentais, tendo-se como norte, entre outras diretrizes, o princípio do não-retrocesso.

Nessa linha, na tentativa de evitar que as pessoas em geral sejam afetadas negativamente por mudanças atinentes à revolução tecnológica – cada vez mais prementes –, o Estado deve agir, produzindo normas suficientes a resguardar direitos, especialmente aqueles tidos por fundamentais.

Não sem razão a tutela dos dados pessoais vem recebendo guarida em textos constitucionais, como, ilustrativamente, o argentino (art. 43, § 3º) e o brasileiro – este que passou a tratar, expressamente, tal proteção como direito fundamental (art. 5º, LXXIX, incluído pela Emenda Constitucional 115, de 10 de fevereiro de 2022).

Partindo-se para o âmbito infraconstitucional, há também, em ambos os países, leis específicas a normatizar a proteção de dados pessoais.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei argentina nº 25.326, de 4 de outubro de 2000, promulgada, parcialmente, em 30 de outubro do mesmo ano. Tem por objeto:

La protección integral de los datos personales asentados en archivos, registros, bancos de datos, u otros medios técnicos de tratamiento de datos, sean estos públicos, o privados destinados a dar informes, para garantizar el derecho al honor y a la intimidad de las personas, así como también el acceso a la información que sobre las mismas se registre, de conformidad a lo establecido en el art. 43, párrafo 3º, de la Constitución Nacional.

O referido art. 43, entre outras medidas, sinaliza que:

[...] Toda persona podrá interponer esta acción para tomar conocimiento de los datos a ella referidos y de su finalidad, que consten en registros o bancos de datos públicos, o los privados destinados a proveer informes, y en caso de falsedad o discriminación, para exigir la supresión, rectificación, confidencialidad o actualización de aquéllos. No podrá afectarse el secreto de las fuentes de información periodística. [...].

O modelo de proteção criado pela União Europeia influenciou a redação da Lei nº 25.326, e, desde 2003, a Comissão da União Europeia entendeu que a Argentina, à semelhança de países como os Estados Unidos e o Canadá, oferece nível adequado de proteção pra transferência de dados pessoais.

Também é importante dizer que a Argentina foi o primeiro país na América Latina a ter uma lei de proteção de dados e a criar um órgão central para controle e inspeção do cumprimento da lei – a Direção Nacional de Proteção de Dados Pessoais (DNPDP). Ultrapassado esse ponto, cabe mencionar que a Lei nº 25.326, de 2000, tem, como correspondente no ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que, no art. 1º, observa o cuidado de:

[...] sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Esse documento legal fixa os parâmetros para o tratamento de dados pessoais, inclusive no que se refere à coleta e divulgação. Ainda que editado somente em 2018,

aborda o tema que se havia discutido institucionalmente, no Brasil, ao menos desde 2012, no Projeto de Lei nº 4.060, tramitado na Câmara dos Deputados. A Lei foi especialmente inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), um rigoroso conjunto de regras a respeito de privacidade, elaborado pela União Europeia e vigente desde 25 de maio de 2018.

Apesar de particularidades presentes numa, mas não na outra lei, pode-se afirmar que o objetivo de ambas é similar: a proteção de dados pessoais com garantia dos direitos à honra e à intimidade e com regras para acesso aos dados e utilização dos mesmos, por parte do próprio titular ou de terceiros.

Noutro giro, não se pretende analisar, detidamente, todas as distinções ou semelhanças entre a Lei argentina nº 25.326, de 2000, e a Lei brasileira nº 13.709, de 2018. Mas, para continuação do raciocínio que dá suporte ao artigo, faz-se importante destacar outra distinção entre elas: a norma brasileira não tutela os dados de pessoas de existência ideal (ou jurídicas). Nos termos do art. 5º, I, dados pessoais são definidos apenas como “informação relacionada a *pessoa natural identificada ou identificável*”. Nesse particular, a Lei brasileira perde em qualidade para a argentina, ao ignorar que a regra do art. 5º, X, da Constituição da República Federativa de 1988 – de inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem “das pessoas”, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação – alcança tanto as pessoas naturais como as pessoas jurídicas, já que onde o texto magno não distingue não cabe ao intérprete fazê-lo.

E, neste artigo, a intenção é ir um pouco além: mostrar que o conceito restritivo de “pessoas” em ambas as leis não impede de se advogar a tese de que o direito – especialmente quanto à proibição, presente no § 5º do art. 11 da Lei brasileira nº 13.709, de 2018, de promover-se o tratamento de dados para prática de seleção de riscos na contratação de modalidade de plano de assistência à saúde – também pode ter como legítimo destinatário um sujeito não-humano senciente.

ANIMAIS NÃO-HUMANOS: OBJETOS OU SUJEITOS DE DIREITO?

O Direito dos animais não-humanos é hoje um tema muito candente e vem gerando discussões a respeito do acerto de decisões que ora lhes reconhecem, ora não, direitos e garantias – como, a título de exemplo, em demandas judiciais em que um casal, em processo de divórcio, disputa a guarda de um gato de estimação.

É preciso se ter em mente que, não obstante, nem na Argentina nem no Brasil, não

se reconheça a titularidade de direitos jurídicos aos animais não-humanos (mesmo àqueles sabidamente sencientes), têm estes, pelo menos, o direito moral de não serem submetidos a um tratamento discriminatório e/ou cruel.

No Brasil, o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), no art. 82, ainda considera animais não-humanos como seres semoventes e, por conseguinte, um bem no sentido jurídico do termo. Outrossim, o Código Civil e Comercial Argentino (Lei n. 26.994, promulgada em 7 de outubro de 2014), no art. 227, mantém a natureza jurídica do semovente como coisa, tal como no *Código de Vélez*.

Contudo, em 2014, foi concedido *habeas corpus* a um orangotango na Argentina. A ação foi apresentada em juízo por uma Organização Não-Governamental, a fim de que o animal pudesse ter uma vida digna, livre de maus-tratos.

A decisão foi favorável ao pedido da ONG, chegando-se à conclusão, por meio de uma interpretação inovadora e dinâmica, que o primata não era coisa, mas um animal sujeito de direitos, digno de proteção.

Portanto, conquanto ainda não haja, na Argentina e no Brasil, uma norma semelhante à do Código Civil francês³ – que, desde 2015, elevou o *status* dos animais de patrimônio a seres sencientes (providos de sentimentos e, por corolário, sujeitos de direitos) –, bem como em que pese ainda sejam noticiados maus-tratos a animais não-humanos (*v.g.*, elefantes criados em ambiente circense), pelo menos, nos últimos anos, parcela considerável desses indivíduos vêm obtendo cada vez mais espaço em âmbito social (por estarem passando a integrar o seio de muitas famílias, a ajudar os batalhões de polícia no resgate de vítimas e localização de criminosos⁴, etc.), ou mesmo recebendo uma valorização monetária importante, como nos casos de bois reprodutores, cujo sêmen é comercializado para melhorar, mundo afora, a genética do gado pertencente a vários outros criadores.

Então, seja por amor ou afeição, seja por interesse na preservação do animal como fonte de recursos econômicos, fato é que o mercado de prestadores de serviços voltados a animais não-humanos têm evoluído.

3 Aliás, a França, há muitos anos, vem sendo palco dessa nova mirada de pensamento. A “Declaração Universal dos Direitos dos Animais”, proclamada pela Liga Internacional dos Direitos dos Animais, em 15 de outubro de 1978, em Paris, no preâmbulo, reconhece que todo animal, como ser vivo, possui direitos naturais, como o direito à vida, ao respeito e à proteção do homem, não podendo ser submetido a maus tratos ou a atos cruéis. No art. 11, assim fixa: “Todo ato que implique a morte de um animal sem necessidade é um biocídio; isto é, um crime contra a vida”.

4 Que o diga a história real retratada no filme “O Resgate de Ruby”: uma cadela residente num abrigo – e que já havia sido devolvida por várias famílias adotivas –, encontrou num policial o apoio afetivo e amoroso necessário para colocar em prática todas as suas potencialidades e se tornar o cão K9 do ano de 2018 (O RESGASTE DE RUBY. 2022. Comédia dramática. Direção: Katt SHEA. 1 vídeo (1h33min). Disponível em: encr.pw/i68KN. Acesso em: 28 março 2022.

Hodiernamente, são oferecidos vários serviços, que vão de passeadores, cuidadores, massagistas, terapeutas, acupunturistas a hotéis e casas de repouso – isso, evidentemente, demonstra a relevância adquirida por tais seres sencientes.

Também prova disso é a tramitação, no Brasil, de um projeto de lei com o intuito de regulamentar planos de assistência à saúde de animais não-humanos.

Segundo informado, em 2 de dezembro de 2021, pela Agência Câmara de Notícias, o funcionamento das operadoras de tais planos estaria, conforme a proposta, condicionado a registro prévio no Conselho de Medicina Veterinária.

O projeto de Lei (PL n. 2.888, de 2019) já passou pela aprovação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. A próxima instância da Câmara dos Deputados a analisá-lo será a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde aguarda a designação de Relator.

A proposta elenca direitos e deveres das empresas e dos clientes. Até o momento, ela contém dispositivos que obrigam os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária a divulgarem, na internet, a lista de todas as operadoras com os respectivos planos e preços ofertados, e a disponibilizarem avaliação das empresas pelos clientes, como uma medida de transparência para com o mercado consumidor.

Além disso, consoante o projeto, os profissionais ou clínicas credenciados poderão ser substituídos, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos consumidores, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Outra regra prevista é a de que os consumidores terão direito a receber, quando da inscrição de seu animal no respectivo plano, a relação dos credenciados, cópia do contrato e material explicativo em linguagem simples e precisa sobre todas as características do plano, direitos e obrigações.

Por outro lado, as infrações à futura lei sujeitariam operadoras de planos às seguintes penalidades: advertência, multa pecuniária ou cancelamento do registro no correspondente Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Por fim, a proposta proíbe a exclusão, após 6 (seis) meses de vigência do plano, de cobertura relativa às doenças e lesões preexistentes ao dia da contratação, cabendo à operadora provar o conhecimento prévio do consumidor.

CONCLUSÃO

Se redigir um texto não é tarefa das mais simples, redigir um que seja interessante, e que se pretenda como artigo científico, tanto mais complexo e instigante se mostra.

Contudo, a dificuldade da tarefa não deve ser empecilho a sua realização, mas um estímulo a propiciar momento de rara felicidade a quem se lança ao desafio.

Imbuído desse espírito resiliente, o investigador, com humildade, atenção e respeito, ora traz à comunidade acadêmica, e a quem mais possa se interessar, o resultado de suas ideias, para o que procura sustentar cientificamente os argumentos aduzidos, de forma idônea e com linearidade no discurso, para que logre chegar a um texto coeso, coerente e claro – mas não imune a críticas, evidentemente.

Não por nada, morre inédita a obra que se pretenda perfeita.

Pois bem. Neste trabalho, discute-se a possibilidade jurídica de se ampliar a proteção de dados em benefício de animais não-humanos, especialmente no que se refere aos dados relativos à saúde desses indivíduos.

Enfim, com arrimo nas evidências fenomênicas de que hoje se dispõe, pode-se assumir que, embora ainda não haja, no Brasil e na Argentina, lei a tratar da tutela de dados de animais não-humanos, ou mesmo regulamentação sobre planos de assistência à saúde desses seres, estes, independentemente de poderem ou não ser tidos como “pessoas”, conforme a acepção jurídica dessa palavra, passam também a poder gozar do direito fundamental à proteção dos dados que sejam capazes de os distinguir perante os demais animais, notadamente dos dados alusivos à saúde.

Em suma, independentemente de os direitos fundamentais poderem ser compreendidos como direitos naturais anteriores à formação da sociedade (e, portanto, como limite à soberania estatal); como direitos subjetivos concedidos pelo Estado; ou como direitos derivados de um contrato social positivado pela Constituição, em que são reconhecidas garantias para os indivíduos, os animais não-humanos, ao menos como seres sencientes, devem, ante a oferta de serviços de assistência à saúde – seja sob a égide de um “contrato de seguro”, seja sob o epíteto de um “plano de saúde” –, ter os dados tutelados contra eventual prática maliciosa de seleção de riscos na contratação de plano de saúde, por parte, *v.g.*, de uma operadora especializada ou de uma clínica veterinária – tanto mais no Brasil, em analogia com o § 5º do art. 11 da LGPD, *verbis*:

Art. 11.

.....

§ 5º É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.

E, não obstante a vedação mencionada no referido parágrafo não seja explícita na

Lei argentina nº 25.326, encontra fundamento, mesmo assim, em várias de suas passagens, como, à guisa de ilustração: a) a de que os arquivos de dados não podem ter finalidades contrárias a lei ou à moral pública (art. 3º, segunda parte – grifos acrescentados); b) a de que a coleta de dados não pode ser feita por meios desleais, fraudulentos ou contrários às disposições da lei (art. 4º, item 2 – sem destaque no original); e c) a de que os estabelecimentos sanitários públicos ou privados e os profissionais vinculados às ciências da saúde devem respeitar os princípios atinentes ao segredo profissional (art. 8º – destaques acrescentados).

Portanto, não havendo norma prevista especificamente para determinado caso concreto – na situação em xeque, o da proteção dos dados de saúde de animais não-humanos – deve-se procurar solução no ordenamento jurídico vigente, permitida a aplicação de princípios, ainda mais quando positivados (como na Lei n. 25.326), ou mesmo a utilização de uma norma para além de seu campo original de incidência, como ora se defende com relação ao § 5º do art. 11 da LGPD.

Se ainda não se vislumbra a aplicação de toda a LGPD para animais não-humanos, nem o cabimento, na íntegra, de toda a Lei nº 25.326 em prol de tais seres, urge que alguma iniciativa seja tomada ante o vácuo legislativo. Afinal, numa sociedade democrática, é fundamental a vigência do princípio da reserva, isto é, de que se pode, a princípio, fazer tudo o que não está proibido em lei.

Nesse sentido, ao menos naquilo em que, por extensão principiológica ou por analogia, seja lícito aplicar ambos os diplomas, os olhos da sociedade não podem se fechar a essa possibilidade jurídica, pois, tanto na Argentina como no Brasil, é público e notório que muitos contratos vêm sendo firmados para resguardar a saúde de animais não-humanos sencientes, principalmente aqueles de estimação (cães e gatos, sobretudo), criados no âmbito familiar de seus tutores – estes que, numa interpretação extensiva do art. 34 da Lei n. 25.326 e do art. 71 do Código de Processo Civil brasileiro, teriam, inclusive, legitimidade ativa para demandar, em juízo ou na esfera administrativa, em prol de seus tutelados: é dizer, a favor dos animais não-humanos sob sua responsabilidade.

Com isso, não se trata de defender a mera humanização de outros seres sencientes, mas de reconhecer-lhes, tanto quanto possível, a tutela de seus interesses, por estarem, em certas situações, ante os mesmos pressupostos fáticos (a contratação de um plano de saúde) que autorizam a aplicação do Direito para humanos.

Diante do exposto, em que pese ainda o cenário seja de ausência de regulamentação legal, não pode o apego à letra da lei, com desprezo à influência da realidade sociológica, servir de guia para a aplicação do Direito.

Dessarte, tem-se a franca esperança de que, atento à evolução social, o Direito irá, gradativamente, se aproximar ainda mais da noção de equidade e da concepção do justo, sem perder de vista os passos da moral e da ética.

Então, salvaguardadas as questões de preponderante interesse público autorizadas em lei – por exemplo, a realização de estudos sanitários com finalidades estatísticas ou científicas, mantidos os dados em ambiente seguro, sem identificação do respectivo titular, considerados os padrões éticos relacionados às pesquisas –, advoga-se o direito fundamental dos animais não-humanos de terem seus dados de saúde tutelados em face de um indevido tratamento, seja ele realizado por meios desleais, fraudulentos ou frontalmente contrários às disposições legais.

Assim, sem embargo do nome que seja atribuído a sobreditos contratos civis – e ainda que não se possa afirmar, com toda convicção e segurança, que um animal não-humano possua um projeto de vida ou que lhe sejam pertinentes questões como privacidade, liberdade de opinião, consentimento e autodeterminação informativa –, os dados de saúde referentes a ele (um ser senciente) não podem nem devem ser tratados de forma a promover sua discriminação perante outros animais em situação semelhante, seja em função de uma característica sua ou mesmo de uma qualidade associada do respectivo tutor (como a maior ou menor capacidade financeira para fazer frente aos custos de determinada modalidade de plano de assistência ou seguro).

Mutatis mutandis, está-se diante do alargamento da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, agora com foco em sujeitos não-humanos titulares de direito – ou, mais precisamente segundo o Direito Natural (em que não só os humanos são destinatários de direitos), com foco em outros verdadeiros sujeitos de uma vida.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Código Civil y Comercial de la Nación**. Disponível em: http://www.saij.gob.ar/docs-f/codigo/Codigo_Civil_y_Comercial_de_la_Nacion.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina**. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/mla/sp/arg/sp_arg-int-text-const.html. Acesso em: 28 mar. 2022.

ARGENTINA. **Ley n. 25326** (Protección de los Datos Personales). Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64790/norma.Htm>. Acesso

em: 28 mar. 2022.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento.** 2ª ed. revista, atualizada e reformulada. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais... **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasil, Brasília (DF), 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasil, Brasília (DF), 17 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasil, 14 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm Acesso em: 28 mar. 2022.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **Autoridade nacional de proteção de dados e a efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados:** de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018 e as alterações da Lei n. 13.853/2019), o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e as sugestões de alteração do CDC (PL 3.514/2015). São Paulo : Almedina, 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 17. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

ECONOMÍA, DESAFÍOS GLOBALES Y DATOS REALES

Fábio Pestana Bezerra¹

RESUMEN

El artículo analiza las políticas monetarias actuales y cómo el análisis de datos cuestiona su empirismo. Donde primero analiza la crisis de 2008 de la economía estadounidense conocida como la crisis Subprime y, posteriormente, la política aplicada de Quantive Easing y sus aspectos.

Primero discuti las teorías económicas monetarias actuales que tienen como objetivo explicar el funcionamiento de la economía. Estos incluyen el modelo monetario puro, el modelo de sobrecarga de Dornbusch y el modelo de equilibrio de cartera. Como contrapunto analizamos los resultados obtenidos a través de la aplicación de las Políticas Monetarias No Convencionales como ejemplo de Flexibilización Cuantitativa, Foward Orientation e interés cero, ya que estas desafían las teorías monetarias actuales utilizadas por los Bancos Centrales de los países. El estudio de las variables económicas y los resultados obtenidos a través de la aplicación del PMNC traen a la agenda nuevas discusiones sobre los modelos económicos monetarios actuales.

PALABRAS CLAVE: flexibilización cuantitativa; globalización; política monetaria.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the emergence of current monetary policies and how

¹Profissional com ampla experiência em administração de portfólio, análise de investimentos, gestão patrimonial, avaliação de crédito e investimentos imobiliários. Professor universitário de administração, finanças e economia voltado para investimentos. Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais, detentor das certificações CGA, CGE, CFG (Anbima), Ancord, CFA Investment Foundation Certified, GTC(International Chamber of Commerce) e CNAI. Pesquisador e escritor da temática de investimentos e finanças é um dos autores do livro “Turnaround 100 Segredos” e participa do grupo de pesquisa do Laboratório de Cidades Inteligentes da Politécnica (USP). Atua na área de gestão de investimentos para gestoras de recursos bem como administrador de carteiras autônomo. É sócio da F3 Consultoria e da Partners Imob, um marketplace imobiliário. Fábio possui uma vasta formação acadêmica, incluindo Pós-MBA em Análise Financeira e Gestão de Ativos pela FIPE, MBA em Economia, Setor Financeiro e Finanças Corporativas pela USP, Pós-Graduação em Gestão de Portfólios e Projetos pela UAM, Bacharelado em Administração de Empresas e em Contabilidade pela UAM e processo de gestão -CONTATO: e-mail: fabiopestanab@gmail.com - VINCULAÇÃO ACADÊMICA: Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais (UCES) - Argentina.

data analysis casts doubt on their empiricism. Where we first look at the 2008 crisis of the US economy known as the Subprime crisis and, later, the policy applied Quantive Easing and its aspects.

We first discuss current monetary economic theories that aim to explain the workings of the economy. These include the pure monetary model, the Dornbusch overload model, and the portfolio equilibrium model. As a counterpoint we analyze the results obtained through the application of the Unconventional Monetary Policies)as an example of Quantitative Easing, Foward Orientation and zero interest, since these challenge the current monetary theories used by the Central Banks of the countries. The study of economic variables and the results obtained through the application of the PMNC bring to the agenda new discussions on current monetary economic models.

KEYWORDS: PMNC, flexibilización cuantitativa, globalización, política monetaria.

INTRODUCCIÓN

El análisis económico estudia a los países individuales y sus preguntas con la economía global, el comercio internacional y las prácticas de consumo interno que afectan las facturas de impuestos, la política monetaria, las exportaciones y las importaciones. Con la internacionalización del sistema financiero, el peso de las monedas dejó de ser solo un faro interno, sino que también se convirtió en un termómetro del comercio, la especialización de la economía doméstica e individual en diversos grados fue un motor de crecimiento. En 1941, después de la conferencia de Bretton Woods, donde Estados Unidos, Canadá y los países de Europa occidental acordaron el modelo monetario, donde la carga financiera se convirtió en oro y la moneda internacional, el dólar, comenzó un proceso de gran globalización (Bretton Woods, 1941, Canadá).

En 1971 se deroga el modelo de Bretton Woods, ya no es el sistema actual, la política monetaria está entonces sujeta a la deliberación libre e individual de cada país, ya no se utiliza el oro como lastre, sin embargo, en el mundo la práctica demuestra el uso de la moneda internacional con el dólar, siguiendo hasta el día de hoy el dólar como moneda vigente y susceptible a la composición de reservas.

La política cambiaria y la especialización comercial se han convertido en factores importantes en el posicionamiento de la economía mundial. Este artículo tiene como objetivo analizar el uso de las políticas monetarias actuales y cómo el análisis de datos cuestiona su empirismo. Donde primero analizamos la crisis de 2008 de la economía estadounidense

conocida como la crisis Subprime y, posteriormente, la política aplicada de QE (Quantitative Easing y sus aspectos).

En primer lugar, pretendemos analizar las teorías monetarias tradicionales, las nuevas teorías monetarias, dónde se aplicaron y qué resultados se obtuvieron. Los modelos tradicionales incluyen el modelo monetario puro, el modelo de sobrecarga de Dornbusch y el modelo de equilibrio de cartera.

Como contrapunto analizamos los resultados obtenidos a través de la aplicación de las PMNC (Políticas Monetarias No Convencionales) como ejemplo de Flexibilización Cuantitativa, Forward Orientation e interés cero, ya que estas desafían las teorías monetarias actuales utilizadas por los Bancos Centrales de los países. El estudio de las variables económicas y los resultados obtenidos a través de la aplicación del PMNC traen a la agenda nuevas discusiones sobre los modelos económicos monetarios actuales.

Un breve resumen nos muestra que desde 1690 donde se produjo la primera teoría de la moneda que dio origen a las teorías monetarias hasta 2008 hay cambios importantes en el pensamiento y la expectativa de los bancos centrales actuando principalmente con respecto a lo esperado para el control de la inflación.

Inicialmente, el trabajo de (John Locke y David Hume, 1690) sugiere que la cantidad de moneda en circulación afecta el nivel de precios. En 1911 Alfred Marshal postuló la teoría cuantitativa de la moneda donde afirma que el valor es proporcional a la oferta e inversamente proporcional a la demanda. En 1941 (Friedrich Hayek) postula que la moneda debe dejarse al libre mercado sin intervención del gobierno y que el dinero, como cualquier otro activo, debe venderse y comprarse libremente. (Milton Friedman, 1956) desarrolla la teoría monetarista, que sostiene que la cantidad de moneda en circulación es la causa principal de la inflación.

Después del final del tratado de Bretan Woods en 1971, Richard Nixon postula la desvinculación del patrón oro del dólar, con el régimen de tipo de cambio flotante.

Se discuten varias otras teorías monetarias, como la teoría de la inflación, que la inflación sobre fuertes reflejos de la indexación de precios y expectativas, la teoría endógena de la moneda en la que se argumenta que la demanda de préstamos es lo que se refleja en la oferta de la moneda.

Así, en 2008 con la crisis provocada por las subprime, comienzan a aplicarse nuevas teorías con pensamientos divergentes de la vieja teoría monetaria clásica y la teoría cuantitativa de la moneda que nos proporcionan datos para disputar que el aumento de la base monetaria no siempre equivale a inflación de precios. Parte del razonamiento empleado se basa en la Teoría de la Soberanía Monetaria, la Teoría de la Tasa de Interés, la Teoría

de la Moneda Funcional y la Teoría de la Propiedad Monetaria. Entre los postulantes más grandes de TMM (Modern Monetary Theory) se encuentran (Warren Mosler, *The Seven Deadly Innocent Frauds*), Stephanie Kelton, “*The Deficit Myth: Modern Monetary Theory and Birth of the People Economy*”, 2016) y (Randall Wray, “*Modern Money Theory: A Primer on Macroeconomics for Sovereign Monetary Systems*”).

Los datos empíricos sugieren la efectividad de la aplicación de la Teoría Moderna de Monet en varios países, aunque enfatizamos que la aplicación por parte de los Estados Unidos en 2008 también es ampliamente practicada por varios países, incluidos los Estados Unidos, Australia, Japón y Argentina.

POLÍTICA MONETARIA ACTUAL Y GLOBALIZACIÓN

Las bases teóricas relacionadas con la política monetaria, incluyen varios puntos de materialización que tienen amplio aspecto, por ejemplo, teorías sobre la moneda, el uso de políticas monetarias convencionales, así como los objetivos y medios utilizados por los bancos centrales para lograr sus objetivos finales. Además, también analizamos puntos importantes sobre los canales de transmisión de las políticas monetarias, los tipos de interés futuros y el balance de los bancos centrales.

Teoría clásica de la economía monetaria.

Teoría Cuantitativa de la Moneda (TCM) fue pronunciada por primera vez por David Hume, 1748, *Investigación sobre la comprensión humana* en la que los cambios en la oferta de divisas tienen un efecto directo en el nivel de precios. Esta teoría menciona la cuestión de la neutralidad monetaria, ya que los cambios en el stock de monedas no alterarían las variables reales de la economía. Según la teoría monetaria, tiene una asociación positiva con la inflación (GONTIJO, 1993), véase:

La ecuación cuantitativa de la moneda, definida en el momento del patrón oro, considera la moneda como exógena, una variable definida en la identidad $M \cdot V = P \cdot Y$, en la que M =cantidad de moneda, V = velocidad de movimiento de la moneda, P = nivel de precios, e Y =producto. Más tarde, los clasicistas comenzaron a definir la moneda como endógena, en la que se comportaba como otros bienes y se ajustaba de acuerdo con la demanda real. Por el lado del mercado crediticio, el tipo de interés actúa como estabilizador, ya que afecta al ratio deuda/fondos propios de empresas y agentes económicos. Cuanto mayor sea la tasa

de interés, mayor será el reemplazo de capital por capital, ya que las deudas se volverían más caras y el costo de oportunidad del capital aumentaría.

Según (Wicksell, 1987) ver, la tasa de interés neutral puede verse como un equilibrio entre la demanda de inversión, derivada de la productividad marginal del capital, y la oferta de divisas, que dependen del ahorro de los agentes económicos. Por lo tanto, la tasa de interés neutral es aquella que equilibraría los ahorros y las inversiones. El proceso acumulativo de Wicksell demuestra cómo se realizan los ajustes para cada período en el que las tasas de interés difieren del saldo. Siendo en este modelo el proceso acumulativo y los bancos precursores del crédito.

(WICKSELL, 1987, Currency, credit and economic cycles, p.276) define: “Si los bancos renuncian a su dinero en préstamos con tasas de interés esencialmente más bajas que las definidas como interés natural, entonces el espíritu de ahorro se verá afectado y, por esta razón, se verá afectado un aumento en la demanda actual de bienes y servicios de consumo”.

Una de las mayores preocupaciones de la política monetaria actual es el ajuste de la inflación y el crecimiento saludable y sostenible de un país. La política monetaria basada en la inflación se ha adoptado en más de 30 países donde la preocupación central del banco central es mantener la inflación entre las bandas de tolerancia. Estos países incluyen Brasil, Chile, Colombia, México, Perú, Sudáfrica, Suecia, Reino Unido, Canadá, Australia, entre otros. Desde 1999, Brasil ha adoptado el régimen de metas de inflación, haciendo del control de la inflación el objetivo principal.

Estos ajustes son realizados por los bancos centrales considerando acomodar la razón de la necesidad de financiamiento financiero para la implementación del plan fiscal, junto con el tipo de cambio, los intereses, la inflación y el crecimiento. Mientras hablamos, aunque desde 1971 los bancos centrales tienen autonomía, el dólar en Brasil continúa con un régimen cambiario semiflotante que recibe reflejos directos de la demanda y la oferta. El impacto del dólar en la inflación depende en gran medida de las importaciones.

La solvencia fiscal de un país influye en la tasa de interés de diversas maneras en la tasa nominal a través de la percepción del riesgo del país, a la tasa real a través de la condición de crédito y financiamiento de la economía.

En la relación entre países, la tasa de interés influye en una política más o menos restrictiva que influye en el precio de cambio que, según la teoría de la paridad de la tasa de interés, equilibraría su relación entre el interés interno y externo y el tipo de cambio,

influyendo también en la inflación debido a la importación/exportación de productos apreciados o depreciados.

Por lo tanto, la política de tasas de interés influye directamente en el tipo de cambio, el crecimiento y la inflación de un país. Cabe destacar que la acción esperada en cada uno de los canales tiene varios niveles particulares de impacto que dependen de las susceptibilidades económicas momentáneas, teniendo así una acción más potente o más débil dependiendo del canal.

MODELOS ECONÓMICOS MONETARIOS

El mecanismo de transmisión monetaria es definido por Taylor (1995), como “el proceso por el cual las decisiones de política monetaria se transmiten al producto real y la inflación”.

Miskhin (1995) Economía monetaria, banca y mercado financiero). Describe los procesos son la política monetaria y las citas como principales canales: tasa de interés, tipo de cambio, crédito, expectativa y precio de los activos.

(Bernanke, 2020, Las nuevas herramientas de la policía monetaria), véase , estudios que desde 1980 las tasas de interés tienen una tendencia a la baja, entre las razones están el incentivo económico y menores riesgos de inflación, en parte derivados de procesos de globalización.

Hay tres teorías principales para la formación del término estructura de las tasas de interés (HULL, 2002):

(1) Teoría de la expectativa: teoría pura de las expectativas, en la que postula que las tasas futuras son buenos predictores de las tasas de interés.

(2) Teoría de la preferencia de liquidez: que argumenta que las tasas futuras tienden a tener una prima más alta debido a la liquidez.

(3) Teoría de la preferencia de hábitos: que se define argumentando que varios agentes del mercado tienen preferencias individuales e incentivos económicos específicos a seguir.

Hasta entonces, los esfuerzos del banco central se han centrado en implementar la política monetaria, influyendo directamente en la tasa de interés a corto plazo. Los bancos centrales con diferentes percepciones de riesgo aplican la política monetaria extrayendo diferentes resultados en la economía. Ya sea individualmente por la credibilidad o características individuales de cada momento económico.

Actualmente, varias economías aplican modelos que van más allá del control de la tasa de interés a corto plazo, entre ellos, (Krishnamurthy y O. Vigneron, Quantitative Easing Progam), véase Quantitative Easing and Foward Guidance, en el que Quantitative Easing describe las transacciones de compra y venta de valores específicos de ciertos momentos económicos que interfieren no solo en la tasa de interés a corto plazo, sino también en otros puntos de la curva de interés.

POLÍTICAS MONETARIAS NO CONVENCIONALES (PNC)

En el proceso de formulación de este artículo, exploramos los aspectos inherentes a la política monetaria. En eventos de estrés, qué acciones se implementaron y el resultado derivado de tales desarrollos. Uno de los mayores ejemplos fue Estados Unidos, en los años anteriores a 2008 el vencimiento promedio de los activos mantenidos osciló entre uno y cuatro años, el cambio en la política monetaria tuvo como objetivo influir en los activos a mediano y largo plazo.

Las políticas monetarias convencionales impulsan sus esfuerzos para realizar cambios a través de la venta y compra de activos a corto plazo, influyendo así en la tasa de interés básica. En tiempos de fricción o choques económicos, estas acciones tienden a tener poco efecto sobre las tasas de interés y la curva de interés.

Bernanke, Reinhart y Sck (2004), Sack y Reinhart postulam que en tiempos de shock en la demanda o la oferta. Los mecanismos de transmisión de la política monetaria se vuelven menos eficientes, por lo que los bancos centrales no pueden influir significativamente en la curva de intereses para el desempeño de una política económica obsoleta.

Wieland (2010), postula que, siendo, las consideraciones sobre la flexibilización del crédito, realizadas por Estados Unidos tras la crisis de 2008 en la que no solo se realizó el plazo de los activos y la compra masiva, sino también el deterioro de la calidad de los activos que son adquiridos por la autoridad monetaria. A modo de ejemplo, la compra de hipotecas, hipotecas y otros valores de menor calidad que se compraron no solo influyen en la curva de interés en varios puntos, sino también en la calificación crediticia de los activos, reduciendo el riesgo dirigido a instituciones financieras o bancos.

La crisis de las hipotecas de alto riesgo en 2008 fue causada en parte por las dificultades económicas y el apalancamiento proporcionado por las recompras de hipotecas, pero también por la baja liquidez y la muy baja calidad crediticia de las instituciones financieras, la autoridad monetaria se vio obligada a adquirir diversas calidades de activos en diferentes términos para influir en la liquidez, el riesgo y los precios de los activos.

El banco central también actuó en la compra de activos como papeles comerciales e implementó programas de recompra de activos para instituciones financieras con el objetivo de proporcionar liquidez y aumentar el flujo de crédito en la economía.

Analizando la composición de los activos del Banco de la Reserva Federal, cuadruplica el tamaño de sus balances entre 2007 y 2013. La compra de hipotecas y bonos del gobierno se lleva a cabo en grandes cantidades. Desde 2008, ha habido un gran aumento en los swaps entre bancos, lo que permite la caracterización inicial del período de crisis. En 2007, los swaps entre bancos fueron menos de \$ 1 mil millones y, durante el período hasta 2008, ya habían aumentado 55 veces a \$ 55 mil millones. Desde 2009, la búsqueda incesante de mayor liquidez con la compra de títulos con vencimiento a 10 años altera las características del balance de Estados Unidos, iniciando lo que se ha denominado el Quantitative Easing (QE).

El rescate de la economía estadounidense no terminó con la flexibilización cuantitativa, sino que también siguió la orientación hacia adelante (FG), cuyo objetivo sería crear una mayor previsibilidad del futuro de la política monetaria, generando influencia sobre las expectativas de los agentes. Así, la autoridad monetaria demuestra un compromiso con la tasa de interés y su nivel, lo que permite influir en las expectativas con respecto a los vencimientos más largos en la curva de interés. Según Bernanke (2012), la comunicación cobra aún más importancia en este contexto en el que los tipos de interés se encuentran en niveles bajos, lo que permite mantener las expectativas de tipos de interés futuros.

Entre los efectos del QE, el aumento de las operaciones de crédito y las reservas bancarias, generando un exceso de reservas que aumentó la liquidez del sistema financiero. En poco tiempo, el apalancamiento del balance de la Fed ha pasado de 22 a 53 veces.

Los datos recogidos a partir de 2007 indican que los tipos de interés aplicados por la Fed cayeron en respuesta a la crisis de liquidez, alcanzando el 0,12% anual.

Este escenario de reducción de los tipos de interés y su alto impacto en la recuperación económica contribuyeron a la adopción del SGNC, como la flexibilización cuantitativa.

Entre 2007 y finales de 2008, el balance de la Fed fue de 800.000 millones de dólares, aumentando aproximadamente 37 veces su tamaño a 2,2 billones de dólares.

Entre los efectos de la crisis estuvo una corrección en los precios de los activos en el mercado de valores, las bajas expectativas económicas arrastraron las tasas de descuento por encima y las expectativas de múltiplos por debajo.

No solo en la crisis subprime, se pusieron a prueba los PNC, sino en 2020, cuando la crisis de Covid-19 se extendió como una pandemia global.

El S&P 500 cayó -33.92%, a 22/03/2020, en 2237.40 puntos, ilustrando los efectos

gigantescos de la crisis, mientras que la caída en el índice NASDAQ fue ligeramente menor, alcanzando -30.12%;

Una de las formas de determinar los movimientos bursátiles es la “q” de Tobin¹⁵ que determina las indicaciones de producción, cuando es mayor que 1 se puede leer que la economía será rentable para el sector productivo y al menos que no lo será (CARVALHO *et al*, 2007).

Tanto las políticas de QE como las de FG fueron decisivas en los momentos de la economía. En este momento el QE se llevó a cabo a través de una programación específica, siguiendo diferentes momentos y alcanzando la emisión acumulada de 5 billones de dólares para rescatar la economía. La QE comenzó en marzo de 2020 hasta junio de 2021 y elevó los activos totales de la Fed de \$ 4.16 billones a \$ 7.17 billones.

LOS DATOS ECONÓMICOS Y SUS REFLEXIONES

Contener los efectos económicos de la crisis financiera que comenzó en 2008, que tuvo un impacto en el aumento de los diferenciales de crédito y la volatilidad, el aumento del riesgo neto y una disminución del dinamismo global. Se inició la implementación del PMNC, que comenzó conjuntamente como flexibilización cuantitativa (QE), (FG) Forward Guidance y (EC) Credit Easing (EC).

Según (Joyce, 2012), el uso de QE generalmente se basa en el canal de reemplazo de cartera, que tiene como objetivo reducir los diferenciales y estimular la demanda agregada. Requiere conexión textual Según Bernanke (2012) el proceso se ha reducido entre 40 y 110 puntos básicos en vencimientos a 10 años. En la segunda fase del programa aportó de 15 a 45 puntos básicos, entre los efectos acumulados se cree que en las tasas de tesorería a 10 años el efecto fue de 80 a 120 puntos. Los efectos económicos también tienen un impacto en el nivel de empleo y los indicadores de actividad económica.

Según los modelos económicos de Benanke, la influencia en el empleo puede haber alcanzado los 2 millones, mientras que el crecimiento económico puede representar un aumento del 3%. Existe un cuerpo razonable de evidencia que demuestra que la QE contribuye a la contención de los efectos deflacionarios y la recesión económica.

Sobre los datos recopilados en el período posterior a la crisis de 2020 Rodrigues (2021), al analizar los datos recopilados por la Fed, encontraron que hubo un efecto significativo en las tasas de corto y largo plazo, el vencimiento a 30 años cayó 14.08% con el anuncio del programa. Cuando el anuncio de QE afirmó la inclusión de valores hipotecarios y otros valores que también representan a la CE, también hubo caídas en otros vencimien-

tos de bonos estadounidenses.

En la serie histórica de 2 y 10 años, se observa, rápida pendiente de la tasa de interés cuando en tiempos de recesión dada la búsqueda de liquidez.

Cuando comenzó la QE en 2008, los diferenciales cayeron significativamente, aumentando nuevamente en 2008, la diferencia entre las tasas de los bonos a 2 y 10 años solo alcanzó estabilidad en 2011, cerca de la segunda compra de activos.

En 2013, la Fed anunció una reducción gradual en el programa de reducción de compras de activos, que presionó las compras y tuvo un impacto particular en las tasas largas, cayendo nuevamente en 2014 y estabilizándose.

En 2020, con la pandemia de coronavirus, la propagación aumenta rápidamente con el empeoramiento de la crisis, incluso en comparación con la crisis de 2008, dándose cuenta de un nivel más bajo en la pendiente.

A partir del período de la crisis de 2008 y del volumen de crédito otorgado en la economía estadounidense, hay un aumento significativo en el crédito otorgado en el comercio y la industria, uno de los factores que pueden haber influido fueron las dificultades momentáneas en el flujo de caja de las empresas y las reducciones de intereses.

Incluso con la QE hay una caída, especialmente en 2009, en el nivel de nuevos préstamos concedidos a familias y empresas que vuelven a un nivel sostenible en 2011. Según (Weiss y Sampaio (2022), el crédito al consumo y el apoyo a la liquidez tuvieron un rendimiento limitado porque los recursos estaban atrapados en el mercado financiero.

Antes de la crisis mundial, las tasas de crédito estaban en una trayectoria descendente, consolidándose en 2008 del 11,48% al 10,83% en 2009 para el crédito personal.

Límite de tasa de interés más bajo.

Según (Blinder, 2010, Economic crisis and unconventional monetary policies) ver, las acciones de la Fed pudieron pasar permitiendo que las tasas de los bonos a largo plazo variaran significativamente, siendo efectivas especialmente en los principales momentos de la crisis, evitando que subieran significativamente. Según Blinder, el contexto de tasas de interés cercanas a su límite inferior fue importante para el uso del PMNC debido a su correcta influencia en la economía.

En la comparación entre febrero y diciembre de 2020, la Fed de Estados Unidos inició un proceso rápido para contener las tasas de interés que cayeron de 1.55% a 0.12 % en marzo. Las políticas monetarias con un QE de aproximadamente US\$ 700 mil millones y las políticas influyeron en las tasas de interés, respectivamente, con una caída a 5 años de 2.58% a 2.3%, de 10 años a 3.56% a 3.35% y 20% de 4.32 % a 4.14% (Banco de la Reserva Federal)

La recuperación en 2020 fue bastante rápida, en unos 6 meses ya había mayor estabilidad, aunque las caídas ocurridas entre febrero y marzo fueron del orden del 35%.

Los NCps fueron importantes para superar las acciones directas en tiempos de crisis con la provisión de liquidez a los mercados.

La tasa de desempleo en tiempos de crisis alcanzó un máximo del 10% en octubre de 2009 y estabilizó la tendencia a la baja solo a partir de 2011, donde en 2020 alcanzó sus niveles más bajos.

La tasa de desempleo en la economía estadounidense en 2020 alcanzó su nivel más alto de 14.7% en abril de 2020, con la implementación del PMNC estabilizada y llegó a finales de 2020 en 6.7%.

Aún así, de acuerdo con la Teoría Cuantitativa de la Moneda, el mayor riesgo en la implementación de una política monetaria expansiva era la presión inflacionaria que seguiría.

Según los datos analizados por el Federal Bureau Bank (2015), la inflación en los Estados Unidos se mantuvo cerca del objetivo anual del 2% según las definiciones dadas por la Fed. El índice de precios totales fue más alto de lo esperado y mostró una mayor volatilidad. Según (FAO, 2012), en el período de QE, los precios de los productos básicos y la energía se vieron influenciados por la demanda en los países en desarrollo, donde el crecimiento de la población y los factores climáticos contribuyeron al aumento de los precios.

En 2008 los primeros shocks fueron deflacionarios y alcanzaron el núcleo de los precios, debido a la menor demanda que se produce en las recesiones. La serie de informes mostró una trayectoria descendente.

CONSIDERACIONES FINALES

La teoría cuantitativa de la moneda establece una relación causal positiva entre la cantidad de moneda, la velocidad de movimiento y los precios. La política monetaria está destinada principalmente a apoyar el crecimiento sostenible y la estabilidad de precios en una economía.

El tipo de interés básico, el redescuento y el obligatorio son los mecanismos comunes a los bancos centrales para influir en la política monetaria. La mayor parte de la política monetaria está impulsada por la compra y venta en el mercado abierto.

Las grandes crisis mundiales, como la crisis de las hipotecas subprime, que acabó influyendo fuertemente en los bancos estadounidenses y la crisis provocada por la pandemia del coronavirus, requirieron acciones diferentes a las actuales.

La implementación de Políticas Monetarias No Convencionales llevada a cabo por los bancos centrales fueron herramientas importantes para controlar las crisis experimentadas en 2008 y nuevamente en 2020.

La flexibilización cuantitativa, la orientación futura (GF), la flexibilización crediticia (CE) y el límite inferior cero (ZLB) se aplicaron conjunta o separadamente (EQ).

La flexibilización cuantitativa es la compra de valores en grandes cantidades y con diferentes vencimientos a corto plazo. Esta política fue representativa permitiendo contener la pendiente de la tasa de interés, especialmente debido a la pérdida significativa de propensión al comportamiento de consumo.

La aplicación de la orientación Forward también se utilizó ampliamente para contener las expectativas principalmente con respecto a las tasas de interés a corto plazo, los bancos centrales emitieron opiniones anticipadas sobre qué acciones se esperarían a largo plazo.

La flexibilización del crédito se produjo cuando la Fed cambió el perfil de los valores que forman parte de sus activos, incluidos los valores con un peor perfil crediticio, así como los bonos con vencimientos más altos.

Los límites inferiores cero, las tasas cercanas a cero fomentan y ejercen presión sobre la economía de consumo.

Según (Blinder, 2010, Economic crisis and conventional monetary policies) ver, las acciones de la Fed pudieron pasar al permitir que las tasas de los bonos a largo plazo variaran significativamente, siendo efectivas especialmente en los momentos clave de la crisis, evitando que subieran significativamente. Según Blinder, el contexto de tasas de interés cercanas a su límite inferior fue importante para el uso del PMNC debido a su correcta influencia en la economía.

En la comparación entre febrero y diciembre de 2020, la Fed de Estados Unidos inició un proceso rápido para contener las tasas de interés que cayeron de 1.55% a 0.12% en marzo. Las políticas monetarias con un QE de aproximadamente US\$ 700 mil millones y las políticas influyeron en las tasas de interés, respectivamente, con una caída a 5 años de 2.58% a 2.3%, de 10 años a 3.56% a 3.35% y 20% de 4.32% a 4.14%.

La recuperación en 2020 fue bastante rápida, en unos 6 meses ya había mayor estabilidad, aunque las caídas ocurridas entre febrero y marzo fueron del orden del 35%.

Los PCN fueron importantes para superar las acciones directas en tiempos de crisis

con el suministro de liquidez a los mercados.

La tasa de desempleo en tiempos de crisis aumentó hasta alcanzar un máximo del 10% en octubre de 2009 y estabilizó la tendencia a la baja solo a partir de 2011, donde en 2020 alcanzó sus niveles más bajos.

Sobre la base de estudios y análisis de los resultados, se encontró que las políticas monetarias convencionales eran ineficientes en el tratamiento de crisis, especialmente cuando se trataba de economías con tasas de interés cercanas a ZLB. Como en tiempos de crisis donde se acentúa la preferencia por la liquidez.

Los efectos sobre canales de transmisión limitados requieren la aplicación de PMNC. El análisis de los datos relacionados con la aplicación de QE, GF y Ce demuestra eficiencia para influir en el control de la curva de interés, así como en el control de crisis.

El estudio económico es esencial para comprender las prácticas de consumo interno, las facturas de impuestos, las exportaciones e importaciones, así como la política monetaria. La globalización del sistema financiero ha hecho de la moneda internacional un indicador importante del comercio y la especialización de la economía nacional. Desde la primera teoría de la moneda en 1690 hasta el presente, ha habido cambios importantes en el pensamiento del banco central sobre el control de la inflación. Las teorías monetarias clásicas, como la cantidad de moneda en circulación, afectan el nivel de precios, y la teoría cuantitativa de la moneda, donde el valor es proporcional a la oferta e inversamente proporcional a la demanda, se han desarrollado en el pasado. Desde la crisis de 2008, se han aplicado nuevas teorías monetarias, incluidas las políticas monetarias no convencionales, que desafían las teorías monetarias actuales utilizadas por los bancos centrales. Estudios recientes sugieren que el aumento de la base monetaria no siempre resulta en inflación de precios, refutando teorías anteriores. Se están desarrollando nuevas teorías monetarias, como la teoría monetaria moderna, para analizar el uso actual de las políticas monetarias y sus resultados.

Entre la década de 1690 desde que la primera teoría monetaria discutida por John Locke y David Hume fue en moneda y circulación, consideramos que hasta 1971 con el final del Tratado de Bretton Woods y con el trabajo de Richard Nixon, otros sistemas comenzaron a ser cuestionados. La política monetaria moderna comienza a llegar a un punto, cuando en 1990 la teoría de la inflación comenzó a ganar fuerza. Más adelante en el trabajo de Warren Mosler, Randall Wray, Stephanie Kelton en 2010, comienza la discusión en torno a la Teoría de la Inflación en la que ya no se defiende el uso de la austeridad fiscal para mantenerse al día con la demanda de los consumidores.

Se añaden otras teorías como la Teoría de los Tipos de Interés en la que se afirma

que la política monetaria es ineficaz para controlar la inflación y la actividad económica.

De acuerdo con la Teoría de la Moneda Funcional se argumenta que la moneda no es un bien en sí mismo, sino una herramienta con el propósito de facilitar las transacciones económicas. Y su gestión debe llevarse a cabo para aunar no causar inflación y promover el funcionamiento sostenible de la economía.

Países como Australia, Estados Unidos y Japón han adoptado una política monetaria no convencional sin efectos graves sobre la inflación, Japón ha utilizado tasas de interés negativas y mantiene las tasas de interés en niveles bajos, Estados Unidos ha aplicado ampliamente el uso de diversas herramientas para hacer frente a la crisis de 2008 sin graves consecuencias inflacionarias, tan recientemente como el caso de Australia para el control de la pandemia de covid.

REFERENCIAS

34 REUNIÓN ECONÓMICA NACIONAL DE ANPEC. 2006. Anais [...]. RODRIGUES, H. **Política monetaria no convencional: sus impactos y efectividad en las crisis económicas y financieras**. Brasilia, Disertación 2021 (Maestría Profesional en Economía del Sector Público) - Universidad de Brasilia, Brasilia, 2021.

AMADO, A.M. **Límites monetarios al crecimiento: Keynes y la no neutralidad de la moneda. Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-84, 2000.

BANCO CENTRAL DE BRASIL. **Funciones del Banco Central de Brasil. Serie de preguntas frecuentes**, 2016. Disponible em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/s/banco-central> .Acceso el: 11 feb. 2022.

BANCO CENTRAL DE BRASIL. **Retiros obligatorios**. Disponible em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/valores-a-receber>. Acceso el: 8 feb .2022.

BAUMEISTER, C; BENATI, L. **Política monetaria no convencional y la Gran Recesión: estimación de los efectos macroeconómicos de una compresión de diferenciales en el límite inferior cero**. *Journal of Central Banking*, Frankfurt, v. 31, p. 165-212, junio de 2013.

BCE. SILVA, A.C. **¿Qué muestran las manifestaciones? Balances y resultados de los bancos centrales.** Texto para discusión 2224, Río de Janeiro, ago. 2016.

BECH, M; MALKHOZOV, A. **¿Cómo han implementado los bancos centrales las tasas de interés negativas?** BIS Quarterly Review, marzo de 2016.

BERNANKE, B; REINHARDT, V; SACK, B. **Alternativas de política monetaria en el límite cero: una evaluación empírica. Serie de debates sobre finanzas y economía, septiembre de 2004.**

BERNANKE, Ben. **¿Cuál es la magnitud del problema del límite cero inferior de las tasas de interés?** La Brookings Institution. 2017.

BERNANKE, Ben. **Las nuevas herramientas de la policía monetaria.** La Brookings Institution. 2020.

BERNANKE, Ben. **Política monetaria desde el inicio de la crisis.** La Brookings Institution. 2020.

BINDSEIL, Ulrich. **Exceso de reservas y aplicación de la política monetaria.** La Brookings Institution. 2020.

BLINDER, A. **Quantitative easing: entry and exit strategies.** Federal Bank of St. Louis Review, Princeton, v. 1219, p. 465-480, noviembre de 2010.

BORÇA, G.R.; TORRES, E. **Análisis de la crisis subprime.** REVISTA BNDES, Río de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dic. Año 2008.

BULLIO, Olivia et al. **El desempeño de la Fed antes y después del estallido de la burbuja inmobiliaria: discreción y mandato de los bancos centrales en el contexto de la desregulación financiera.** Economía y Sociedad, Campinas, v. 20, n. 2, p. 329-364, ago. 2011.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Economía monetaria y financiera: teoría y política**. 2 ed. Río de Janeiro: Elsevier, f. 193, 2007.

CHEN, Q. et al. **Impacto global de las políticas monetarias no convencionales de Estados Unidos y la zona del euro: una comparación**. BIS Working Papers, n. 610, febrero. 2017.

CHESNAIS, François (org). **Finanzas globalizadas**. Boitempo Editorial, f. 128, 2004.

CHINAGLIA, Pedro. **La vulnerabilidad de la globalización financiera: reflexiones sobre los impactos de la pandemia de coronavirus en la economía neoliberal global em 2020**. *Espacio y Economía*, n. 20, dic. 2020.

FAO. **Informe sobre políticas alimentarias mundiales, International Food Policy Research**, Washington, 2013. Disponible en: <http://cdm15738.contentdm.oclc.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/127424/filename/127635.pdf>. Acceso el: 6 de abr. de 2022.

HERNÁNDEZ, Fausto. **Las nuevas herramientas de política monetaria, según Ben Bernanke**. [S. l.] Arena Pública, 2020. Disponible en: <https://www.arenapublica.com/fausto-hernandez/las-nuevas-herramientas-de-politica-monetaria-segun-ben-bernanke>. Acceso el: 6 abr. 2022.

GONTIJO, Claustro. **Moneda, interés e inflación: un enfoque clásico**. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

HUBRICH, K; TETLOW, R.J. **Estrés financiero y dinámica económica: la transmisión de crisis**. *Journal of Monetary Economics*, v. 70, p. 100-115, septiembre de 2014.

HULL, Juan. **Opciones, futuros y otros derivados**. 5 ed, f. 144. 2002. 288 págs.

IPEA. TAYLOR, J.B. **El mecanismo de transmisión monetaria: un marco empírico**. *Journal of Economics Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 11-26, 1995.

JOYCE, Miguel. **Flexibilización cuantitativa y política monetaria no convencional: una introducción.** The Economic Journal, v. 122, n. 564, p. 271-288, noviembre de 2012.

KEYNES, John Maynard. **La teoría general del empleo, el interés y la moneda. f. 176.1996. 352 págs.**

MENDONÇA, H; SOUZA, G.J. **Credibilidad del régimen de metas de inflación en Brasil. Economic Research and Planning,** v. 37, n. 2, p. 247-282, aug., 2007.

MIL, D. **Precios de los activos, ahorro y los efectos más amplios de la política monetaria. Elegante: Miskhin,** 1995.

ECONOMÍA monetaria, banca y mercado financeiro. No voy al BCE. Serie de documentos de trabajo, Frankfurt, n. 361, mayo de 361. 2004.

PIZA, C; DIAS, J. **Nuevo consenso macroeconómico y política monetaria en Brasil: una evaluación empírica.** Elegante: Miskhin, 1995.

PRO. CONFERENCIA DE NEGOCIOS DE MANCHESTER. 2012. MISHKIN, F. Simposio sobre el mecanismo de transmisión monetaria. Journal of Economic Perspectives, v. 9, n. 4, p. 3-10, 1995.

WEISS, M; VILELA. **Una evaluación de las causas, propuestas y perspectivas de recuperación de la crisis financiera internacional.** Revista de Economía, Curitiba, v. 43, n. 80, p. 241-274, 2022.

SCHMIDT, S. **El límite inferior efectivo: algunas implicaciones para la dinámica de la inflación más allá del entorno actual de bajas tasas de interés.** SIMPOSIO ECONÓMICO DEL BANCO DE RESERVA DE KANSAS CITY. 2012, Jackson Hole.

UNIVERSIDAD DE CHICAGO. **Booth School Of Business Foro de Política Monetaria de Los Estados Unidos.** 2011, Nueva York, 2011.

VI UNA REUNIÓN INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN KEYNESIANA BRASILEÑA. 2013. Anais [...], Vitória - ES, 2013.

WEISS, M; VILELA, A. **Políticas monetarias no convencionales en los EE.UU.: análisis empírico del período 2007-2019.**

WICKSELL, Knut. **La influencia de la tasa de interés en los precios.** *The Economic Journal*, v. 17, n. 66, p. 213-220, 1907.

WICKSELL, Knut. **Lecciones de economía política.** Nova Cultural Ltda., f. 150, 1987.

WIELAND, V. **Quantitative Easing: A justification and some evidence from Japan.** *The University of Chicago Press Journal*, v. 6, n. 1, p. 354-366, 2010.

WOODFORD, Miguel. **Interés y precios: fundamentos de una teoría de la política monetaria.** Princeton University Press, v. 3, f. 404, 2011. 808 págs.

YELLEN, J. **Política monetaria no convencional y comunicaciones del banco central. Elegante: Miskhin,** 1995.

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS VIVENCIADOS PELOS POLICIAIS MILITARES DO MARANHÃO/BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2016

Flávia Andréia Martins Castro¹

RESUMO

Centenas de policiais militares afastam-se de suas atividades laborais devido estarem acometidos por enfermidades de natureza psicológica, acarretando, por conseguinte, grande prejuízo para o Estado e para população. Diante dessa problemática esse trabalho teve por objetivo identificar os principais transtornos mentais e comportamentais dos policiais militares registrados pela Junta Militar de Saúde da Polícia Militar do Maranhão, no período de 2013 a 2016, procurando identificar as variáveis mais recorrentes, bem como as ações e políticas institucionais de saúde. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica descritiva e levantamento de dados na Junta Militar de Saúde (JMS) da Polícia Militar do Maranhão. Quanto aos resultados, a análise descritiva dos dados de 74 Atas de Inspeção de Saúde teve como variáveis do estudo: período (anos), graduação e patente, gênero, idade e tipificação das doenças incapacitantes, com enfoque nos transtornos mentais e comportamentais; 92% dos atestados são das praças, devido serem a maioria. O transtorno mental e comportamental predominante nas inspeções foi o episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos. Portanto, cabe a Polícia Militar a responsabilidade com a saúde dos policiais, pois se trata de uma importante questão de saúde pública, considerando que o sofrimento psíquico decorrente do exercício laboral pode atingir toda a categoria.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; transtornos mentais; comportamentais; organização mundial de saúde.

ABSTRACT

Hundreds of military police officers leave their work activities due to being affected by illness-

¹ Licenciada em Letras na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Gestão da Segurança Pública na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Graduanda em Segurança Pública e do Trabalho na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Cadete no Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. - VINCULAÇÃO ACADÊMICA: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA - CONTATO: - e-mail: flaviapmft@hotmail.com

ses of a psychological nature, thus causing great damage to the State and the population. Faced with this problem, this study aimed to identify the main mental and behavioral disorders of military police registered by the Military Health Board of the Military Police of Maranhão, from 2013 to 2016, seeking to identify the most recurrent variables, as well as the actions and policies health institutions. The methodology used was descriptive bibliographic research and data collection at the Military Health Board (JMS) of the Military Police of Maranhão. As for the results, the descriptive analysis of data from 74 Health Inspection Minutes had as study variables: period (years), graduation and patent, gender, age and typification of disabling diseases, focusing on mental and behavioral disorders; 92% of the certificates are from the squares, due to being the majority. The predominant mental and behavioral disorder in the inspections was the severe depressive episode without psychotic symptoms. Therefore, the Military Police is responsible for the health of police officers, as it is an important public health issue, considering that the psychological suffering resulting from the work exercise can affect the entire category.

KEYWORDS: mental health; mental disorders; behavioral; world health organization; military police.

INTRODUÇÃO

A saúde mental de profissionais de segurança pública no Maranhão, em especial dos policiais militares, é um tema pouco explorado na literatura científica. Entretanto, as evidências apontam tratar-se de uma das profissões mais desgastantes, pois o policial militar é constantemente exposto a situações de risco à vida, violência urbana, principalmente homicídios que são cada vez mais recorrentes devido ao crescimento abrupto da criminalidade, se deparam com as estruturas de trabalho inadequadas, elevadas expectativas da sociedade no que se refere ao padrão de serviço prestado na área de segurança e remuneração não satisfatória, aliados às características marcantes da instituição: hierarquia e disciplina rigorosas.

Todas essas situações podem desencadear quadros de sofrimento e adoecimento, dentre outros prejuízos físicos, mentais e sociais ao policial, logo, essas situações, muitas vezes, podem resultar em transtornos mentais e comportamentais, em alguns casos pode-se ter como consequência o suicídio.

O propósito em estudar os principais transtornos mentais e comportamentais entre

os policiais militares no Maranhão, no período de quatro anos, veio da necessidade de pesquisas neste aspecto e da minha experiência profissional diante da observância de vários casos de policiais afastados do serviço por causa de tais doenças. A partir desta realidade surgiram alguns relevantes questionamentos: O que é feito pela instituição Polícia Militar com o policial que sofre algum tipo de transtorno mental ou comportamental? Qual o transtorno mais comum vivenciado pelos militares?

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os transtornos mentais e comportamentais dos policiais militares registrados pela Junta Militar de Saúde da Polícia Militar do Maranhão, no período de 2013 a 2016, procurando identificar a tipificação e incidência das doenças, sua implicação na dinâmica profissional, bem como as ações e políticas institucionais de saúde. Poderá, eventualmente, fornecer subsídios para políticas preventivas de saúde e qualidade de vida, mediante mudanças nos modelos de gestão dos recursos humanos, para que as condições e características do trabalho desses profissionais de segurança pública não se constituam possível causa de sofrimento, e sim, que seu trabalho se torne uma atividade prazerosa, confortável e segura; uma vez que, eles podem ter suas carreiras pausadas ou encerradas muito cedo, devido traumas e/ou transtornos vividos ao longo de suas atividades laborais.

Como estratégias metodológicas foram adotados dois procedimentos: pesquisa bibliográfica descritiva e levantamento de dados na Junta Militar de Saúde (JMS) da Polícia Militar do Maranhão, no que se refere aos policiais considerados incapazes definitivamente para o serviço no período de 2013 a 2016. Os resultados basearam-se nas Atas de Inspeção de Saúde dos militares.

METODOLOGIA

A constituição desse trabalho foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica descritiva e levantamento de dados na Junta Militar de Saúde (JMS) da Polícia Militar do Maranhão, no que se refere aos policiais considerados incapazes definitivamente para o serviço.

A coleta de dados somente efetivou-se, mediante ofício, após autorização do Comandante-Geral da Polícia Militar que, em seguida, encaminhou a autorização à Diretoria de Ensino (DE), setor responsável por ensino e pesquisas da instituição. A DE expediu a Declaração nº 02/2017-DE dando livre acesso à pesquisa junto a JMS. Com essa autorização em mãos, procurou-se a direção da Junta Militar de Saúde a fim de explicar os objetivos

da pesquisa, para posteriormente começar o levantamento de dados com base em documentos do setor (74 Atas de Inspeção de Saúde).

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: BREVE HISTÓRICO

A Polícia Militar do Maranhão foi criada por meio da Lei Provincial nº. 21, de 17 de junho de 1836, com o nome de “Corpo de Polícia da Província do Maranhão”, era constituída inicialmente por um Estado Maior e quatro Companhias de Infantaria, totalizando 412 policiais. Ao longo desses anos recebeu várias nomenclaturas e em 04 de janeiro de 1971 passou a ser denominada “Polícia Militar do Maranhão”, por meio da Lei nº 3.119 que vigora até hoje, com abreviatura de PMMA.

A Polícia Militar está estruturada nos valores da hierarquia e disciplina, constituída como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, regida por Legislação Especial, e no Estado do Maranhão está subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Possui de forma crescente estrutura hierárquica de cargos, dividida entre: graduados, praças especiais e oficiais, conforme o Art. 8º do Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969. As praças são os: Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes; as praças especiais são: Cadetes e Aspirantes; e os oficiais são: Tenentes, Capitães, Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis (SILVA, 2014).

Além dos concursos públicos, outra maneira de fazer parte do quadro da PMMA é por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO), com bacharelado em Segurança Pública, oferecido pela Universidade Estadual do Estado em parceria com a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, por intermédio do programa de vestibular da instituição o PAES (Processos Seletivos de Acesso à Educação Superior).

SAÚDE MENTAL DO POLICIAL

Para a Organização Mundial de Saúde (2001) o conceito de saúde mental envolve variados aspectos ou dimensões que se relacionam à alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, independência, competência, autorrealização etc. A saúde mental é indispensável para o bem-estar geral dos indivíduos, das sociedades e dos países, a ausência dela gera uma série de fatores que implicam em doenças relativas às questões biológicas, psicológicas e sociais, como os transtornos mentais e comportamentais definidos pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacio-

nados à Saúde (CID 10).

De acordo com a OMS (2001), entendem-se como transtornos mentais e comportamentais as alterações clinicamente significativas do funcionamento da mente que prejudicam o desempenho da pessoa na vida familiar, na vida social, na vida pessoal, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, onde cerca de 450 milhões de pessoas sofrem de perturbações mentais ou comportamentais.

Minayo, Souza e Constatino (2007, p. 2.768) afirmam que: “os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para os quais o risco não se configura como mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais”, logo, precisam estar sempre prontos para atenderem as diversas ocorrências, tais como: brigas, tumultos, roubos, ameaças ou quaisquer outras situações de perigo. São circunstâncias onde as pessoas tendem a se afastarem e se protegerem, entretanto, os policiais militares devem estar preparados para enfrentarem essas situações e muitas vezes colocam em risco a própria vida, pois devem dar proteção à vida de terceiros (sociedade em geral, colegas de trabalho), em consonância ao juramento feito por esses profissionais.

Ao ingressar na Polícia Militar do Maranhão, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida (SILVA, 2014, p. 192).

Presume-se que ser policial no Brasil pode ser uma profissão desgastante e frustrante, o que se evidencia pelos altos índices de desmotivação, desânimo, uso/abuso de drogas lícitas (tabaco, álcool, ansiolíticos, antidepressivos e indutores de sono) e ilícitas, depressão decorrente de insatisfação no trabalho, o que muitas vezes leva o operador de segurança pública ao suicídio, pois a natureza do trabalho policial está relacionada à violência, ao perigo, à ameaça a vida, esteja o militar de serviço ou de folga, portanto “o exercício da atividade profissional invade a vida social e pessoal”. (MINAYO, SOUZA, CONSTATINO, 2014, p. 2.770).

Muitos policiais não suportam a carga emocional a que estão submetidos e tentam matar a própria dor por meio do suicídio, alguns têm o ato interrompido antes do resultado almejado – a morte. O suicídio, geralmente, está relacionado à transtornos mentais, que vão desde uma estabilidade emocional até uma grave depressão, no qual o apoio da família e de colegas de serviço é essencial, tendo em vista que ainda existe preconceito com as pessoas que apresentam qualquer tipo de doença mental.

Por vezes, os militares escodem seu sofrimento psíquico por vergonha do que ou-

tras pessoas vão pensar e falar, fazendo com que seu tratamento seja “retardado” ou nem chegue a acontecer e tenha como consequência o ato impulsivo do suicídio. Deve-se levar em consideração a acessibilidade aos meios mais utilizados, armas de fogo, para a consolidação de tal fatalidade. Essa realidade foi constatada por Reis (2020) em seu estudo de caso sobre o suicídio em policiais militares do Estado de São Paulo.

A visão do suicídio como uma válvula de escape, classificado como “suicídio escapista”, estaria ligado a uma situação, às vezes temporária, de instabilidade emocional, sofrimento ou depressão aguda, onde o indivíduo enxerga no suicídio uma possibilidade de fuga rápida. Esta situação pode acometer a todos os membros da sociedade, pelos mais variados motivos; porém atinge de forma desigual os policiais militares, por estar conectada com a questão da facilidade do acesso ao meio, no caso arma de fogo, quando pode ocorrer um ato impulsivo (REIS, 2020, p. 34).

Além da inegável correlação entre o índice de desânimo e a insatisfação no trabalho, relaciona-se, negativamente, com a depressão o desânimo, existindo conexões entre o índice de depressão e as várias questões que caracterizam o comportamento suicida, não sendo difícil encontrar um policial militar que já tenha pensado em suicidar-se, apresentando alguns sintomas de depressão moderada. A sensação de abandono pela gestão pública com a saúde mental dos policiais é um dos fatores que contribuem para o sofrimento psíquico.

O sofrimento psíquico de policiais brasileiros tem ocupado cada vez mais espaço no debate público e na mídia. Todavia, a saúde mental dos agentes de segurança permanece invisível aos olhos dos gestores. No Rio de Janeiro, o descaso em relação ao sofrimento emocional desses profissionais é condizente com o caráter tradicional das políticas de segurança pública. Por décadas, executivos estaduais priorizaram investimentos materiais em detrimento de políticas de valorização de recursos humanos. A prevenção de doenças mentais e emocionais de policiais civis, militares e bombeiros nunca fez parte da agenda de políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (MIRANDA, 2016, p. 19).

O esgotamento profissional é uma das consequências desse ritmo atual: um estado de tensão emocional e estresse crônico provocado por condições de trabalho desgastantes, trazendo consigo consequências negativas tanto em nível individual como profissional, familiar e social, podendo levar à depressão.

Os dados do Relatório sobre a Saúde no Mundo (2001) acerca da depressão e suas consequências são assustadores, o que causa mais preocupação com a temática abordada. E o que dizer ou pensar de uma classe que lida diariamente com situações que podem levar qualquer um ao estresse?

A depressão grave é atualmente a principal causa de incapacitação em todo o mundo e situa-se em quarto lugar entre as dez principais causas da carga patológica mundial. [...] Em todo o globo, 70 milhões de pessoas sofrem de dependência do álcool. Cerca de 50 milhões têm epilepsia; outros 24 milhões, esquizofrenia. Um milhão de pessoas cometem suicídio anualmente. Entre 10 e 20 milhões tentam suicidar-se (OMS, 2001, p. 6).

A JUNTA MILITAR DE SAÚDE E AS DOENÇAS INCAPACITANTES

Em 2006 o Governador do Estado do Maranhão resolveu extinguir a Junta Superior de Saúde do Sistema de Segurança Pública, criada pelo Decreto nº 19.497, de 08 de abril de 2003, e criar a Junta Militar de Saúde (JMS) da Polícia Militar do Maranhão, por meio do Decreto nº 22.150, de 31 de maio de 2006, para julgar todos os processos de afastamentos médico e demais deliberações.

Art. 2º. A competência atribuída à Junta Superior de Saúde do Sistema de Segurança Pública, pelo Decreto citado, no que se refere ao julgamento, em grau de recurso ou revisão, dos processos de reforma do Militar por incapacidade definitiva, para fins de transferência para a inatividade, ficará a cargo da Junta Militar de Saúde da Polícia Militar do Maranhão (SILVA, 2014, p. 701).

O militar pode ser considerado incapaz definitivamente por várias doenças, dentre as quais estão os transtornos mentais e comportamentais. A OMS (2001) afirma que a definição de disfunção e incapacidade causada pelos transtornos mentais e do comportamento, relacionados ou não com o trabalho, é difícil para chegar a esse entendimento; na PMMA essa decisão é tomada pela JMS:

Art. 127. A incapacidade definitiva do militar pode sobrevir a:

- I - ferimento recebido na preservação da ordem pública ou enfermidade contraídas nessa situação ou que nela tenha a sua causa ou efeito;
- II - acidente em serviço;
- III - doença, moléstia ou enfermidade adquirida, com relação de causa e efeito às condições inerentes ao serviço;
- IV - tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondilolartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada;
- V - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço (SILVA, 2014, p. 212).

É competência da Junta Militar de Saúde homologar todos os atestados médicos apresentados pelos policiais militares, dentre eles os considerados incapazes temporaria-

mente ou definitivamente. As decisões tomadas pela equipe médica da JMS são publicadas em Boletim Geral no *site* da Polícia Militar do Maranhão.

Geralmente, os militares considerados incapazes temporariamente ou com restrições para as atividades operacionais são encaminhados para atuação no serviço interno e/ou administrativo, muitas vezes com prejuízo de promoções e nos proventos, ou seja, dependendo do tempo que estes ficam à disposição da Junta Militar de Saúde, não recebem seus salários de forma integral e isso pode gerar descontentamento na classe, uma vez que o PM fazer acompanhamento terapêutico.

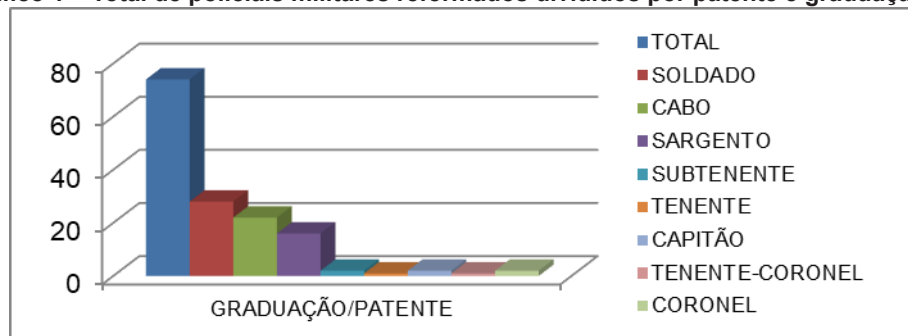
RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente estudo foi realizada a estatística descritiva das variáveis selecionadas, contudo muitas dificuldades apareceram no que se refere à obtenção dessas informações, devido a JMS não ter um banco de dados com a relação dos militares afastados por incapacitação temporária ou definitiva correlacionando com suas enfermidades, e principalmente pelas informações serem sigilosas.

O processamento dos dados se caracterizou da seguinte forma: codificação e tabulação dos dados e cálculos estatísticos por meio do *Software Microsoft Excel*, na versão 2010, os resultados foram formatados para se apresentarem em gráficos e por fim, desenvolvida a análise descritiva.

A análise descritiva dos dados teve como variáveis do estudo: período (anos), graduação e patente, gênero, idade e tipificação das doenças incapacitantes.

Gráfico 1 – Total de policiais militares reformados divididos por patente e graduação.

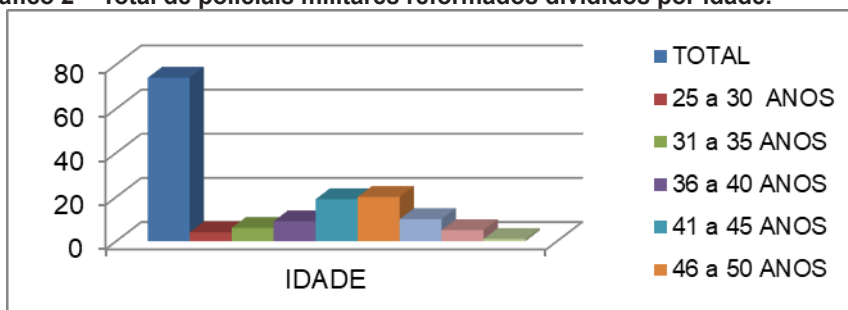


Fonte: Junta Médica de Saúde da PMMA, 2017.

O Gráfico 1 mostra o número de policiais reformados por diversos problemas de saúde, divididos por patente e graduação, num total de 74 laudos médicos da JMS a prevalência de

doenças encontra-se nos soldados, isso se dá, provavelmente, por serem maior representatividade na classe militar e estarem em mais contato com as mais diversas ocorrências. Observou-se que 92% dos atestados são das praças, tendo em vista que eles são maioria na categoria.

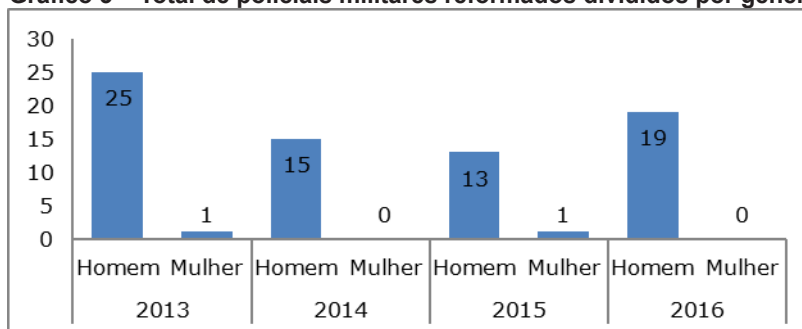
Gráfico 2 – Total de policiais militares reformados divididos por idade.



Fonte: Junta Médica de Saúde da PMMA, 2017.

O Gráfico 2 demonstra os militares considerados incapazes definitivamente divididos por faixa etária, de 5 em 5 anos, num total de 74 atas de inspeção de saúde dos afastamentos por incapacidade definitiva, 27% está na faixa etária de 46 a 50 anos de idade, seguido de 41 a 45 anos com 26%. Se for levada em consideração a idade máxima permitida para ingressar na corporação, que é de 28 anos de idade, estes policiais têm em média de 18 a 22 anos, 13 a 17 anos de atividade laborativa, respectivamente, sendo que eles só poderiam se aposentar por tempo de serviço após contribuição previdenciária de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens.

Gráfico 3 – Total de policiais militares reformados divididos por gênero e ano.

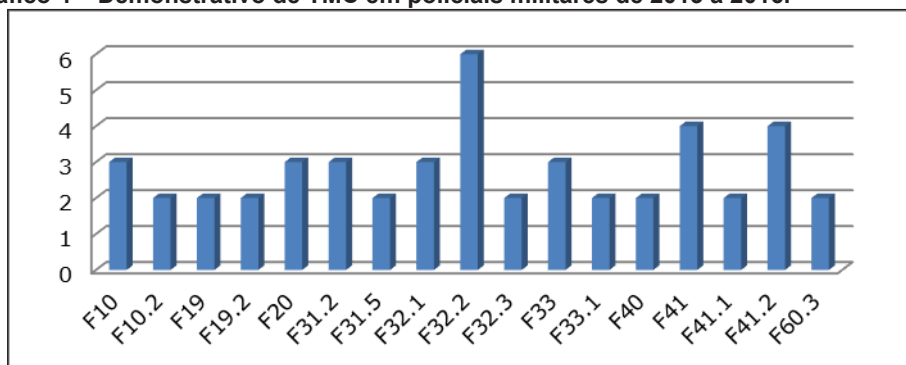


Fonte: Junta Médica de Saúde da PMMA, 2017.

O Gráfico 3 evidencia o número de militares reformados no período de 2013 a 2016, separando-os por gênero, no qual num total de 74 laudos a grande maioria pertencem ao sexo masculino, que corresponde a 97% do total, isso devido ao contexto históri-

co das mulheres na PMMA e a Legislação Básica da Instituição.

Gráfico 4 – Demonstrativo de TMC em policiais militares de 2013 a 2016.



Fonte: Junta Médica de Saúde da PMMA, 2017.

Vários foram os transtornos mentais e comportamentais encontrados nas Atas de Inspeção da Junta Militar de Saúde, no qual destacou-se os mais recorrentes no gráfico 4. Observou-se, em todas as Atas, que mais de um CID 10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.) foi inserido nos laudos, ou seja, possivelmente um transtorno traz como consequência outro. O transtorno que teve mais prevalência nas inspeções de saúde foi o Episódio Depressivo Grave sem Sintomas Psicóticos, CID 10 F32.2, com 13% do total de TMC.

De acordo com OMS (2001), a depressão é um transtorno mental comum, caracterizado por tristeza persistente e perda de interesse por atividades que as pessoas normalmente gostam, acompanhadas por incapacidade de realizar atividades diárias.

Num episódio depressivo grave a pessoa sofre depressão do humor, redução de energia e diminuição da atividade. A capacidade de apreciar, mostrar interesse e concentração é reduzida. É comum cansaço acentuado após o mínimo esforço. Geralmente, o sono é perturbador e o apetite diminui. A autoestima e a confiança em si mesmo quase sempre são reduzidas e muitas vezes estão presentes as ideias de culpa e pouca valia. Também são comuns pensamentos e atos suicidas, ressalta a OMS (2001).

O Gráfico 4 apresenta a tipificação de transtornos mentais e comportamentais apenas pelos CIDs. A seguir classificar-se-á cada um, de acordo com as classificações DSM-5 (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Fourth Edition - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*).

Tabela 1 – Discriminação dos CIDs relacionados ao Gráfico 4.

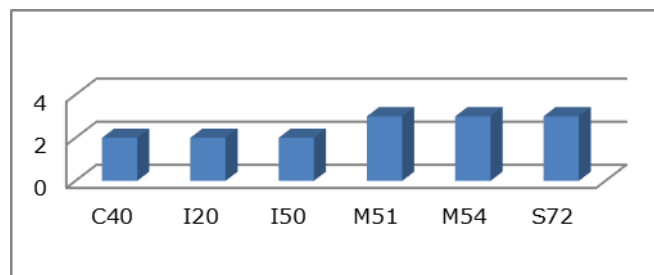
ORD.	CID-10	DISCRIMINAÇÃO
TMC devido ao uso de substância psicoativa (F10 – F19)		
01	F10	TMC uso de álcool – intoxicação aguda
02	F10.2	TMC uso de álcool – síndrome de dependência
03	F19	TMC uso de múltiplas drogas e de outras subst. psicoativas - intoxicação aguda
04	F19.2	TMC uso de múltiplas drogas e de outras subst. psicoativas - síndrome de dependência
Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20 – F29)		
05	F20	Esquizofrenia paranóide
Transtornos do humor (F30 – F39)		
06	F31.2	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos
07	F31.5	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual depressivo grave com sintomas psicóticos
08	F32.1	Episódio depressivo moderado
09	F32.2	Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos
10	F32.3	Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos
11	F33	Episódio depressivo recorrente, episódio atual leve
12	F33.1	Episódio depressivo recorrente, episódio atual moderado
Transt. neuróticos, transt. relacionados com o estresse e trans. somatoformes (F40 – F48)		
13	F40	Agorafobia
14	F41	Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica)
15	F41.1	Ansiedade generalizada
16	F41.2	Transtorno misto ansioso e depressivo
Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60 – F69)		
17	F60.3	Transtorno de personalidade com instabilidade emocional

Fonte: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), 2014.

Alguns militares, antes de serem considerados incapazes definitivamente para o serviço ativo, passam por acompanhamento psicológico no Centro de Assistência e Promoção Social (CAPS) da corporação. Porém, esse acompanhamento não é de fácil acesso a todos os policiais, devido não existir o CAPS da instituição nas cidades do interior do Maranhão e, às vezes, a distância ao Centro de Assistência também contribui para isso. Diante da situação o policial militar é obrigado a pagar pelo seu atendimento psicológico e psiquiatra.

Atualmente o CAPS da PMMA conta com apenas uma psicóloga e nenhum psiquiatra, para atender uma demanda de mais 12 mil policiais. Percebe-se a necessidade de concurso para a área de saúde da referida instituição, precisamente, as especialidades de Psicologia, Psiquiatria e Assistência Social, e por conseguinte a abertura de polos do CAPS no interior do Estado.

Gráfico 5 – Outras doenças incapacitantes de 2013 a 2016.



Fonte: Junta Médica de Saúde da PMMA, 2017.

O Gráfico 5 mostra a recorrência de outras doenças incapacitantes apresentadas pelos policiais militares da Polícia Militar do Maranhão, onde notou-se a prevalência de doenças ortopédicas seguida das cardíacas. Essa situação foi observada também por Minayo, Assis e Oliveira (2011) em uma pesquisa sobre o Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil), no qual ressaltam que essas enfermidades são oriundas da natureza da profissão.

O Gráfico 5 mostra a recorrência de outras doenças incapacitantes apresentadas pelos policiais militares da Polícia Militar do Maranhão, onde notou-se a prevalência de doenças ortopédicas seguida das cardíacas. Essa situação foi observada também por Minayo, Assis e Oliveira (2011) em uma pesquisa sobre o Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil), no qual ressaltam que essas enfermidades são oriundas da natureza da profissão.

No Gráfico 5 foi apresentada a tipificação de outras doenças incapacitantes apenas pelos CIDs. A seguir discriminar-se-á cada um de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10).

Tabela 2 - Discriminação dos CIDs relacionados ao Gráfico 5

ORD.	CID-10	DISCRIMINAÇÃO
01	C40	Neoplasia maligna dos ossos e cartilagens articulares dos membros
02	I20.0	Angina instável
03	I50	Insuficiência cardíaca
04	M51	Outros transtornos dos discos vertebrais
05	M54	Dorsalgia
06	S72	Fratura do fêmur

Fonte: MedicinaNet, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentou-se a prevalência das principais doenças incapacitantes que sofrem os policiais militares maranhenses, após análise de Atas de Inspeção de Saúde da Junta Médica de Saúde da PMMA. Assim, em relação às variantes de patentes e de graduações a predominância de transtornos mentais e comportamentais dar-se-á entre as praças. No que se refere ao gênero, a prevalência deu-se no sexo masculino. Entretanto, não foi possível obter algumas informações relevantes na JMS, tais como: a quantidade de licenças médicas dos policiais afastados para tratamento de saúde mental; tempo de serviço do policial ao ser reformado (militar da ativa julgado incapaz definitivamente – termo militar); relação quantitativa de militares reformados, somente, por transtornos mentais e comportamentais, pois a junta não possui um setor responsável pela triagem desses dados.

Conclui-se a partir dos dados obtidos e analisados neste estudo científico, que há necessidade de uma intervenção psicossocial e psicológica preventiva com o intuito de reduzir o número de policiais militares reformados por transtornos mentais e comportamentais. Nota-se que são poucos os profissionais que atuam no Centro de Promoção e Assistência Social (CAPS) da Polícia Militar do Maranhão diante da demanda.

Espera-se que com base nas informações fornecidas por esta investigação a Corporação tome para si a responsabilidade da saúde mental dos seus policiais, assim como, combater os transtornos mentais e comportamentais decorrentes da atividade policial militar, mesmo sabendo que não é uma tarefa fácil. O sucesso desse trabalho demandará certo empenho, bem como apoio e ajuda de familiares, amigos e colegas de trabalho. É necessário que os policiais militares tenham atenção de seus gestores e apoio psicológico, uma vez que, é essencial que os responsáveis pela segurança da população se sintam seguros e estáveis emocionalmente para realizarem seu trabalho da melhor forma e com menor sofrimento possível, combatendo a violência e a opressão com eficácia e eficiência.

Por fim, percebe-se a necessidade de mais discussões e pesquisas acerca das doenças que mais incapacitam os policiais militares do Maranhão, em especial os transtornos mentais e comportamentais, para que sejam empreendidas mudanças e ações voltadas à qualidade de vida desses profissionais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEDICINANET INFORMAÇÕES DE MEDICINA S/A. Porto Alegre: MedicinaNet, 2017. Disponível em: <https://www.medicinanet.com.br/cid10.htm?mobile=off>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2.199-2.209. 2011.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R.; CONSTATINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, nov. 2007.

MIRANDA, Dayse. **Por que policiais se matam?** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001: **Saúde Mental: nova concepção, nova esperança**. Genebra: OPAS, 2001.

REIS, Guilherme Soto. **Suicídio de Policiais Militares do Estado de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Instituto de Pesquisa e Ensino, São Paulo, 2020.

SILVA, James Ribeiro. **Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão**. 6. ed. rev. e atual. São Luís: Segraf, 2014.

O MITO DE MASLOW: ANÁLISE DO USO DA TEORIA DA HIERARQUIA DAS NECES-SIDADES EM ARTIGOS ACADÊMICOS

Ligia Baptista Kobal¹

RESUMO

Analisa o rigor científico na aplicação da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow nas produções acadêmicas encontradas no Portal de Periódicos CAPES no período de 2005 a 2020. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter exploratório descritivo, se respaldando em uma revisão sistemática da literatura. Em um primeiro momento se apresenta um referencial teórico sobre a teoria e suas críticas e limitações. Quanto aos resultados, se destacam a análise do uso equivocado da figura piramidal para representar a hierarquia das necessidades e o exame da abordagem da teoria realizada pelos autores dos trabalhos selecionados. Neste sentido o estudo visa contribuir para as discussões acadêmicas sobre as teorias da motivação.

PALAVRAS-CHAVE: maslow. teoria da hierarquia das necessidades. teoria da motivação.

ABSTRACT

This article's scope is to analyze the scientific standards in the application of Maslow's hierarchy of needs theory in the scientific productions located on the Portal de Periódicos Capes (a Brazilian scientific papers' database) between the years 2005 and 2020. It is qualitative research of the descriptive exploratory persuasion, based on a systematic literary revision. About the results, it is most prominent the analysis of the misuse of the pyramidal figure to represent the hierarchy of needs theory and the examination of the theoretical approach made by the selected paper's authors. By following this thread this study aims to contribute to further academic discussions about motivation theories.

KEYWORDS: maslow.hierarchy of needs. motivation theory.

¹ Mestre em Gestão em Consultoria pela Universidade Museo Social Argentino- UMSA.
MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas- FGV
Pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos pela UNITAU

INTRODUÇÃO

As inúmeras concepções sobre as teorias da motivação influenciam não só as práticas administrativas como também as produções acadêmicas. Entre as mais divulgadas está a hierarquia de necessidades, conhecida popularmente como Pirâmide de Maslow.

Entretanto, a pesquisa realizada por Abraham Maslow não foi verificada empiricamente e os estudos realizados por pares mostraram apenas suporte parcial para o conceito de hierarquia de necessidades. Gerard Hodgkinson, psicólogo da Warwick Business School, afirma que quando se analisa profundamente a “estrutura real da motivação não se encaixa na teoria” (WAHBA; BRIDWELL, 1976).

Apesar dos problemas apresentados em sua concepção, a Teoria da Hierarquia das Necessidades é amplamente utilizada como fonte de referência para investigações acadêmicas. A aceitação acrítica dos fundamentos teóricos de Maslow, apesar da falta de evidência empírica (WAHBA; BRIDWELL, 1976), é um fato preocupante podendo comprometer a confiabilidade das pesquisas.

Dessa forma, este estudo visa analisar o rigor científico na aplicação da teoria da hierarquia das necessidades nas produções acadêmicas encontradas no periódico Comunidade Acadêmica Federada (CAFE) de 2005 a 2020.

O artigo está estruturada em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda descreve detalhadamente a metodologia aplicada; a terceira parte se divide entre os conceitos e as críticas sobre a Teoria da Hierarquia das necessidades; A quarta realiza a análise sobre a abordagem dos autores em relação as limitações da teoria de Maslow nos trabalhos acadêmicos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos que conduziram a pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter exploratório descritivo. Esse tipo de investigação tem como intuito principal aprimorar ideias e descrever as características de um determinado fenômeno (GIL, 2002). O estudo se respalda na revisão sistemática da literatura, ou seja, por meio de uma análise controlada, empírica e crítica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Reitera-se que o objetivo principal dessa investigação é analisar o rigor científico na aplicação da teoria da hierarquia das necessidades nas produções acadêmicas encontradas no periódico CAFÉ no período de 2005 a 2020.

Segundo Vergara (1997) O universo é o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo, e a amostra, é uma parte do universo escolhido selecionada a partir de um critério de representatividade. Destarte, para definição de universo, o descritor de busca no periódico utilizado foi “Teorias da motivação” gerando uma população de 101 trabalhos acadêmicos. Para amostra a pesquisa se baseou no termo “Teoria da Hierarquia das Necessidades” revelando 13 artigos. Por fim, foi realizada análise dos trabalhos em relação ao uso da figura da pirâmide e a verificação da forma como os autores abordaram as críticas à teoria de Maslow.

A TEORIA DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES

A teoria das necessidades de Abraham H. Maslow propõe que o comportamento do individual é motivado por estímulos internos que se dispõem em uma ordem hierárquica baseada inicialmente em cinco níveis sendo expandida posteriormente em mais três estágios (MCLEOD, 2020).

As necessidades são distribuídas nesses estágios de acordo com a importância e o grau de influência no comportamento da pessoa. Nos primeiros níveis se encontram as necessidades primárias, com maior predominância, e nos últimos as necessidades secundárias, que representam um maior desenvolvimento do indivíduo (CAVALCANTI et al., 2019).

Maslow defende que as pessoas se preocupam primeiro em satisfazer as necessidades básicas antes de se preocupar com os níveis mais elevados, ou seja, as motivações humanas se encontram estruturadas de forma hierárquica, conforme seus níveis de prioridade e urgência (SOBRAL; ALKETA, 2013). Se uma necessidade não for minimamente satisfeita o indivíduo não passará ao nível seguinte (MAXIMIANO, 2000).

Um dos pontos primordiais da Teoria das Necessidades é o conceito de que as pessoas estão em um contínuo processo de desenvolvimento, procurando atender uma por uma das necessidades, visando a autorrealização. Os primeiros cinco estágios relacionados foram os seguintes:

- Necessidades básicas ou fisiológicas: estabelecem o nível mais baixo das necessidades humanas, pois são consideradas inatas. São também denominadas biológicas pois demandam uma satisfação cíclica e urgente. São

exemplos dessa faixa da pirâmide a necessidade de sono, repouso, abrigo e desejos sexuais (CHIAVENATO, 2000).

- Necessidades de segurança: se referem a segurança dos indivíduos e a sua integridade. Pode-se relacionar essa necessidade a um local seguro para trabalhar e para morar, a proteção da saúde, a estabilidade do emprego e a garantia de recebimento do salário (OLIVEIRA; SILVA, 2021).
- Necessidade de participação: este nível é descrito como necessidade de afiliação ou de amor (OLIVEIRA; SILVA, 2021), está vinculado à carência que as pessoas têm de manter relacionamentos afetivos, participar de grupos sociais, de clubes, igrejas, entre outros.
- Necessidade de estima: essa necessidade se manifesta sob a vertente da autoafirmação ou da valorização das pessoas em relação a si mesmas ou em relação aos outros (OLIVEIRA; SILVA, 2021). Visa a participação e a aceitação, quando não é satisfeita gera resistência e arrogância (CHIAVENATO, 2000).
- Necessidade de autorrealização: se refere às necessidades mais elevadas, que visam realizar toda a potencialidade humana, relacionadas a autonomia, a independência, ao autocontrole, competências e realização plena ao longo da vida (CHIAVENATO, 2000).

A expansão realizada por Maslow incluiu os seguintes estágios desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970 (MCLEOD, 2020):

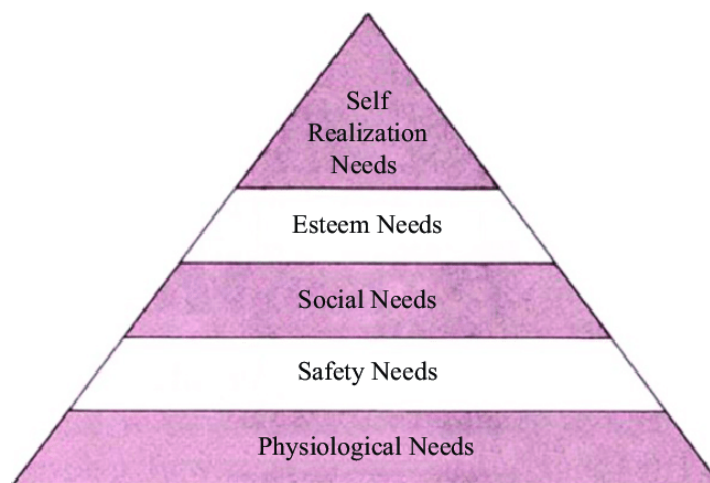
- Necessidade Cognitiva: está relacionada com os desejos do indivíduo de conhecer e entender o mundo ao seu redor, as pessoas e a natureza.
- Necessidade de satisfação estética: está relacionada às necessidades de beleza, simetria e arte. Maslow defendia a ideia de que as pessoas não querem apenas existir, mas querem viver com beleza ao redor (KREMER, 2013).
- Necessidade de transcendência: se refere ao imaterial, a percepção de si mesmo em relação às expectativas e ao atingimento de objetivos mais elevados: os pessoais e da coletividade (OLIVEIRA; SILVA, 2021). Não se deve confundir essa necessidade com autorrealização, pois representa algo mais sublime, acima dos desejos, que aborda sentimentos de realização a favor do próximo (PARIZI, 2006).

CRÍTICAS À TEORIA DAS NECESSIDADES

A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow recebeu amplo reconhecimento, especialmente por parte de executivos formados na prática. No entanto, com o passar do tempo muitos estudiosos questionaram pontos importantes da pesquisa, colocando em dúvida conceitos que norteavam os processos decisórios na gestão de pessoas e as pesquisas acadêmicas relacionadas com o tema.

O primeiro equívoco a ser considerado não se relaciona propriamente com a teoria, mas sim com sua interpretação e divulgação: A imagem sedutora da pirâmide que representa os níveis das necessidades nunca foi utilizada por Maslow. Pesquisadores relatam que seu uso foi realizado pela primeira vez em 1960, pelo psicólogo consultor Charles McDermid, para descrever a teoria em um artigo (Figura 1), e depois disso, a imagem se tornou viral, ilustrando trabalhos científicos e livros didáticos por todo o mundo (KREMER, 2013).

Figura 1 - Organização da Pirâmide das necessidades



Nota 1- Tomado de *How money motivates men* (MCDERMID, CHARLES D., 1960).

Revisões realizadas por pares testando a teoria demonstraram somente um suporte parcial para o conceito de hierarquia das necessidades. Um grande número de estudos transversais, em que o pesquisador não interage com a população amostral de modo dire-

to, senão por análise e avaliação conseguidas por meio da observação, não apresentaram evidências consistentes para a proposta Maslow. Em relação aos estudos longitudinais, referentes a coleta dados qualitativos e quantitativos, não foram revelados nenhum suporte, e os suportes limitados encontrados são questionáveis, pois apresentaram inúmeros problemas de medição (WAHBA; BRIDWELL, 1976).

Os problemas relacionados a metodologia utilizada se iniciam desde as categorias elegidas pelo pesquisador que foram consideradas demasiadamente amplas, agrupando necessidades distintas funcionalmente e psicologicamente (KENRICK et al., 2010). Como exemplo temos as necessidades básicas para o sistema biológico manter-se em equilíbrio, como a fome e sede que foram incluídas na mesma categoria do desejo sexual, que está ligado não só a procriação, mas também a motivos sociais.

Outro ponto relevante em relação a metodologia se refere ao método qualitativo empregado pelo teórico, chamado de análise biográfica, realizado por meio de entrevistas e documentos complementares. Maslow estudou biografias de 18 pessoas que considerou autorrealizadas, enumerou suas qualidades e as separou em listas de características, comparando-as ao restante da humanidade. A validade populacional dessa mostra é altamente questionável, pois os dados foram obtidos em entrevistas para as quais não há transcrições, baseadas em um modelo predominantemente masculino, revelando um forte viés androcêntrico do estudo (TIETZE; SHAKESHAFT, 1982).

Maslow incluiu algumas mulheres consideradas por ele autorrealizadas, como Eleanor Roosevelt e Madre Teresa, porém a quantidade era muito pequena, não sendo possível aplicar de forma generalizada sua teoria para o universo feminino (FIELDING, 2020).

O principal motivo de críticas da teoria se refere a sua principal característica: a tese de que somente quando uma necessidade inferior é satisfeita que ocorre a ativação de ordem superior na pirâmide (SOBRAL; ALKETA, 2013). É inequívoco que as necessidades básicas de alimentação e abrigo se encontram na base da hierarquia, entretanto não se pode garantir que somente quando essas necessidades forem satisfeitas é que a pessoa passará ao próximo nível (OLIVEIRA; SILVA, 2021).

A hierarquia cognitiva pode mudar em relação a idade ou ao contexto da vida do indivíduo analisado. Dessa forma, a ordem do desenvolvimento das prioridades de dos motivos fundamentais de uma pessoa não podem ser analisados como uma única questão (KENRICK et al., 2010). Acontecimentos cotidianos como a perda de emprego ou de entes queridos podem afetar profundamente o progresso individual, fazendo com que a pessoa flutue entre os níveis de hierarquia (MCLEOD, 2020).

Não se pode negar que Maslow foi responsável por grandes mudanças nos estudos

referentes às necessidades humanas (KREMER, 2013) permitindo que profissionais da administração entendessem que existem diversos elementos que podem aumentar a motivação dos trabalhadores nas organizações (OLIVEIRA; SILVA, 2021), mas é fato ausência de evidências sólidas manchou o status do pesquisador (KREMER, 2013), assim como conduziu ao erro inúmeras outras pesquisas baseadas em suas teorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos foi realizada no Portal Periódicos da CAPES, ferramenta designada a oferecer acesso a trabalhos acadêmicos e resultados de pesquisas às instituições de ensino brasileiras. Estão disponíveis cerca de 50 mil títulos entre artigos, teses, resenhas, atas de congressos, livros e artigos de jornal, em 20 diferentes idiomas (CAPES, 2020). Para se ter uma ideia da relevância do portal para a ciência no Brasil, somente em 2020 foram contabilizados mais de 60 milhões de acessos a textos completos e mais de 75 milhões a referências e a resumos (GEOCAPES, 2020).

O estudo concentrou-se na análise dos artigos resultados da busca do termo “Teorias da motivação” que gerou um resultado de 101 artigos. A amostra foi selecionada por meio da busca da expressão “Teoria da Hierarquia das Necessidades” que selecionou 13 trabalhos no período de 2005 a 2020 que foram investigados conforme os parâmetros detalhados na metodologia:

- 2005- Necessidades de saúde psicológica em crianças com deficiência mental;
- 2007 - Quebra de paradigmas na contratação de serviços terceirizados - alcançar resultados através de contratos com foco em recursos humanos;
- 2009- Avaliação do perfil motivacional de funcionários de uma empresa de serviços assistenciais em saúde;
- 2013- Motivação: visão de discentes de uma instituição de ensino superior do sertão central;
- 2015- As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário;
- 2015- Motivação para sucesso, afiliação e poder dos estudantes de ciências contábeis: desafios para atrair o poder e garantir o sucesso;
- 2016- Fatores motivacionais: um estudo empírico em uma indústria têxtil no centro-oeste do Brasil;
- 2016- Product of the Environment: efeitos de interação entre preditores

- contextuais e individuais de intolerância social na Europa;
- 2017- A psicologia humanista de Abraham Maslow: recepção e circulação no Brasil;
 - 2017- Análise da motivação de pessoas: um estudo baseado em princípios da hierarquia de necessidades de Maslow;
 - 2017- Motivação e Recompensas: uma investigação com base nas Teorias da Hierarquia das Necessidades e da Expectativa;
 - 2018- Análise da correlação entre a satisfação no trabalho e o Comprometimento organizacional: estudo com os enfermeiros da pediatria do Hospital Geral de Luanda
 - 2020- Competências gerais da base nacional comum curricular (bncc): Fundamentos teóricos e ideológicos.

Foram examinados dois pontos principais nos textos listados: O uso da representação piramidal da teoria e a postura dos autores em relação as críticas e limitações da Teoria da Hierarquia das Necessidades.

USO DA REPRESENTAÇÃO DA PIRÂMIDE

Para a análise do uso da representação da teoria por meio da figura de uma pirâmide foram determinados três grupos de análise:

- Artigos que utilizaram a imagem e o termo “pirâmide”;
- Artigos que utilizaram somente o termo;
- Artigos que não utilizaram o termo ou a imagem da pirâmide.

A observação demonstra que seis trabalhos utilizaram da figura de do termo para representar a hierarquia das necessidades. Dois trabalhos utilizaram apenas o termo e cinco não ostentaram nem a figura nem a palavra. Ressalta-se que o texto “A psicologia humanista de Abraham Maslow: recepção e circulação no Brasil”, usa o termo, porém apenas como exemplo de como a literatura costuma representar a teoria.

Nota-se que o uso da figura piramidal ou do termo “pirâmide” foi realizado por 50% dos artigos para representar a hierarquia das necessidades. Esse uso impreciso pode ser atribuído a dois motivos principais: o primeiro é relacionado com a atribuição incorreta da ilustração a Maslow por muitos livros didáticos no final do século XX; e o segundo pela forma simples que conceitos complexos da teoria da motivação são demonstrados em um

triângulo colorido.

ABORDAGEM EM RELAÇÃO AS CRÍTICAS

Para a análise da postura dos autores em relação as críticas e limitações da teoria foram especificadas três categorias:

- Abordou as limitações: foram levantadas as críticas e limitações da teoria e levadas em conta na análise e na conclusão do estudo;
- Abordou parcialmente as limitações: foram levantadas críticas e limitações, porém não foram consideradas durante a análise e a conclusão do estudo;
- Não abordou as limitações: as críticas e limitações em relação a teoria não foram objeto de análise do estudo.
-

A análise dos dados demonstra que somente três artigos versaram sobre as críticas e as limitações da pesquisa de Maslow considerando-as na análise e na interpretação dos dados. Foram apontados dois artigos que fizeram referências as limitações, porém não as levaram em conta ao realizar a interpretação científica das informações apontadas nos estudos.

Entretanto, verifica-se que nas observações que oito artigos não fizeram nenhuma referência as críticas realizadas por pesquisadores a Teoria da Hierarquia das Necessidades. Considerando que a utilização de fontes ou dados equivocados reproduz ou

A análise dos dados demonstra que somente 03 artigos versaram sobre as críticas e as limitações da pesquisa de Maslow considerando-as na análise e na interpretação dos dados. Foram apontados 02 artigos que fizeram referências as limitações, porém não as levaram em conta ao realizar a interpretação científica das informações apontadas nos estudos.

Entretanto, verifica-se também que nas observações que 08 artigos não fizeram nenhuma referência as críticas realizadas por pesquisadores a teoria da hierarquia das necessidades. Considerando que a utilização de fontes ou dados equivocados reproduz ou amplia erros (GIL, 2002), a não observação das limitações da pesquisa da hierarquia das necessidades compromete os resultados obtidos.

A não observância das limitações não se deu por dolo, com o conhecimento das limitações, mas sim por culpa, gerada por negligencia, inexperiência ou imperícia durante o levantamento das teorias utilizadas nas investigações.

Segundo o manual de publicação da American Psychological Association (APA), o investigador deve reconhecer as limitações de sua investigação, apresentar alternativas e explicações aos resultados (SANCHEZ, 2020). Assim os autores que informaram os limites da pesquisa não desmereceram os resultados obtidos, muito pelo contrário, eles aumentaram a credibilidade nas informações passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do referencial teórico demonstra que, apesar das críticas e limitações em relação a teoria da hierarquia das necessidades, as pesquisas de Abraham Maslow demonstram extrema importância para os estudos sobre a motivação humana. Entende-se que grande parte dos juízos realizados se deve ao fato de suas investigações terem sido uma das primeiras na área. Entretanto, não se deve ignorar as inúmeras limitações apresentadas nas análises realizadas por pares em relação a teoria da hierarquia das necessidades, principalmente em função da hierarquização e a metodologia utilizada.

Em relação aos trabalhos analisados, verifica-se que apesar da teoria da hierarquia das necessidades não ter seus dados validados através de estudos científicos, seus conceitos continuam sendo utilizados sem a devida atenção ou menção das limitações metodológicas.

As teorias norteiam a pesquisa científica, restringem a amplitude, classificam e conceituam os fatos. Elas resumem de forma sintética o que já se conhece dentro do assunto ou grande área a ser analisada e investigada através de generalizações empíricas (MARCONI & LAKATOS, 2003). Assim, devido a gravidade das limitações á pesquisa de Maslow, esse estudo indica que os pesquisadores devem ter extrema cautela na aplicação dos conceitos da teoria da hierarquia das necessidades, a fim de garantir o rigor científico esperado em trabalhos acadêmicos.

Destaca-se que os resultados e as conclusões não devem ser tomados como absolutos, pois existiram certas limitações no contexto da pesquisa como o número reduzido de textos analisados e a utilização somente do portal de periódicos CAPES como base de pesquisa.

Como sugestão para futuras investigações sugere-se realizar pesquisa em outros portais de periódicos, realizando inclusive comparativos com a produção acadêmica internacional, relacionando a observação das limitações da teoria com portais de outros países.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. C.; SILVA, A. V. L. da; OLIVEIRA, E. M. J. de. Motivação e Recompensas: uma investigação com base nas Teorias da Hierarquia das Necessidades e da Expectativa. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 11, n. 35, p. 325–340, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v11i35.702>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ARAÚJO, M. das G.; VIEIRA, M. J. Necessidades de saúde psicológica em crianças com deficiência mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 25, p. 572–589, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4TJcGQLBnqJkHLThJmNh4dx/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

AZZI, A.; BARDAGI, M. P. Avaliação do perfil motivacional de funcionários de uma empresa de serviços assistenciais em saúde. **Barbarói**, [S. l.], p. 45–65, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.433>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRANCO, P. C. C.; SILVA, L. X. de B. Psicologia humanista de Abraham Maslow: recepção e circulação no Brasil. **Revista da Abordagem Gestáltica**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 189–199, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000200007. Acesso em: 24 mar. 2022.

CANDEIAS, P. Product of the Environment: efeitos de interação entre preditores contextuais e individuais de intolerância social na Europa. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 24, n. 57, p. 93–111, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/45999>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAPES. **Portal. periódicos. CAPES - Quem somos**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CAVALCANTI, T. M. *et al.* Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003183408>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. *E-book*.

CORNACHIONE, B. *et al.* Motivação para sucesso, afiliação e poder dos estudantes de ciências contábeis: desafios para atrair o poder e garantir o sucesso. **Revista Universo Contábil**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 47–64, 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3940>

FERREIRA, D. *et al.* Expectativas profissionais dos ingressantes no curso de graduação em ciências contábeis: um estudo em uma instituição de ensino superior. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 69–81, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2446-9114rmc2020v21n1t06>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FIELDING, S. **Is Maslow's Hierarchy Of Needs Still Important? Research & Myths**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.mindbodygreen.com/articles/maslows-hierarchy-of-needs-research>.

GEOCAPES. **Acesso ao periódico geocapes.capes.gov.br**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. M.; DEITOS, R. A. Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): aspectos teóricos e ideológicos. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 52, p. 10678, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.10678>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRANCO, P. C. C.; SILVA, L. X. de B. Psicologia humanista de Abraham Maslow: recepção e circulação no Brasil. **Revista da Abordagem Gestáltica**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 189–199, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000200007. Acesso em: 24 mar. 2022.

CANDEIAS, P. Product of the Environment: efeitos de interação entre preditores contextuais e individuais de intolerância social na Europa. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 24, n. 57, p. 93–111, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/45999>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAPES. **Portal. periódicos. CAPES - Quem somos**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CAVALCANTI, T. M. *et al.* Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003183408>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. *E-book*.

CORNACHIONE, B. *et al.* Motivação para sucesso, afiliação e poder dos estudantes de ciências contábeis: desafios para atrair o poder e garantir o sucesso. **Revista Universo Contábil**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 47–64, 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3940>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERREIRA, D. *et al.* Expectativas profissionais dos ingressantes no curso de graduação em ciências contábeis: um estudo em uma instituição de ensino superior. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 69–81, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2446-9114rmc2020v21n1t06>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FIELDING, S. **Is Maslow's Hierarchy Of Needs Still Important? Research & Myths**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.mindbodygreen.com/articles/maslows-hierarchy-of-needs-research>. Acesso em: 2 de mar. 2021

GEOCAPES. **Acesso ao periódico geocapes.capes.gov.br**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. M.; DEITOS, R. A. Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): aspectos teóricos e ideológicos. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 52, p. 10678, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.10678>. Acesso em: 25 mar. 2022.

KENRICK, D. T. *et al.* Renovating the Pyramid of Needs. **Perspectives on Psychological Science**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 292–314, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1745691610369469>. Acesso em: 2 de mar. 2021

KREMER, W. Abraham Maslow and the pyramid that beguiled business. **BBC News**, [s. l.], 31 ago. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-23902918>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. *E-book*.

MAXIMIANO, A. C. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. *E-book*.

São Paulo: Pearson, 2013. *E-book*.

TIETZE, I. N.; SHAKESHAFT, C. **Toward a Reconstruction of Organizational Theory: Androcentric Bias in A. H. Maslow's Theory of Human Motivation and Self-Actualization**. [S. l.]: American Educational Research Association, 1982. *E-book*. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED216440>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VEIGA-NETO, A. R. Um estudo comparativo de formas de segmentação de mercado: uma comparação entre VALS-2 e segmentação por variáveis demográficas com estudantes universitários. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 139–161, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1415-65552007000100008>. Acesso em: 28 mar. 2022.

WAHBA, M. A.; BRIDWELL, L. G. Maslow reconsidered: A review of research on the need hierarchy theory. **Organizational Behavior and Human Performance**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 212–240, 1976. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0030-5073\(76\)90038-6](https://doi.org/10.1016/0030-5073(76)90038-6). Acesso em: 2 de mar.2021.

MEU CABELO, MINHA IDENTIDADE E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria José dos Santos Vertuan¹

RESUMO

Apresenta a ideia de que a conscientização e aceitação dos cabelos crespos é muito importante para a identidade e representatividade do ser humano, desde a educação infantil. Parte-se do pressuposto que a representação social no espaço escolar, tanto quanto fora dele, reflete o fato de que a criança que possui cabelo crespo precisa, muitas vezes, de práticas inclusivas de aceitação e empoderamento, que dê significado a uma educação antirracista. Este artigo de revisão bibliográfica de literatura teve como objetivo geral discutir informações que contribuam para a compreensão da importância de um processo educacional que construa, desde a educação infantil, a identidade positiva junto às crianças de 4 e 5 anos, que chegam à escola com cabelos alisados e transformados com a utilização de produtos químicos, buscando uma falsa identidade para melhor aceitação social. Nessa perspectiva, observar conceitos e metodologias sobre esta temática pode contribuir para a desconstrução do discurso que inferioriza os cabelos crespos, pois tais metodologias servirão como estratégias pedagógicas para lidar com essa questão social, por meio de materiais disponíveis em livros de literatura infantil, brinquedos, peças teatrais, músicas e danças, que valorizam a identidade negra e seus cabelos crespos.

PALAVRAS-CHAVE: cabelo crespo; identidade; aceitação; criança; educação infantil.

ABSTRACT

This article presents the idea that the awareness and acceptance of curly hair is very important for the identity and representative of the human being, since Kindergarten. It is

¹ Reside em Alvorada do Sul, onde atua como educadora na Escola Estadual Anastácio Cerezine. Ministra aulas em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. É graduada em Letras pela Universidade do Oeste Paulista (1994); pós-graduada em Didática e Metodologia de Ensino, pela Universidade do Norte do Paraná (1997); Mestra em Educação, pela Universidade do Oeste Paulista (2004), e doutoranda em Educação, pela UCSF - Universidade Católica de Santa Fé, Argentina. Formada em Educação Musical, no Conservatório Musical Carlos Gomes (1989), em Rancharia/SP; Magistério em Alvorada do Sul (1989), Técnica em Contabilidade, em Rancharia (1985). Autora de livros voltados a literatura infantil. Sendo eles: A flor azul, A escola feliz, Rita do laço de fita, A vaca Mimosa, Acrósticos de A a Z e De coração para coração.

assumed that social representation in the school environment, as well as outside it, reflects the fact that children with curly hair often need inclusive practices of acceptance and empowerment, which give meaning to an anti-racist education. This literature review study aimed to discuss information that contributes to the understanding of the importance of an educational process that builds, from early childhood education, a positive identity with children aged 4 and 5, who arrive at school with hair smoothed and transformed with the use of chemical products, seeking a false identity for better social acceptance. From this perspective, observing concepts and methodologies on this subject can contribute to the deconstruction of the discourse that makes curly hair inferior, as such methodologies will serve as pedagogical strategies to deal with this social issue, through materials available in children's literature books, toys, plays, music and dances, which value the black identity and its frizzy hair.

KEYWORDS: curly hair; identity; acceptance; child; child education.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em cabelo, é trazida à mente a identidade da pessoa. Isso porque, também os cabelos revelam a história e a essência de um povo ou umaraça. Os fios crespos, por exemplo, revelam a origem de pessoas, na sua maioria, afrodescendentes que, com seus cabelos carapinhas, demonstram toda a beleza de um povo que também representa a brasilidade.

Este artigo tem como objetivo geral relatar a relação entre a apresentação social do cabelo crespo e os impactos provocados pela textura dele e pela cor da pele e a formação da identidade e representatividade negra desde a educação infantil. Sendo que para atingir tal objetivo foi importante apresentar essa etapa da educação como espaço importante das relações sociais onde, a todo o momento, as crianças produzem cultura, e onde também se destaca a inquietação sobre como está sendo a representação social do cabelo crespo e a aceitação da pele negra junto a este público.

Para Gomes (2003), a identidade negra é entendida como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. E ela ocorre em todos os lugares, muito especialmente dentro da escola. Dessa forma, sendo o cabelo crespo é uma característica fenotípica da criança negra, e também um referencial cultural de resistência em uma sociedade padronizada, onde o ideal são os cabelos lisos (bons) e, onde ter cabelos crespos é estar sempre ouvindo discursos preconceituosos de que o cabelo

crespo é ruim, perguntou-se como e quais metodologias podem contribuir para a desconstrução desse discurso que inferioriza os cabelos crespos.

Essa reflexão observa que a normatização da sociedade leva a padrões de beleza que negam a cultura do cabelo crespo, negam a estética corporal da criança negra, incluindo a influência negativa da mídia, contribuindo para a não aceitação do cabelo crespo pela criança, desde pequena. Conforme Oliveira (2006 *apud* GOMES, 2003), a família deve desenvolver na criança a interiorização de imagens positivas sobre características como: traços físicos, cor da pele, cabelo, etc. É admissível reconhecer que ainda há uma longa trajetória a ser percorrida, no sentido de que essa ditadura da beleza seja desmistificada.

Às vezes, é muito difícil reconhecer as histórias de vida das pessoas, especialmente as das crianças em idade escolar dentro de grandes instituições de ensino, ou em grandes cidades. Mas, é necessário observar como elas costumam vir para escola, como costumam pentear seus cabelos, notando se elas estão representadas com seu fenótipo afro-brasileiro como subalternizadas ou empoderadas.

Quanto ao termo empoderamento, ele deve ser entendido como um processo de transformação nas relações sociais, políticas, culturais e econômicas, como poder ser percebido, mesmo que lentamente, no lançamento de produtos voltados aos cabelos crespos, ou para alguns cabelos que estão em fase de transição, haja vista que até a pouco tempo, predominavam produtos para cabelos normais, ou seja, os cabelos lisos, os que são melhor aceitos pela sociedade.

Para Gomes (2003, p.3): “Existem em nossa sociedade, espaços sociais nos quais o negro transita, em que sua referência é seu cabelo e seu corpo. Um deles é a escola”. Por isso, ainda se questiona: como está sendo a representação social da criança com cabelo crespo na Educação Infantil?

A criança expressa essa representação também por meio de seu cabelo crespo. Para Hall (2014), ela é sempre uma marca ou traço visível exterior, é como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido, como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.

Hoje em dia, a afirmação da identidade, o desejo de empoderar-se e assumir o cabelo crespo tem sido mais forte, admitindo-o diante do preconceito que no espaço escolar sempre se manifesta e fortalece as diversas formas de discriminação como: cultural, de gênero, racial, étnica entre outros. A esse respeito, Munanga e Gomes (2006) esclarecem que preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de

uma etnia, um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro.

Sendo assim, reconhecer o cabelo crespo como traço identitário positivo é fazer menção à beleza negra, e muitas famílias incentivam suas crianças a serem empoderadas, estimulando-as a perceberem sua beleza natural. Desta forma, a criança com seu cabelo crespo pode representar-se de maneira positiva, valorizando seus aspectos étnico-raciais, suas marcas fenotípicas, significativos de sua cultura e seus elementos estéticos, especialmente o cabelo.

Cavalleiro (2017) destaca que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Na educação infantil, percebe-se o espaço das interações sociais onde as crianças precisam estarem contato com referenciais culturais do meio onde estão inseridas, com o intuito de promover a valorização da autoestima e a identidade étnica das crianças negras e não negras, pois, este é um espaço onde estes pequenos sujeitos devem se sentir: acolhidos, vistos, incluídos e ouvidos.

Para Marques e Wachs (2015), aquilo que é vivido pelas crianças na educação infantil, costuma deixar marcas para a vida toda em suas ideias, sentimentos, ações e interações, contribuindo para que assumam ou não compromisso com a mudança social.

METODOLOGIA

Este é um trabalho de Revisão da literatura, cujo processo buscou analisar e descrever uma base de conhecimento a respeito da construção identidade negra e da representação social do cabelo crespo para a criança da Educação Infantil, tomando como base autores e materiais já publicados sobre o tema, disponíveis em livros, periódicos, artigos de jornais, teses e dissertações, bem como, a legislação nacional. E cuja busca foi realizada a partir de descritores como: cabelo crespo, identidade negra, preconceito, criança, Educação Infantil, Lei n ° 10.639, Diretrizes Curriculares Nacionais, raça, aceitação, representação social, afrodescendência, escola, dentre outros disponíveis em língua portuguesa.

Como método de elaboração foi adotado a revisão narrativa, visto que este trabalho não esgota as fontes de informações, mas, seleciona estudos e interpreta informações coletadas em levantamento de literatura específica sobre o assunto, adequando o material coletado para fundamentar teoricamente as hipóteses discutidas a respeito da valorização do cabelo crespo enquanto identidade e representatividade social dos sujeitos negros,

dentro e fora das escolas, mas, começando pela Educação Infantil, quando os pequenos iniciam seu ingresso ao mundo social onde existe uma padronização e europeização da beleza, sempre branca e com cabelos lisos.

CABELO CRESPO E NÃO ACEITAÇÃO DA IDENTIDADE

Percebe-se que muitas crianças, em idade pré-escolar, ou seja, na educação infantil, chegam na escola com os cabelos modificados quimicamente, uma forma que demonstra a não aceitação de suas raízes. Essa não aceitação é a reprodução vivida em suas casas, pois, nessa faixa etária elas ainda não têm ainda não conseguem refletir ou discernir o que é bom, bonito ou mesmo ideal para os padrões de beleza, apenas são reflexos do que é imposto pela sociedade. Por isso, observar o cabelo crespo na educação infantil, relacionando-o à identidade da criança é uma forma de sondar essa representação social, o modo como ela vem acontecendo, se ocorre com uma visão de aceitação e valorização da criança com seus traços físicos e seu cabelo ou se apenas repete padrões.

É fato que nem todas as crianças negras possuem cabelos crespos. Mas, nem todas as crianças brancas possuem cabelos lisos. E essa é uma importante questão pedagógica que precisa ser trabalhada, apresentando as características pessoais da criança, esclarecendo que cuidar da sua própria imagem contribui para o bem-estar e valorização da criança afrodescendente, desde a Educação Infantil, onde existe grande diversidade, e onde tornar positiva a estética da criança é de suma importância.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010), vêm reforçando a proposta pedagógica onde se prevê o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação de todas as crianças com suas referidas histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como, o combate à discriminação e ao racismo.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), que propõe a obrigatoriedade e aplicabilidade do ensino da história da cultura africana em todos os níveis da Educação Básica. Sendo assim, ao abordar a cultura africana em sala de aula se promove conhecimentos, compartilha histórias e experiências, visto que, todos esses aprendizados contribuem significativamente para a formação da dignidade da criança como pessoa humana, como alguém que percebe a importância de sua existência e, despertando sua criticidade para ser capaz de se proteger contra qualquer forma de violência, seja ela física ou simbólica.

Existem alguns livros de literatura infantil que colaborar com a abordagem da refe-

rida temática na Educação Infantil. Um exemplo é o livro com o título: Meu cabelo é de rainha, da autora Bell Hooks, ilustrado por Chris Raschka, que valoriza a estrutura e a qualidade do cabelo crespo, com uma linguagem simples e lúdica, fazendo com que as crianças da educação infantil, entendam e consigam vivenciar a história como protagonista. Um recurso que ajuda na desconstrução de estereótipos, elevando a autoestima das crianças.

É muito comum que nos livros de literatura infantil, os protagonistas sejam brancos e de cabelos lisos. Mas, quando se encontra o oposto, percebe-se a diversidade existente e que as pessoas estão se atentando mais para isso, prestando atenção e valorizando as muitas culturas existentes e representadas de diversas formas.

A literatura infantil é um recurso fundamental para a aprendizagem da leitura e escrita, pois na Educação Infantil os momentos de contação de história contribuem para a formação de leitores críticos, capazes de inventar e reinventar através do imaginário. Tanto que, para Candau (2012), a literatura infantil é um espaço plural, aglutinador de várias leituras e análises. É considerado um local privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos.

Quando a criança tem contato com os livros infantis, ela pode reconhecer que existem elementos específicos da sua raça, etnia, cor e vivenciar um sentimento de prazer e grande satisfação, pois, esses elementos ajudam muito a elevar a autoestima, percebendo que são pessoas reais e que fazem parte do meio, e que pertencendo a eles também os representa.

Quando se fala da identidade e representatividade negra na sociedade, pode-se aferir que é importante que as crianças tenham contato com o universo literário, que elas possam entrar e estar se posicionando no lugar de protagonistas, possibilitando uma nova narrativa, haja vista, que a contação de histórias pode trazer uma estratégia de aproximação da identidade negra, da melhor autoestima e da valorização de diferenças. O que envolve, nesta discussão, o cabelo crespo.

Quando a criança chega à Educação Infantil, ela já costuma trazer as marcas de sua história e cultura. Assim sendo, ao entrar em contato com as histórias de sujeitos próximos ou distantes, vai constituindo e afirmando sua subjetividade. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), vem pontuando que é muito importante apoiar as crianças desde cedo em suas experiências na Educação Infantil, fortalecendo sua autoestima, seu interesse e curiosidade pelo reconhecimento do mundo com diferentes linguagens na aceitação e acolhimentos das diferenças.

É relevante que sejam abordadas as questões étnicas que estão presentes no

cotidiano das crianças, visto que elas estão inseridas em um contexto cultural afro-brasileiro, tanto nas escolas, quando no meio social.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

A implementação da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, sendo este um marco histórico e fundamental para repensar as mudanças de comportamentos e mentalidades dos profissionais da educação, priorizando os diálogos com os diferentes sujeitos que compõem os espaços de toda a instituição de ensino.

A referida Lei trouxe grandes desafios no campo educacional, desde a formação dos educadores, passando pela resignificação do currículo, materiais didáticos, entre outras ações devem ser consideradas como primordiais e necessárias para o bom funcionamento das ações e reflexões pedagógicas. Dentre as ações elencadas, há de se priorizar o reconhecimento e valorização das identidades e diferenças que compõem o espaço educacional, contribuindo de modo significativo para o bom desempenho dos educandos.

O trabalho com a diversidade cultural requer um olhar especial dos educadores, no sentido de acompanhar as crianças com suas dificuldades e capacidades. Gomes (2003, p.3) faz a seguinte pergunta: “Será que existe sensibilidade na Educação Infantil?”

A diversidade não pode ser apenas a preocupação de um grupo de professores e professoras, ela precisa alcançar um lugar de destaque nos currículos. A diversidade pode ser compreendida como construção histórica, cultural e social das diferenças, de forma que, deve-se adotar práticas que trabalhem a diversidade, como por meio de jogos de faz de conta, brinquedos, brincadeiras, literaturas, bonecos com diferentes etnias e características, como recursos que contribuem muito para a aceitação das diferenças, como forma de possibilitar a inclusão, nomeio educacional e, conseqüentemente, na sociedade.

O Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003, p.49), destaca que:

O papel da Educação Infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e para a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover à eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. Isso faz com que as crianças, desde

muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira.

Observa-se, portanto, que o espaço da Educação Infantil é um dos mais apropriados para proporcionar elementos que ajudem a criança a perceber sua história. É ali onde as crianças encontram novos coletivos e narrativas e, por meio das interações e relações sociais, vai se produzindo conhecimento, valores, representações e identidades. Tudo isso, numa forma de desconstruir discursos que inferiorizam desde muito cedo, em movimentos dinâmicos que interajam e sejam constituídos em novos diálogos acolhedores que valorizam toda identidade.

Potencializar a construção da afirmação da identidade racial na Educação Infantil, como forma de trabalhar desde a infância a representação social do cabelo crespo e as diferenças étnicas, é fundamental para o bom desenvolvimento da criança e produção de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do educador na educação infantil é muito importante, haja vista que na elaboração e execução de práticas pedagógicas inclusivas, ele amplia o universo sociocultural onde não se omitem as identidades fenotípicas das crianças e a grande diversidade existente, considerando também que a estética da criança deve ser considerada enquanto representatividade do amplo universo de raças, etnias e diferenças que formam o contexto escolar e social.

Todas as crianças precisam ser vistas com um olhar positivo por todos os profissionais da instituição, de forma que a abordagem da cultura africana, em sala de aula, promova o compartilhamento de histórias e experiências, produzindo aprendizado e contribuindo para a elevação da dignidade da criança como pessoa, de forma crítica e com olhar que respeite suas características, física ou simbólica, seja pela cor de pele, textura de seu cabelo, ou, mais ainda por tudo que tais aparências representam.

A etapa escolar da educação infantil deve ser capaz instrumentalizar-se a partir de metodologias que objetivem a construção de uma educação antirracista, que contemplem a estética das crianças negras, que tragam a tônica tais características enquanto

representatividade e referências positivas de sua cultura, pois, ao abordar cabelo crespo, por exemplo, exercerá um ato político de resistência ao padrão de beleza imposto pela sociedade, onde o ideal seria cabelo liso e pele clara, impostos como perfeitos.

Tratou-se, aqui, de ampliar o estudo da questão racial, destacando o cabelo crespo no campo da Educação Infantil, na tentativa de compreender como funciona o universo simbólico e como ele pode ser trabalhado, de forma a estender a construção de um olhar mais alargado sobre estes espaços educacionais, onde pode e deve haver um processo de humanização e de inclusão, visando proporcionar a todos os estudantes um ensino de qualidade, mas, acima de tudo um aprendizado sobre diversidade e o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 10/01/2003.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

_____. **Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CANAU, Maria V. (org.) **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo. Preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto. 2017.

GOMES, Nilma L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educa Pesquisa**. 29. (1) Jun.2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt> - Acesso em: 2 mai: 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**: A identidade em questão. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015. p. 7-13.

HOOKS, Bell; RASCHKA, Chris. **Meu crespo é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

MARQUES, Circe Mara; WACHS, Manfredo Carlos. **Paz e Educação**: Escutando a voz das crianças. São Paulo: Paulinas, 2015.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender. São Paulo: Global, 2006.

PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA PÚBLICA

Maria José dos Santos Vertuan¹

RESUMO

Questiona a problemática do preconceito racial por meio de atitudes e verbalizações presentes no dia a dia, nas escolas públicas e em situações corriqueiras. Considerando a importância do referido assunto faz-se necessário um diagnóstico sobre o tema que, para superá-lo não basta estabelecer uma lei considerando o preconceito como crime. Com o objetivo de fazer com que as pessoas reflitam sobre o assunto e passem a mudar suas ações, é que o referido artigo faz apontamentos, onde pode-se destacar a existência de inúmeras situações vistas como preconceituosas e racistas, que insistem em estar presentes nas escolas. A percepção dessa realidade oculta é exemplificada diante de alguns acontecimentos públicos, que envolvem a participação de todos os alunos e comunidade escolar e o que pode acontecer dentro ou fora da escola. Trabalhar no ambiente escolar com metodologias diversificadas e atrativas, que possam instaurar novas formas de relação entre crianças negras, brancas e afrodescendentes, significa romper com os velhos discursos eurocêntricos e promover situações de diálogo, de questionamentos e favorecer uma vivência que permita a todos da comunidade escolar, um ambiente acolhedor, reconhecendo sua própria história e também suas potencialidades.

PALAVRAS-CHAVE: preconceito racial; educação; escola; discriminação; reconhecimento.

ABSTRACT

This article questions the problem of racial prejudice through attitudes and verbalizations present in everyday life, in public schools and in everyday situations. Considering the importance of the aforementioned subject, it is necessary to diagnose the subject, which,

¹ Reside em Alvorada do Sul, onde atua como educadora na Escola Estadual Anastácio Cerezine. Ministra aulas em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. É graduada em Letras pela Universidade do Oeste Paulista (1994); pós-graduada em Didática e Metodologia de Ensino, pela Universidade do Norte do Paraná (1997); Mestre em Educação, pela Universidade do Oeste Paulista (2004), e doutoranda em Educação, pela UCSF - Universidade Católica de Santa Fé, Argentina. Formada em Educação Musical, no Conservatório Musical Carlos Gomes (1989), em Rancharia/SP; Magistério em Alvorada do Sul (1989), Técnica em Contabilidade, em Rancharia (1985). Autora de livros voltados a literatura infantil. Sendo eles: A flor azul, A escola feliz, Rita do laço de fita, A vaca Mimosa, Acrósticos de A a Z e De coração para coração.

in order to overcome it, it is not enough to establish a law considering prejudice as a crime. It is an in-depth knowledge of the problem that motivates the awareness of all members of society, starting with the school that should contribute to the eradication of differential treatments in society that so much harms the formation and construction of subjects, in the sense of being active in the ways of a democratic society. With the aim of making people reflect on the subject and start to change their actions, that article makes relevant notes, where it can be highlighted the existence of numerous situations seen as prejudiced and racist, which insist on being present. at Schools. The perception of this hidden reality is exemplified in the face of some public events, which involve the participation of all students and the school community and what can happen inside or outside the school. Working in the school environment with diverse and attractive methodologies, which can establish new forms of relationship between black, white and Afro-descendant children, means breaking with the old Eurocentric discourses and promoting situations of dialogue, questioning and favoring an experience that allows everyone in the community to school, a welcoming environment, recognizing its own history and also its potential.

KEYWORDS: racial prejudice; education; school; discrimination; recognitio.

INTRODUÇÃO

A todo momento e em vários lugares nos deparamos com situações consideradas racistas e preconceituosas. O preconceito racial se faz presente, mas, alguns fingem não ver. É como se não percebesse pois, é mais confortável fazer de conta que não existe, que não incomoda, que não agride, do que repensar atitudes e pensamentos. É comum ouvirmos falar, principalmente aqui no Brasil, a seguinte frase: “Aqui não temos esse tipo de problema. Brancos, índios e negros vivem na mais perfeita harmonia” (VALENTE, 1994, p.7).

Essa ideia de harmonia entre os povos, é totalmente falsa e busca mascarar ao longo dos séculos essa visão. O racismo é um problema mundial, mas, geralmente é tratado como se não estivesse acontecendo. A maioria das pessoas fingem não ver, ocultam a existência e não gostam de falar sobre o assunto quando estão nas rodas de conversas entre amigos ou familiares.

Na escola, principalmente, percebemos em várias situações, em vários momentos, atitudes e ações que não condizem com a aplicabilidade da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), a qual assegura o pleno desenvolvimento do alunado negro, porquanto contribui para a

diminuição da hostilidade etnocêntrica estabelecida pelo espaço escolar em detrimento dos não-brancos; contribui para melhorar o desempenho escolar dos membros dos grupos discriminados e, por conseguinte, melhorar a qualidade do serviço público denominado educação. Deve-se ter em vista que o currículo é uma construção sócio-cultural e histórica, sendo, portanto, entendido como a totalidade das relações que se estabelecem na escola em interação com a sociedade, conforme demonstra o artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) referendada pelo artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e sobretudo, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e ao mesmo tempo sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva. Queremos dizer que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o pensamento econômico-social e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil.

Um primeiro passo a ser dado para a superação do racismo e discriminação racial, é admitir sua existência e fazer com que o assunto não seja apenas discutido, bem como, também, promover fortes ações.

Uma educação que assuma a acepção plena da palavra, contrapondo-se a qualquer forma de exclusão, passa pela implementação de políticas estruturantes. E é nesse caminho por um processo educacional capaz de cicatrizar a divisão social brasileira que o Ministério da Educação reconhece a sua missão. Sendo assim, o momento exige a aplicabilidade da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), na sua íntegra. Mas, não basta a exigência da referida lei. Faz-se necessário a conscientização e respeito.

RACISMO NA ESCOLA

Infelizmente o racismo e preconceito ainda se fazem muito presente na escola. A escola tem papel fundamental no combate ao preconceito porque participa da formação das crianças como cidadãos. Por isso deve estar sempre preocupada em não reproduzir estereótipos que possam ser identificados como rótulos usados para qualificar genericamente grupos raciais, étnicos ou de sexos diferentes.

Ter preconceito significa formular conceitos e opiniões antes de conhecer a realidade.

O preconceito nasce quando um certo grupo ou indivíduo defende com intensidade sua identidade como sendo a única e legítima. A do outro não é válida por ser diferente. O preconceito se forma em três dimensões. Primeiro, ocorre a assimilação de conceitos errôneos. É quando se aprende por exemplo, que “mulher é burra”, “índio é Preguiçoso” e “negro é sujo”. Depois, o medo do diferente cria sentimento de insegurança, que gera ódio e desprezo. A terceira dimensão concretiza esse sentimento em violência legal (segregação) ou violência física contra as pessoas discriminadas.

São várias as situações de racismo presentes na escola. Tanto está presente na escola, como em qualquer outro lugar da sociedade. Para Florestan Fernandes (1972), o atual padrão de relações raciais ainda é aquele construído na sociedade tradicional escravista para manter o negro “no lugar”, manter separadas as duas castas, ritualizando a convivência. A ideia de inferioridade do negro servia para justificar a escravidão e o preconceito era inerente ao regime de castas. Os comportamentos evoluem lentamente e o passado persiste na mentalidade, nos padrões de comportamento, notadamente aqueles que definem as relações raciais.

Ainda de acordo com Fernandes (1972), esta sobrevivência de estruturas arcaicas constitui uma anomalia social. O preconceito e a discriminação racial mantêm a desigualdade racial num nível incompatível com a expansão da sociedade competitiva e entram em contradição com os fundamentos jurídicos da democracia.

Quando a ordem tradicional escravista se desagrega, surgindo a sociedade de classes, o preconceito e a discriminação racial, deixando de ter função, deveriam desaparecer. Entretanto, permanecem na sociedade de classes.

Atualmente, na escola, pode-se perceber que os alunos negros ou afrodescendentes, estão tendo um olhar diferenciado, ou seja, as situações consideradas racistas e preconceituosas, estão tendo menos “força”. Esse novo olhar se tem devido ao grupo da Equipe Multidisciplinar que se faz atuante em várias escolas do Paraná.

Um dos principais objetivos da equipe é levar temas voltados à Cultura africana e afro-brasileira, reflexões, pensamentos e esclarecimentos, proporcionando a todos os educandos, não só negros e afrodescendentes uma visão ampla da influência africana na nossa cultura e sociedade.

Como dito anteriormente, a escola é o local onde se percebe com frequência atitudes racistas e preconceituosas, mas, é também na escola que pode ser trabalhado a conscientização e valorização do povo negro. Sendo a escola uma instituição historicamente determinada, ao processo de produção como uma construção humana que se articula ao processo de produção das condições materiais de sua existência, como uma dimensão da

realidade humana, para além da mera reprodução da sociedade burguesa, pode a educação articular-se plenamente na construção da sociedade sem classes, visando vencer barreiras, obstáculos e o racismo, que ainda se manifesta em várias situações principalmente no ambiente escolar, por meio de brincadeiras tolas e palavras não pensadas. Nesse sentido, Lombardi (2005, p. 34) esclarece que:

O educador precisa romper com as pedagogias escolares articuladoras dos interesses da burguesia e vincular sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária de homem e de mundo. Não se trata simplesmente de aderir a uma concepção científica de mundo e seu poder desvelador da realidade, mas de assumir, na teoria e na prática, isto é, na *práxis*, uma concepção transformadora da vida, do homem e do mundo.

O que significa que a escola, por ser uma instituição historicamente determinada, deve estar articulada à existência humana, indo além da reprodução burguesa e vinculando-se plenamente à edificação de uma sociedade sem distinção de classes ou raças.

METODOLOGIA

A Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” nas escolas. Sendo assim, faz-se necessário que educadores apliquem metodologias que viabilizem melhor compreensão dos alunos e também, melhor aceitação de sua cor de pele e melhor aceitação de sua história. A Lei é considerada uma das maiores conquistas dos movimentos sociais, da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta do preconceito racial. Como a escola é um dos locais que mais depara com atitudes preconceituosas e racistas, faz-se necessário que utilize metodologias inovadoras que possam valorizar a presença do negro e afrodescendente. Infelizmente, sabemos que muitas escolas não abordam o tema com seus alunos, mas, o educador deve lembrar que as experiências raciais atravessam todo o processo de ensino aprendizagem.

Quando o educador não dá visibilidade a essas questões, dificulta a construção de uma educação de qualidade, pois os parâmetros incluem a compreensão da diversidade étnico-racial que formou a sociedade brasileira.

Este é um trabalho de revisão da literatura, cujo processo buscou analisar e descrever uma base de conhecimento a respeito do alunado negro ou afrodescendente na sala de aula.

Como ele se sente e como os educadores deverão conduzir as aulas abordando a referida temática de modo seguro, destacando pontos positivos e significativos tomando como base autores e materiais já publicados sobre o tema, disponíveis em livros, periódicos, artigos de jornais, teses e dissertações, bem como, a legislação nacional.

O PRECONCEITO RACIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO

Comenta-se o preconceito racial presente no cotidiano, as culturas que recebemos dos descendentes africanos e como a educação trabalha o assunto, considerado tão polêmico e de difícil aceitação. Tendo como objetivo recuperar alguns termos básicos que ajudem a delimitar a compreensão da problemática aqui estudada tal como o preconceito racial e as suas relações com a cultura e a educação.

São incontáveis as diferenças étnicas, de costumes, crenças, ideias etc. Fazemos parte de um mundo marcado pela diversidade o que faz o nosso país se destacar dos outros países. No Brasil, vive gente do mundo inteiro e essa pluralidade cultural que o poeta paulistano Mário de Andrade quis louvar dizendo que é “muitas pessoas”, trezentas, trezentas e cinquenta o poeta nos convida a assumir a riqueza dos diferentes modos de ser brasileiro.

A pluralidade cultural não é um fenômeno moderno, nem exclusivamente brasileiro. Quando diferentes povos entram em contato, influenciam-se reciprocamente e um aprende com o outro. É lamentável que nem sempre as diferentes culturas no Brasil as convivem de forma harmoniosa. Nossa cultura registra momentos de violência de uma cultura contra a outra.

As várias culturas que se cruzam no Brasil, se enriquecem mutuamente: italianos, índios, japoneses, árabes, judeus, africanos, alemães, enfim, todas as etnias e nacionalidade que hoje habitam o território brasileiro, contribuíram para a formação de nossos comportamentos, nossos valores, nosso modo de ser. Todas essas culturas ou fragmentos delas, fundem-se no que chamamos de cultura brasileira, cuja identidade reside exatamente na diversidade de seus componentes.

No livro, Nós e os Outros, uma das autoras é destacada em um *flash* da cultura popular urbana. Trata-se da autora Carolina Maria de Jesus, que foi uma mulher extraordinária. De origem humilde, negra e com pouca escolaridade, essa mineira que se mudou para São Paulo mexeu profundamente com a cultura brasileira, quando, em 1962, publicou o seu Quarto de despejo. Nesse livro, em forma de diário, Carolina registra o seu dia a dia de moradora de favela paulistana. Seu modo de escrever, simples e vigoroso, difere do

português da maioria dos livros. A comovente sinceridade do seu texto, típica da linguagem popular, poeticamente nos transporta para o universo da autora e sua gente. Carolina nos dá uma grande lição de vida, com sua capacidade de dirigir o seu olhar para muito além da indiferença e do preconceito social com que é vista (MARINHO, 2023).

A busca constante de soluções que possam amenizar o problema gera muitas vezes, um conflito enorme por parte de negros e brancos. Assim, muitas pessoas, para evitar maiores “desagrados”, procuram não se manifestar, ou seja, se acomodam diante de inúmeras situações.

No mercado de trabalho quando alguns negros ou afrodescendentes, conseguem colocação, as dificuldades são enormes, são sempre maiores porque precisam constantemente estar mostrando que tem capacidade e que conseguem realizar o que lhe foi proposto.

Podemos dizer que a educação contribui para o crescimento intelectual do educando e da sociedade. Propagar a escolarização como meio transformador da sociedade pode constituir tanto em equívoco como em maldade. Equívoco porque a educação se constitui em instrumental de mediação para a manutenção do status quo ou para a sua transformação, pois “a educação é uma das atividades que atuam sobre a subjetividade, visando a influenciar os indivíduos a agirem de formas determinadas”. (MACENO, 2011, p. 39).

Sendo assim, as ações decorrentes do processo educativo influenciarão os indivíduos para a conservação da sociabilidade posta ou para a sua radical transformação. A educação atua como força colaborativa da transformação somente quando os indivíduos são identificados em classes. “As identidades de classe possuem uma conexão estreita que possibilitam passar de um estado para outro através do movimento das contradições.” (BOGO, 2010, p.9). Há maldade quando se inflama nas consciências a concepção de que a educação funciona como se fosse uma mercadoria e não como um bem precioso e necessário para a humanidade que deve ser transmitido às novas gerações. Enquanto mercadoria se submete aos interesses empresariais, descambando para um processo de surda domesticação. O indivíduo pode saber ler, escrever e contar e simplesmente integrar ao grupo de domesticados.

A discussão se volta à problemática da classe social e o preconceito racial existente principalmente nas escolas. Ao ingressarem nas instituições de ensino, as crianças são capazes de perceber que há uma certa diferença no tratamento entre brancos e negros. Infelizmente, essa forma diferenciada, existe há muito tempo. Desde a época da escravidão, onde o negro era considerado “mão de obra” e por alguns como menos inteligentes e menos

capacitados, a criança negra sofre até hoje por essa discriminação.

Existe até mesmo em algumas situações, que o negro é motivo de piadas de mal gosto, o que provoca acessos de risos. São várias e inúmeras situações em que a criança negra é colocada como “diferente” expostas aos risos, piadas, palavras ofensivas e comparações. Muitos desses apontamentos acontecem na escola. Por isso, podemos dizer que é na escola que a criança negra adquire conhecimentos para conseguir se auto reconhecer como pessoa pertencente ao um grupo étnico racial, mas, é também na escola que o preconceito racial ganha forças.

As escolas precisam falar mais sobre o que é ser negro, qual a sua contribuição, destacar situações que é reconhecido e valorizado. Por que a presença do negro nos livros de história como “mão de obra”, “lavadeira” e “cozinheira”, apenas intensifica a posição “social” do negro num período escravocrata e vergonhoso. A partir do momento que esse assunto for devidamente abordado entre as pessoas, tudo passará a ser diferente, no sentido de reconhecimento.

A escola tem papel fundamental no combate ao preconceito porque participa diretamente na formação intelectual e social das crianças e jovens. Por isso, deve estar sempre preocupada em não reproduzir estereótipos que podem ser definidos como rótulos usados para qualificar genericamente grupos raciais, étnicos ou de sexos diferentes.

Quando o professor leva para a sala de aula o tema preconceito, ele procura provocar discussões e perceber como está o entendimento dos alunos em relação ao vocábulo. Ter preconceito significa formular conceitos e opiniões antes de conhecer a realidade. O preconceito nasce quando um certo grupo ou indivíduo defende com unhas e dentes sua identidade como sendo a única. A do outro não é válida por ser diferente.

A maneira como a escola e a sociedade veem o negro e emitem opiniões sobre a cor da pele, a textura do cabelo e sua estética, deixam marcas profundas na vida das pessoas. Muitas vezes, só quando se distanciam da escola ou se deparam com outros espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva, é que esses sujeitos conseguem falar sobre suas experiências e emitir opiniões sobre temas tão delicados que tocam a sua subjetividade.

O discurso pedagógico, ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares. Fala sobre o ser negro na sua totalidade, refere-se ao seu pertencimento étnico, a sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo geracional, aos valores de gênero, etc. Tudo isso se dá de maneira inconsciente. Muitas vezes, é por intermédio desse discurso que estereótipos e preconceitos sobre o corpo negro e sua inteligência são reproduzidos.

Num ambiente escolar as atividades pedagógicas, na maioria das vezes, não abordam assuntos que levem a análise crítica dos alunos. O assunto, considerado por alguns, polêmico, faz com que educadores descartem a possibilidade de discutir a problemática alegando a possibilidade de “ferir” os alunos negros e inibir os alunos brancos.

Atualmente, nas escolas estão abordando mais as questões raciais devido a equipe multidisciplinar que tem na escola. A equipe é formada por educadores, pedagogos, alunos, representante de pais e agentes I e II. Os participantes costumam se reunir para leitura de textos fornecidos pela secretaria de educação, uma vez por mês, onde são debatidos, realizadas reflexões e pensadas ações que deverão ser abordadas com os alunos no decorrer do ano letivo.

Embora existam aspectos comuns que remetem à construção da identidade negra, cada vez mais se entende que para discuti-la precisamos sempre considerar como os sujeitos a constroem, não somente no nível coletivo, mas também no individual. O mais difícil é, após conhecer essas estratégias individuais, interpretá-las, não as julgar como mais ou menos politizadas, mais ou menos corretas.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

A Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que dá legitimidade no espaço escolar a abordagem da História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras nas instituições de Ensino Fundamental e Médio, proporciona levar aos educandos temas e reflexões referentes ao processo educacional do negro no Brasil perpassando por sua ausência e presença na escola, das legislações quanto às interdições desse no ambiente escolar até as atuais políticas afirmativas.

A historiografia e suas fontes nos ajudam a entender como ocorreu o processo de escolarização do negro no Brasil, cujo processo se deu de maneira diferenciada em diferentes fases do contexto histórico brasileiro.

Alguns documentos, relatos escritos e iconografias nos levam a desvendar o percurso educacional dos negros no Brasil Colônia, Império e República, cujos fatos demonstram legislações que interditarão a presença do negro nos estabelecimentos escolares e outros que apresentam uma Educação para os negros no decorrer desse período.

Referindo-se à Educação no Brasil Colônia, podemos destacar alguns pressupostos que ressaltam um negro fora e dentro do processo educacional, pois Araújo e Silva (2005, p. 67), afirmam:

Desde o início da colonização a educação brasileira apresenta uma gestão

problemática e discriminatória. [...] Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil (1759), já haviam deixado como legado um ensino de caráter retórico e livresco, que desconsiderava a realidade atual. Desse modo, é possível entender como a educação jesuítica auxiliou a Corte portuguesa na perpetuação dos contrastes e discrepâncias da sociedade colonial. A educação no sistema escravocrata, diferentemente da primeira, é caracterizada pela substituição dos cursos seriados por aulas avulsas, ministradas por professores improvisados. Esta situação mantém-se até 1808, quando a Coroa Portuguesa instala-se no Brasil.

Podemos perceber que a legislação da época não beneficiasse a todos os habitantes brasileiros, pois em uma sociedade plenamente escravocrata via-se uma grande dificuldade em adquirir certa instrução ou frequentar os bancos escolares.

No Brasil República, o processo educacional foi ocorrendo através de políticas de branqueamento com o intuito de melhorar a raça brasileira. E sobre esse viés Rocha e Vianna (2011, p.128) afirmam que “

A Educação na República em seus primórdios tem um projeto educacional desenvolvimentista para a parcela da população brasileira branca e uma educação para os negros, cristalizada no estereótipo da escravidão”.

Nesse período a escola pública era pensada por uma elite brasileira arraigada em um emblemático caráter nacionalista e patriótico. Sendo que a partir de 1930 o Brasil em busca de uma identidade nacional coloca ao povo brasileiro a ideologia de mestiçagem construindo assim o mito da democracia racial, pois esta teoria admitia que pessoas de raças e cores diferentes convivessem socialmente de maneira harmoniosa.

Nessa perspectiva, constatamos que ideologias que tentavam negar o racismo no Brasil acabaram forjando uma identidade na qual o negro não estava representado. Entretanto, estudos históricos relatam como o negro foi discriminado, principalmente na questão sócio educacional brasileiro.

Partindo para um olhar mais atual sobre Educação, evidenciamos que ela é um ato de cultura, sendo um fenômeno que resulta na formação do sujeito, visto que educar é a arte de ensinar a viver e conviver, no qual faz a significação do indivíduo, que se materializa na sociedade e o espaço escolar demonstra esse sentido de construção e reprodução social e cultural, pois segundo Santos (2011). A escola tornou-se uma convenção de caráter social. Ela é um *locus* da cultura escrita, científica e epistemológica, por isso configura-se

como a cultura escolar.

Nesse foco, trazemos o olhar para a História e Cultura Africana na sala de aula e/ou em todo espaço escolar, na qual se faz necessário pensarmos primeiramente o que é a escola e qual o seu papel, sendo que esta não se apresenta apenas como um palco de reprodução social e cultural, mas como um espaço de saberes revelado nas diversas dimensões sociais que simbolizam pluralidade de tempo, espaço e modo de vida de diferentes grupos sociais.

Quando falamos dessas dimensões das relações étnico-raciais na escola ou até em outros locais de nosso cotidiano, devemos pensar também nas ações afirmativas para vivenciar uma igualdade de oportunidades na sociedade. Nesse sentido Gomes apud Munanga (2005, p. 147, enfatiza que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir e de coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade

No Brasil, atualmente umas das iniciativas de ações afirmativas já estão em curso para a implementação de políticas educacionais voltadas para a diversidade existentes no país como a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino, temos as políticas de cotas que também está em vigor em várias instituições de ensino superior.

Em 2008, a Lei nº 11.645/08 altera a Lei nº 9.394/96, que é modificada pela Lei 10.639/03. Costuma-se dizer que existe uma cultura das leis que são respeitadas. Dentre elas, está a implementação da Lei nº 10.639 (BRASIL,2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, sendo este um marco histórico e fundamental para repensar as mudanças de comportamentos e mentalidades dos profissionais da educação, priorizando os diálogos com os diferentes sujeitos que compõem os espaços de toda a instituição de ensino.

A referida Lei trouxe grandes desafios no campo educacional, desde a formação dos

educadores, passando pela ressignificação do currículo, materiais didáticos, entre outras ações devem ser consideradas como primordiais e necessárias para o bom funcionamento das ações e reflexões pedagógicas. Dentre as ações elencadas que, há de se priorizar o reconhecimento e valorização das identidades e diferenças que compõem o espaço educacional, contribuindo de modo significativo para o bom desempenho dos educandos.

A importância da aplicabilidade da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) na escola e seus objetivos também expressos no Plano Nacional para EREER (Estudo das Relações Etnicorraciais), visam à formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar a questão da diversidade e do multiculturalismo

A diversidade não pode ser apenas a preocupação de um grupo de educadores, ela precisa alcançar um lugar de destaque nos currículos, visando tornar a lei conhecida, atentando para o seu controle e fiscalização pela sociedade, por meio de suas representações. Alguns desafios levam a pensar a respeito de um currículo que de fato esteja voltado para a diversidade, que consiga trabalhar a cultura e suas significações no ambiente escolar isso se deve ao fato de que apesar das atuais políticas voltadas para esse foco, como as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação, é necessário que além do que está expresso na lei, as escolas e os órgãos de educação responsáveis, como as secretarias de educação, construam um currículo escolar, que possa de fato atender essa demanda da sociedade.

O Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003, p.49), destaca que:

O papel da Educação é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e também para a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, promovem à eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. Sendo assim, faz com que desde a educação infantil, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira.

De acordo com Pacheco (2005), entende-se que o principal meio de ligação entre currículo e sociedade é a cultura. Com isso, entendemos que nas diversas práticas sociais estão presentes as mais variadas linguagens, que definem o poder da cultura. Sendo assim, somos parte dela, porque nós a criamos e reproduzimos como marcas de nossas ações, ou seja, a diversidade pode ser compreendida como construção histórica, cultural

e social das diferenças, de forma que, deve-se adotar práticas que trabalhem com tantas e ricas diferenças, em suma, somos frutos da interação e da oposição que essas práticas estabelecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar a escola como um espaço sociocultural e de um conjunto de valores, significados e saberes, sendo compreendida por meio das relações sociais, a partir de um olhar acerca de sua cultura e história, que devem ser evidenciados na escola, já que esta é um espaço de transmissão de culturas. A escola é o palco principalmente por meio da relação entre conteúdos propostos nas diretrizes curriculares e nas práticas sociais entre alunos e educadores que ali atuam.

O papel do educador é fundamental para direcionar a elaboração e execução de práticas pedagógicas inclusivas, que possam atender o alunado negro ou afrodescendente. Ele amplia o universo sociocultural onde não se omitem as identidades fenotípicas e a grande diversidade existente que formam o contexto escolar e social.

Desse modo, podemos dizer que educadores atualmente, buscam aplicar a metodologias que atendam a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. É visto que a educação enquanto elemento de cultura, em específico a educação básica, possa ser implementada como assegura a legislação enquanto um instrumento de construção social, política, econômica e cultural.

Os educadores desempenham um papel fundamental promovendo o compartilhamento de histórias e experiências, produzindo aprendizado e contribuindo para a elevação da dignidade do aluno como pessoa, de forma crítica e com olhar que respeite suas características, física ou simbólica, seja pela cor da pele, ou aparência. É necessário garantir que a política seja efetivada a partir da aplicação de um currículo escolar que de fato atenda o que está expresso nas diretrizes.

Tratou-se aqui, ampliar o estudo da questão racial e a importância de proporcionar aos alunos metodologias inovadoras, objetivando mais conhecimento, construindo um olhar mais alargado sobre estes espaços educacionais, visando possibilitar melhores e maiores conhecimentos, respeitando, proporcionando ensino com mais qualidade e reconhecimento da sua própria história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Márcia; SILVA, Geraldo. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos Movimentos Negros e Escolas Profissionais. *In: ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação do Negro e outras Histórias*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2005.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: 10/01/2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília: 05 de out. de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei ° 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 1972.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas Estratégias de atuação, *In: MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o Racismo na Escola*, 2. ed. Brasília: SECAD, 2005. p.143-154.

LOMBARDI, José Claudinei. **O público e o privado na história da educação Brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e universalização no capitalismo**. São Paulo: Baraúna, 2011.

MARINHO, Fernando. **Carolina Maria de Jesus**. Literatura, 2023. Disponível em: <https://www.portugues.com.br/literatura/carolina-maria-de-jesus.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Rodrigues. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Helena S.C. VIANA, Bruno J.A.M. Invisibilização da África: apagamento da história e da cultura do negro na educação formal brasileira. Revista da ABPN. v.2, n. 5 ,jul./out.2011.

SANTOS, Antônio Carlos Banzato Afonso. **Educação estética e formação inicial de professores da educação básica**: um estudo hermenêutico do projeto político pedagógico, na modalidade de educação à distância. (Dissertação de Mestrado). Universidade da Cidade de São Paulo. São Paulo,2011.

VALENTE, Ana Lucia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**.11. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS MOTIVACIONES FEMENINAS PARA EL EMPLEO EN SERVICIO PÚBLICO EN BRASIL

Valdir Amado da Silva¹

RESUMEN

Las trabajadoras del Brasil, trabajando en el sector privado, generalmente reciben salarios más bajos que los hombres, por el machismo estructural y hasta por el racismo. En este contexto, decidí, com base en la Justicia Federal Civil de São Paulo y Mato Grosso do Sul, investigar los factores motivacionales y desmotivadores resultantes del trabajo de la mujer en el sector público..

PALABRAS-CLAVE: mujeres, trabajadoras, brasil, justicia, motivaciones.

ABSTRACT

Female workers in Brazil, working in the private sector, generally receive lower wages than men, due to structural male chauvinism and racism. In this context, I decided, based on the Federal Civil Court of São Paulo and Mato Grosso do Sul, to investigate the motivational and demotivating factors resulting from women's work in the public sector.

KEYWORDS: women, workers, brazil, justice, motivations.

¹ Graduado em Comunicação pela FAAP e em Administração de Empresas pela USP; Mestrado Profissional em Administração pela FACECA; Doutorando em Psicologia Social pela Universidad J. F. Kennedy (UK), na Argentina; Professor do MBA Gestão Estratégica de Negócios - UNIFAI (desde 2013); Professor do MBA Gestão Estratégica de Negócios - UNIFAI (desde 2013); Servidor aposentado da Justiça Federal de São Paulo-Mato Grosso do Sul (1996-2018).

INTRODUCCIÓN

Además de enseñar, desde finales de 1996 hasta principios de 2018, me desempeñé como Analista Judicial para la Justicia Federal de Brasil de Primer Grado. Como interesado en asuntos de gestión del trabajo, un tema siempre me atizó. La presencia masiva de mujeres en el ambiente de trabajo en que actúo. Según el número proporcionado por la Subsecretaría de Gestión de Personas, en mayo de 2015, eran 2322 mujeres actuando en los foros federales paulistas, aproximadamente el 55% del total de servidores. En la actualidad (2020), son aproximadamente 3000 mujeres, en un universo de 5000 servidores, en los Estados de São Paulo y Mato Grosso do Sul.

De un total de magistrados, 319 en todo el Estado de São Paulo, 125 son mujeres, entre titulares y sustitutas. Es raro que estas mujeres soliciten el despido.

El juicio popular afirma que los grandes atractivos para servicio público son el salario y la estabilidad laboral. Cabe señalar, sin embargo, que desde el gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso, la categoría sufre para obtener ajustes salariales. Y está prevista una reforma administrativa que, en el futuro, puede reducir esta estabilidad.

La investigación se basó en teorías motivacionales para el trabajo:

- Shalom Schwartz que cita diez tipos de motivaciones de valores: poder, éxito, hedonismo, estimulación, auto-dirección, universalismo, benevolencia, tradición, conformidad y seguridad.
- Teoría jerárquica de las necesidades de Maslow - presentada gráficamente como una pirámide. En la base estarían las necesidades fisiológicas, después las de seguridad, sociales, de estima y, en la cima, las de autorrealización.
- Teoría de McGregor (motivación según supuestos básicos), definiendo perfiles X e Y de comportamiento.
- Teoría de los factores higiénicos, de Herzberg y otros: el individuo tendría una relación básica y fundamental con el trabajo; entonces su propia actitud puede determinar el éxito o el fracaso.
- Teoría ERG de Alderfer: adaptando la teoría de Maslow, agrupó las necesidades fisiológicas y de seguridad en Existencia (como proporcionar recursos básicos de existencia material), Sociales (el deseo de mantener relaciones importantes con las personas) y unir las necesidades de estima y auto-realización en Crecimiento (el deseo intrínseco de desarrollo personal).

- Teoría de las necesidades de McClelland: necesidad de éxitos sobre los patrones, sobresalir, ir más allá de las soluciones tradicionales; necesidad de poder, influenciar a los demás, competir y mantener prestigio; la necesidad de afiliación, gustar y ser aceptada por los demás.
- Teoría de la evolución cognoscitiva de Charms: la motivación disminuye cuando se recompensa externamente algo que ha sido satisfecho internamente.
- Teoría del establecimiento de metas (Locke): cuando se establecen metas específicas y difíciles, el desempeño se incrementa.
- Teoría de la equidad (Adams): los individuos comparan sus contribuciones individuales y los beneficios obtenidos de la organización con las contribuciones y beneficios de otros miembros, en función de ciertos criterios, a partir de los cuales responden eliminando las desigualdades.
- Teoría de las expectativas de Vroom: sostiene que la fortaleza de una tendencia a actuar de cierta manera depende de la fuerza de la expectativa, de que el acto sea seguido por una respuesta dada y del atractivo del resultado de ese acto para las personas.
- Goleman, D. señala que las emociones comprometen o facilitan nuestra capacidad de pensar y hacer planes, de seguir un entrenamiento para alcanzar un objetivo lejano. Para él, entonces, la Inteligencia Emocional tendría la función de evitar que se caiga en una ansiedad devastadora, en una actitud derrotista o en una depresión, cuando se enfrentan desafíos o contratiempos. Sería, por tanto, una función motivadora.

También cree que el salario puede satisfacer algunas de las necesidades humanas, pero no puede convertirse en el principal centro de interés si es el único medio de motivación disponible. En ese caso, los trabajadores, en su opinión, insistirían en exigir más dinero.

También señala que se deben ofrecer oportunidades para obtener satisfacción al colaborar con los objetivos de la organización. Y asegura que la atención a esas oportunidades, al contrario de lo que ocurre con las ventajas financieras, es ilimitada.

METODOLOGIA

Así que decidí comprobar cuáles las verdaderas motivaciones para que las mujeres trabajen en esta área. Lo envié entonces, por correo electrónico, cuestionario de encuesta (Anexo 1) para todas las trabajadoras de la mencionada agencia ubicada en los

Estados de São Paulo y Mato Grosso do Sul.

En 2020, se enviaron 3100 correos electrónicos. Durante la encuesta se comprobó que unas 600 mujeres estaban ya jubiladas o a punto de jubilarse, lo que les impidió recibir la encuesta.

Em términos de propósito, adoptamos la encuesta Explicativo (el objetivo principal es hacer algo inteligible, justificando las razones de su ocurrencia) y, en cuanto a los medios empleados, la Investigación de campo (por ser empíricos y alcanzables en el lugar donde ocurre el fenómeno investigado). Los datos obtenidos fueron analizados cuantitativamente.

PRINCIPALES RESULTADOS DE BÚSQUEDA

105 colegas respondieron al cuestionario. Una de las profesionales facilitó su edad, cargo, antigüedad y formación, pero no completó el cuestionario. Y ningún juez respondió. Los resultados detallados se exponen en los Anexos 2 a 6.

En términos generales, los factores de motivación total más citados fueron:

- Remuneración y beneficios recibidos
- Estabilidad laboral

En cuanto a la motivación parcial, se citaron dos factores con mayor frecuencia:

- Estabilidad laboral
- Relación con los compañeros de trabajo

En cuanto a la desmotivación parcial, dos factores fueron los más mencionados:

- Falta de perspectiva profesional
- Falta de reconocimiento y valoración del trabajo por parte de los superiores

Y sobre el tema de la desmotivación total, tenemos los siguientes factores más destacados:

- Falta de perspectiva profesional
- Normas y procedimientos adoptados por la Justicia Federal

Llaman la atención dos factores mencionados por la categoría, como desmotivadores:

- Falta de autonomía para realizar el trabajo
- Relación con los jefes

Y en la encuesta surgió una cuestión preocupante. La desmotivación de parte de las analistas judiciales. Aunque no ocupen puestos directivos, son las profesionales más cualificadas y mejor pagadas de la Justicia Federal. Es posible que tengamos una futura crisis.

La investigación de campo fue limitada. Sería interesante ampliarlo a la Justicia Electoral y a la Justicia Laboral. Y también a otros estados de Brasil. Concluyo con esta sugerencia.

BIBLIOGRAFÍA Y REFERENCIAS

ANGELINE, A. L. **Motivação humana. O motivo de realização.** Rio de Janeiro: José Olympio. 1973.

ASSIS, M. I.; FERREIRA, R. C.; MELO, T. L. F. de; SILVA, F. N. M da. **Avaliação dos fatores motivacionais:** uma análise multigrupo em empresas industriais, comerciais e de serviços da Grande São Paulo. In: XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. (2014).

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações.** São Paulo: Atlas. (2006).

BERGAMINI, C. W. **A difícil administração das motivações.** In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 38, n. 1, p. 6-17. (1998).

BIAGI, M. C. . **Investigación Científica.** Curitiba: Juruá. (2010).

BOLLES, R. C. **Teoria de la motivación**. México: Trilhas. (1976).

CASADO, T. A **motivação e o trabalho**. In: FLEURY, M. T. L. (Coord.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Gente, p. 247-258. (2002).

COFER, C. N.; APPLEY, M. H. **Psicología de La Motivación**. México D. F.: Trillas. (1987).

COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (orgs.)**Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes.(2017).

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento Humano no Trabalho: uma abordagem psicológica**. São Paulo: Pioneira. (1992).

DECI, E. L.**Effects of externally mediated rewards on intrinsic motivation**. Journal of Personality and Social Psychology, v. 18, p. 105-115. (1971).

DECI, E. L. e RYAN, R. M. **Intrinsic Motivation and Self-determination in Human Behavior**. New York: Plenum Press. (1985).

ECCLES, J.; WIGFIELD, A. **Motivational, beliefs, values and goals**. AnnualReviewofPsychology, v. 53, p. 109-132. (2002).

FERNÁNDEZ, G. E.; VEIRA, M. E.; CALLEGARI, M. V. **Investigar en Lengua Extranjera**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (2008).

FERRARI, L. Breve reseña sobre las direcciones de la investigación en torno a la motivación como concepto y como proceso en organizaciones. In: FILIPPI, G. e ZUBIETA, E. (coord.) . **Psicología y Trabajo**, Uma relación posible. Buenos Aires: Eudeba. (2014).

FERREIRA, A.; FUERTH, L. R.; ESTEVES, R. C. P. M. . **Fatores de motivação no trabalho: o que pensam os líderes**. In: XXX Encontro da ANPAD. Salvador. (2006).

FRANZESE, A. T. **Motivation, Motives, and Individual Agency**. In: DELAMATER, J. & WARD, A. (Ed.) Handbook of Social Psychology. New York/London: Springer. (2014).

GODOI, C. K. . **Retomando o tema da motivação nas organizações:** contribuições da teoria psicanalítica e do cognitivismo. In: XXVI Encontro da ANPAD. Salvador. (2002).

GONDIM, S. M. G.; SILVA, N. Motivação no Trabalho. In: ZANNELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). . **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 145-176. (2004).

GRANJEIRO, J. W. **Em Defesa das Mulheres no Serviço Público**. In: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/em-defesa-das-mulheres-no-servico-publico/>

HAAK, M. K. **Empregados motivados: empresas triunfantes**. In: <http://www.ead.usp.br/cad-pesq/arquivos/>.

HERZBERG, K.; MAUSNER, B; SNYDERMAN, B. **The motivation to work**. New York: John Wiley. (1959).

KANFER, R. (1992). **Work motivation: new directions in theory and research**. International Review of Industrial and Organizational Psychology, v. 7, p. 1-53. KONDO, Y. *Motivação humana: um fator-chave para o gerenciamento*. Rio de Janeiro: Gente. (1994).

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Motivação e afeto**. In: LIMONGI-FRANÇA, A.C. . *Comportamento organizacional: conceitos e práticas*. São Paulo: Saraiva, p. 29-42. (2012).

LOCKE, E. A.; LATHAN, P. G. **Work motivation and satisfaction: light at the end of the tunnel**. Psychological Science, v. 1, p. 240-246. (1990).

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation**. Psychological Review, v. 50, p. 370-396. (1943).

MCCLELLAND, D. & BURNHAM, D. H. **O poder é o grande motivador**. In: VROOM, V. H. **Gestão de pessoas, não de pessoal**. Rio de Janeiro: Campus, p. 125 – 142. (1997).

PERREAULT, M. **A diferenciação sexual no trabalho: condições de trabalho diferentes ou uma questão de sexo?** In: CHANLAT, J-F. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (v. II). São Paulo: Atlas, p. 233-251. (1994).

PINK, D. H. **Motivação 3.0**. Rio de Janeiro: Elsevier. (2010).

SCHVARSETEIN, L. **Psicología Social de Las Organizaciones**. Buenos Aires: Editorial Paidós SAIC. (1997).

SIEVERS, B. . **Além do sucedâneo da motivação**. In: Revista de Administração de Administração. São Paulo:, v. 30, n. 1, p. 5-16. (1990).

SISODIA, R. S.; SHETH, J. N.; WOLFE, D. B. **Os segredos das empresas mais queridas – como as empresas de classe mundial lucram com a paixão e os bons propósitos**. São Paulo: Artmed. (2008).

TEIXEIRA, H. J.; SALOMÃO, S. M.; TEIXEIRA, C. J. **Motivação, liderança e trabalho em grupo**. In: **Fundamentos de administração: a busca do essencial**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, p. 281-298. (2010).

VROOM, V. H. **Work and motivation**. San Francisco: Jossey-Bass. (1995).

WEISINGER, H. **Inteligência emocional no trabalho**. Rio de Janeiro: Objetiva. (1997).

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E. e BASTOS, A. V. B. – ORGS. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed. (2004).

ZUBOFF, S.; MAXMIN, J. **O novo jogo dos negócios: por que as empresas estão decepcionando as pessoas e a próxima etapa do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus. (2003).